

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Escola de Serviço Social
Departamento de Serviço Social de Niterói
Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social
Mestrado em Políticas Sociais

**OS 147 % EM QUESTÃO: O MOVIMENTO DOS APOSENTADOS NO RIO DE
JANEIRO NA DÉCADA DE 90**

MARIA CARMEN VILAS-BÔAS HACKER ALVARENGA

Niterói, 2006.

OS 147 % EM QUESTÃO: O MOVIMENTO DOS APOSENTADOS NO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 90

.

por

MARIA CARMEN VILAS-BÔAS HACKER ALVARENGA

Dissertação submetida ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da UFF como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Prof. Dra. Suely Gomes Costa.

Niterói, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Escola de Serviço Social
Departamento de Serviço Social de Niterói
Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social
Mestrado em Políticas Sociais

Os 147 % em questão: o movimento dos aposentados no Rio de Janeiro na década de 90.

.

por

Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker Alvarenga

Dissertação de Mestrado

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Suely Gomes Costa (orientadora)

Professora Doutora Sara Nigri Goldman (UFRJ)

Professora Doutora Beatriz Pinto Venâncio (UFF)

Conceito:.....

Niterói, 22 de Agosto de 2006

ALVARENGA, Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker.

Os 147 % em questão: o movimento dos aposentados no Rio de Janeiro na década de 90.
Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker Alvarenga. Niterói,2006.
xpx.

Orientadora: Suely Gomes Costa

Dissertação – Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Políticas Sociais.

Bibliografia: p. xx- xx

1. Movimento social 2. Identidades 3. Memória 3. Capital social 4. Empoderamento
5.Mídia 6. Aposentadoria

AGRADECIMENTOS

A Confederação Brasileira de Aposentados, Federação das Associações de Aposentados do Estado do Rio de Janeiro, Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil e Associação dos Aposentados de Niterói e São Gonçalo e seus representantes, pelo carinho com que me receberam e compartilharam comigo suas memórias. Eles tornaram essa pesquisa possível.

À minha orientadora, Suely Gomes Costa, pela atenção, disponibilidade e competência teórica com que me acompanhou.

À Sara Nigri Goldman e Beatriz Pinto Venâncio que participaram da banca de qualificação e proporcionaram o redimensionamento de algumas questões presentes neste trabalho.

A Direção da Escola de Serviço Social da UFF, que me concedeu liberação de horário para cursar as disciplinas e realizar essa pesquisa. Em especial, a minha gratidão a Beatriz Venâncio que incentivou meu ingresso no Mestrado, assumindo, em meu lugar, a Coordenação do Programa de Extensão UFF Espaço Avançado, compartilhando comigo inúmeras reflexões na elaboração do projeto de pesquisa e durante todo o curso, dentro e fora de sala de aula. Pessoa especial, grande amiga e importante interlocutora nas questões sobre memória e história de vida.

Aos idosos e estagiárias do Programa que suportaram as correrias e pouca atenção durante o curso.

A José Geraldo, meu Zé, pelo apoio, compreensão e amor durante este período. À minhas filhas Lívia, Aline e Camila, pelo “suporte técnico” nas questões de informática e, por entenderem minhas ausências e pouca disponibilidade, em alguns momentos, para estarmos juntas. A meus pais, Plauto e Carmen Sílvia por compreenderem as escassas visitas e virem ao meu encontro sempre que foi preciso.

E por fim, o mais importante agradecimento, a Deus, que, em sua infinita bondade, providenciou todos os recursos materiais e humanos necessários nesse percurso. Foi o doador de toda sabedoria e através de seu Espírito Santo me inspirou e me impulsionou em todos os momentos.

ALVARENGA, Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker. Os 147 % em questão: identidades, memórias e politização. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Departamento de Serviço Social de Niterói, Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

Este trabalho examina o movimento dos aposentados do Rio de Janeiro, a partir da mobilização para a conquista do reajuste de 147%. Aborda questões como capital social, empoderamento/empowerment, identidades, memórias e imagens veiculadas pela mídia, na politização do movimento. O estudo parte das memórias narradas em depoimentos de algumas lideranças nas décadas de 1991 e 1992, período em que ocorreu a referida mobilização.

Palavras-chaves: Movimento social. Identidades. Memória. Capital social. Empoderamento. Mídia. Aposentadoria

ALVARENGA, Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker. The 147% readjustment issue: the movement of the pensioners in the Rio de Janeiro in the decade of 90 2006. Dissertation (Master in Social Politics)– Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Departamento de Serviço Social de Niterói, Universidade Federal Fluminense.

ABSTRACT

This work examines the movement of the pensioners of the Rio de Janeiro, from the mobilization for the conquest of the adjustment of 147%. It analyses questions about identities, memories, social capital, empowerment and images propagated by the media in the politicization of the movement. The study begins with memories of some leaders of movement between 1991 and 1992, when the conflict occurred.

Keywords: Social Movement. Identities. Memories. Social Capital. Empowerment. Media. Retirement

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAFBB	Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AIDS	Acquired Immunological Deficiency Syndrome
ANJ	Associação Nacional de Jornais
ASAPREV	Associação dos Aposentados da Previdência Social
CALJUP	Confederação Latino-Americana de Jubilados e Pensionados
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensão
COBAP	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
CODEL	Conselho Deliberativo
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
FAAPERJ	Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
GT	Grupo de Trabalho
IAPB	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PNI	Política Nacional do Idoso
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social de Comércio
STF	Supremo Tribunal Federal
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFESPA	Universidade Federal Fluminense Espaço Avançado

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I. CENÁRIOS, IDENTIDADES, EMPODERAMENTO - MILITÂNCIA E CAPITAL SOCIAL NA LUTA PELOS 147%.....	19
1.1 Cenários das Lutas.....	21
1.2 Identidades em Questão.....	27
1.3 Construção do Capital Social	36
1.4 Processo de Empoderamento ou <i>Empowerment</i>	41
CAPÍTULO II. CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E POLITIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS 147%.....	46
2.1 Invenção das Fontes	46
2.2 Os Narradores e suas Memórias	47
2.3 Encontros, Contatos, Memórias	51
2.3.1 re-arrumação das lembranças	54
2.4 Imagens e Sentidos nos Discursos dos 147%.....	58
2.4.1 Imagens de si	63
Sobre a memória da infância e signos de liderança.....	63
Sobre memórias de militância e trabalho	69
2.5 Memórias de Aposentadoria e Militância.....	73
2.6 Imagens sobre Aposentadorias e Velhices	74
CAPÍTULO III. MÍDIA E IMAGENS PRODUZIDAS SOBRE A AÇÃO DOS 147%.....	78
3.1 Considerações Acerca da Imprensa e dos Aposentados – ‘O pessoal é político’. ..	79
3.2 Imagens de Aposentados e Idosos Veiculadas pela Mídia Escrita	86
3.3 Mídia, Estado e Sociedade: Relações entre público e privado no movimento dos aposentados.....	101
CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

A década de 1990 trouxe à tona, como novidade, ampla mobilização de aposentados em torno de seus proventos e as tensões que a impulsionavam. Mais especificamente, em setembro de 1991, o Governo havia concedido reajustes diferenciados para os aposentados, estipulando que os benefícios superiores a um salário mínimo receberiam o abono de 54,60%, enquanto as aposentadorias menores –basicamente, as rurais – seriam corrigidas em 147,06% acompanhando o salário mínimo.

Insatisfeitos com semelhante alteração, os aposentados se uniram em movimento para a conquista de igualdade no reajuste, o que demandou alto nível de organização e de articulação, com ampla utilização de diversos meios de comunicação, de modo a atingir o maior número de aposentados e de pressionar os vários setores do governo, assim como de sensibilizar a sociedade.

A batalha foi travada na Justiça por quase dois anos e trouxe a reboque a discussão sobre as condições de vida do idoso brasileiro. A situação dos aposentados brasileiros, idosos em sua maioria, foi propagada pelas mídias impressas, radiofônicas e televisadas, provocando indignação popular e conquistando simpatia para o movimento. Tal discussão foi extremada ora na situação de extrema pobreza em que viviam os idosos, ora no desrespeito com que eram tratados nos bancos, transportes e serviços públicos, ora na possibilidade de surgimento de novas identidades dos idosos como provedores da família, responsáveis pela sobrevivência de outros.

De qualquer modo, o pano de fundo era a crise socioeconômica brasileira, que fora agravada pelas políticas neoliberais. Assim, o empenho pelos 147% traduzia motivações de lutas por sobrevivência, mas também de processos identitários antigos e recentes. Alguns, que foram forjados no passado, em vidas entrelaçadas por militância política e sindical, reativavam-se e atualizavam-se; outros, apenas se anunciavam dentro de novas referências.

Por conseguinte, a experiência de luta dos aposentados/idosos pelos 147% marcava um evento e um momento de construção de identidade de projeto – conceituado como: “(...) identidade de projeto é aquela que acontece quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”, ao mesmo tempo em que reconstruía identidades de resistência, ou seja, “aquelas criadas por autores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou melhor, opostos a estes últimos...”. (CASTELLS, 1999:24).

Em vista disso, esta Dissertação tem como objeto de pesquisa a memória e a história do movimento dos aposentados a partir da mobilização para a conquista do reajuste de 147% nos valores das aposentadorias, bem como a tentativa de desvendar a relação entre público e privado mediante o papel exercido pela mídia nesse momento.

Existe vasta produção de estudos sobre os movimentos sociais durante os anos de 1980 e de 1990. Os novos movimentos sociais desse período fortaleceram as lutas sociais e o movimento dos aposentados, apesar de bem anterior, igualmente entra nessa discussão. As disputas em defesa da Previdência Social com a participação de representantes do movimento em comissões relacionadas, bem como na Constituinte, deram impulso a essas lutas. Entretanto, certos aspectos e recortes do período ainda apresentam lacunas.

O movimento teve amplitude e repercussão nacional, pelo que já havíamos lido alguma bibliografia acerca de sua mobilização em São Paulo, mas nada encontramos que relatasse peculiaridades da participação dos aposentados no Rio de Janeiro, lacuna que aguçou nossa curiosidade e interesse.

Desse modo, ainda que mencionada em diversos estudos sobre o envelhecimento, a mobilização dos aposentados tinha muitos de seus aspectos desconhecidos. Para exemplificar citamos SIMÕES (2003), que estudou certos aspectos em âmbito nacional, ao passo que

HADDAD (2001) produziu estudos sobre o movimento dos aposentados no Estado de São Paulo.

Indagações não só a respeito de seu alcance e importância, mas concernentes à capacidade dessa geração de idosos de efetivar rupturas suscitaram novas questões:

- O que havia nas histórias pessoais dessa geração que impulsionava suas lutas, expondo nova autopercepção?
- O que no movimento de aposentados no Rio de Janeiro fazia mover e deslocar identidades dos seus participantes?
- Quem eram esses militantes?
- Quais foram suas trajetórias até chegar ao movimento?
- Que memórias guardam dessa mobilização e como a representam?
- O que mudou depois dessa conquista?
- Quais imagens veiculadas pela mídia contribuíram com essa mobilização e por quê?

Tais questões deram ao tema novos contornos teóricos, a partir dos quais os objetivos de pesquisa foram redefinidos. Com base na caminhada teórica feita através das leituras, das disciplinas de Mestrado e das reflexões desenvolvidas com a orientadora Prof. Dra. Suely Costa, tornou-se possível redefinir a construção de uma identidade de projeto nessa mobilização como objeto principal.

Ao longo de oito anos de prática profissional no Programa de Extensão Uff Espaço Avançado (UFFESPA) aproximamo-nos de questões relativas à participação e à cidadania dos idosos. Esse Programa busca estimular a sua frequência em espaços de discussão, de construção e de garantia de direitos como diferentes segmentos em movimentos sociais que lhes são próprios. Concomitantemente, o interesse pela questão da memória social vem sendo aprofundado, nos últimos sete anos, na Oficina de Memória do mesmo Programa. Muitas observações surgiram: a forma pela qual os participantes relatam e dão significado a suas experiências, os longos momentos de silêncio antes de algumas falas, as facilidades ou dificuldades ao relatar as experiências vividas, ricos dados da história sociocultural e econômica do País, assim como das cidades e bairros em que habitaram, a importância do ‘lembrar’ para estas pessoas...

Essas possibilidades oferecidas pela prática profissional se refletiram na escolha do objeto de pesquisa, que surgiu a partir de conversas informais e de discussões com a professora Dra. Beatriz Venâncio, que desenvolve um trabalho de teatro e de memória no Programa UFF Espaço Avançado, por ela coordenado atualmente. Tendo acompanhado com bastante interesse o movimento dos aposentados – em especial, na década de 1990 – durante a mobilização para a conquista do reajuste de 147% nos valores das aposentadorias, pudemos reconhecer sua relevância política nessas conversas quase que naturalmente.

Paralelamente, a participação nas reuniões mensais do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Rio de Janeiro facilitou a localização dos aposentados em foco. Nossas observações indicavam a presença constante de duas entidades da categoria, a saber: a Associação dos Aposentados da Previdência Social (ASAPREV) e a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (FAAPERJ), as quais, há vários anos, os associam, com grande representatividade no movimento dos aposentados em âmbito estadual e nacional. Em pesquisa inicial sobre o movimento pela Internet, confirmamos lembranças e observações da atuação conjunta dessas duas entidades, polarizando a mobilização dos 147% no Rio de Janeiro.

Posteriormente, durante o curso de Mestrado, ao cursarmos a disciplina ‘Estado, Sociedade e Cidadania’, ministrada pelo Prof. Dr. André Brandão, fizemos um estudo exploratório sobre Mídia e Velhices. Procuramos focalizar tanto a relação da mídia com o movimento dos 147% – as representações e imagens trabalhadas nas reportagens das revistas *Veja* e *Isto É* durante os anos de 1991 e 1992 – período em que a batalha dos aposentados com o Governo aconteceu de forma mais acirrada –, como também as relações entre público e privado nas questões que envolvem aposentadoria e velhices. Novas questões foram formuladas:

- Quais eram as imagens veiculadas pela mídia escrita?
- Como contribuíram para a mobilização?
- Por que esse movimento conseguiu acionar a imprensa e se fazer representar de forma tão contundente?

Algumas disciplinas do Curso de Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense contribuíram de forma mais específica para delimitar nosso objeto de estudo. A de ‘Formulação e Avaliação de Políticas Sociais’, ministrada pela Professora Dra. Lenaura Lobato, permitiu localizar a questão do capital social; a de ‘Cultura, Subjetividade e

Identidades Contemporâneas’, ministrada pela Prof. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas, possibilitou a discussão sobre identidades e a de Memória e Identidade ministrada pela professora Dra Beatriz Venâncio propiciou a problematização, discussão e aprofundamento de questões relacionadas a história oral e memória. Esse conjunto de contribuições associou-se a novas leituras temáticas, ampliando a nitidez de processos sociais próprios à história recente dos aposentados/ idosos.

A partir dessas indagações realizamos também, logo após cursar essa disciplina, uma pesquisa mais aprofundada do material produzido sobre os 147% no acervo do jornal O Globo, onde encontramos também matérias do Jornal do Brasil e do jornal O Dia. Na Biblioteca da UFF encontramos as matérias das revistas Veja e Isto É que haviam sido utilizadas no estudo exploratório.

Nessa fase, deparamo-nos com dificuldades em razão de os acervos informatizados só terem começado por volta de 1996, o que dificultou a localização das matérias sobre o período estudado. Na Biblioteca Nacional só havia acervo sobre o Jornal do Brasil. Por sua vez, no arquivo do Jornal O Globo, a consulta é cobrada assim como as fotocópias do material selecionado, e as reportagens estão separadas em pastas sobre Previdência Social e Velhice. Em virtude disso, a organização é precária, permitindo examinar separadamente períodos alocados em pastas divididas por anos, dentro das quais não há ordem cronológica e em que existem reportagens duplicadas, pelo que demanda bastante tempo para localizar e organizar o material desejado.

Após essa etapa, dirigimo-nos às entidades FAAPERJ e ASAPREV, visando buscar contato com aposentados que estiveram à frente da mobilização, embora soubéssemos de antemão que, no tocante à ASAPREV, em particular, seria grande o desfalque de quadros, uma vez que um de seus líderes mais proeminentes – o jornalista Roberto Pires – já não estava mais entre nós.

Os representantes atuais das duas entidades receberam-nos com carinho, mostrando-se dispostos a fornecer todas as informações, a facilitar contatos com os aposentados que participaram dos 147%, a pôr à disposição material sobre a época e atas de reunião, enfim, tudo o que fosse necessário. Assim, a partir das indicações deles, foram entrevistadas seis lideranças dos aposentados acerca de suas participações na mobilização.

Seguidos estudos têm demonstrado que as mudanças trazidas pela modernidade alteraram a forma de viver a velhice. Alteraram também alguns papéis sociais relacionados

aos velhos (as), bem como, identificações e identidades.¹ Essas novas identidades se constroem em contraposição ou complementação a identidades anteriores que circulavam e circulam na sociedade. Basta lembrar as imagens das velhas de outras gerações, ainda presentes hoje, sentadas em suas cadeiras de balanço à espera do tempo passar ou de a morte chegar. Atualmente, há possibilidades plurais de construção de novas identidades para a velhice. Este trabalho se ocupa delas, na tentativa de responder a algumas dessas perguntas.

Trabalhamos na perspectiva da micro-história, em que a escala utilizada para o desvelamento e o registro do processo de mobilização permite uma análise que busca captar reflexos do quadro social mais amplo onde se inserem os fatos através da perspectiva subjetiva de cada ator social.

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. (REVEL, 1998:20)

Atenta às estruturas discursivas contidas nos relatos orais e na memória social o trabalho procurou nelas desvendar significados de práticas e representações sociais propagadas pelo movimento. O registro das experiências representadas pelos sujeitos traz muitas possibilidades de compreensão de seus significados; o que é valorizado, o que é ‘esquecido’, o que é desprezado, enfim, os elementos presentes nesse tipo de reconstrução histórica e que explicam mesmo os rumos do movimento.

Trabalhar com memória social através de relatos orais se tornou, desde o pós Segunda Guerra Mundial, uma metodologia bastante utilizada, tornando-se tema de seguidos estudos e reflexões na área das Ciências Sociais, tais como Psicologia, Antropologia e História, por exemplo. Como em qualquer método, são muitas as suas dificuldades e limitações, mas há também possibilidades, em especial quando se quer trabalhar com versões dos fatos, com dado olhar e interpretação de quem os viveu, sabendo-os uma aproximação histórica. Os atores que participaram dos eventos relatam de maneira pessoal e subjetiva, localizam questões que comumente não aparecem na história oficial: “A história, que se apóia

¹ Para aprofundar a questão examinar: PAZ (2001), MERCADANTE (2004).

unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2003:15).

Questões a serem pensadas estão associadas aos limites e possibilidades da história oral, como, por exemplo, o perigo da ideologização, os estereótipos, as diferenças nos discursos de alguns grupos – militantes e sobreviventes, por exemplo –, os mecanismos da memória citados anteriormente, as interações entre entrevistados e pesquisadores e o cruzamento de dados dessas fontes com as oficiais. Em virtude disso pretendemos realizar o cruzamento dos dados fornecidos nas entrevistas com o recurso a atas das reuniões e a jornais e revistas.

Essa técnica, quando bem utilizada, se torna uma forma de capturar momentos e histórias do passado, proporcionando a transmissão de conhecimento e valores do narrador. Como reflete Queiroz:

A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destes, tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de história, poetas, cantadores inventam num momento dado. Na verdade tudo quanto se narra oralmente é história, seja história de alguém, seja história de um grupo, seja história real, seja ela mítica. (QUEIROZ, 1988:19)

Nessa perspectiva, percebe-se que a história oral possibilita trilhar caminhos múltiplos dentro do campo da cultura e da memória. São esses percursos efetuados pela memória que buscamos captar nos relatos de nossos narradores para revisitar a história dos 147%.

Assim, foram examinadas fontes diversas sobre o movimento: periódicos dos anos de 1991,1992 e 1993 - jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia* e revistas *Veja* e *Isto É*. Infelizmente não foi possível localizar as atas das reuniões da FAAPERJ e ASAPREV desse período, como desejado durante a pesquisa. As lideranças do movimento alegaram que essas fontes foram perdidas. Os relatos orais foram obtidos em entrevistas realizadas com seis líderes do movimento que atuaram na mobilização. Apesar de algumas tentativas de localizarmos mulheres que tivessem participado dessas lideranças, não o conseguimos. Algumas, citadas por esses aposentados, já haviam falecido; outra, estava em estágio terminal de doença e sem condições de fornecer a entrevista. Por conseguinte, um estudo mais aprofundado sobre a participação das mulheres e o predomínio do protagonismo dos homens no campo político merece maior investigação. Acabamos então por nos restringir aos depoimentos desses aposentados.

No Capítulo I – Cenários, identidades, empoderamento: militância e capital social na luta pelos 147% – examinamos a conjuntura de eclosão do movimento dos 147% quando os aposentados, sob a globalização e as prescrições neoliberais, se vêem como provedores familiares, condição que redefine relações de dependência e que enseja uma experiência individual e coletiva de *empowerment*/empoderamento e de resistência, vencendo representações e práticas sociais tradicionais sobre velhices e suas fragilidades. Enfoca também, a formação da “identidade de projeto” estabelecida em aprendizado político do passado, em antigas militâncias que passam a integrar o capital social do movimento, o que é significativo de muitos de seus rumos.

O Capítulo 2 – A construção da memória e politização do movimento dos 147% – enfoca a memória individual e coletiva como parte da experiência histórica do movimento dos 147%. Examina as imagens e lembranças presentes nos discursos dos militantes, percorrendo suas trajetórias de vida, de modo a indicar a forma como dão sentido a suas experiências ao traduzi-las em significados para as lutas pessoais e coletivas.

Por fim, o Capítulo 3 – A mídia e as imagens produzidas sobre a ação dos 147% – analisa as imagens criadas através da mídia sobre a mobilização como significativas de práticas e representações sociais que politizam as velhices, quando avançam no País as prescrições neoliberais e a globalização. Além disso, examina questões referenciadas às esferas pública e privada, as quais envolvem as relações entre a mídia, Estado e sociedade que se fazem presentes nessa discussão.

CAPÍTULO I. CENÁRIOS, IDENTIDADES, EMPODERAMENTO - MILITÂNCIA E CAPITAL SOCIAL NA LUTA PELOS 147%

Muito se debate a respeito da cidadania no Brasil. A discussão acerca da cidadania plena impulsionada por Marshall, ao focar o *Welfare State*, tem-se constituído parâmetro para o exame dos caminhos de luta por cidadania – distinguindo-se, como seqüência histórica, as conquistas de direitos civis, depois as de direitos políticos e, a seguir, mais recentemente, as de direitos sociais, como indica GOMES (2003).

Todavia, no Brasil, o caminho descrito por Marshall não se verifica. Em nosso País, a história desses direitos tem sido escrita por diferentes movimentos sociais e não obedece necessariamente à seqüência descrita. Por conseguinte, o processo brasileiro é complexo e deixa entrever assimetria na dinâmica entre os direitos políticos, civis e sociais.

Durante a monarquia, o cidadão brasileiro é sujeito de privilégios; no entanto, com a Constituição de 1824, essa visão começa a ser modificada mediante a garantia de alguns direitos civis e políticos aos cidadãos brasileiros. Na República, a dinâmica entre os direitos de cidadania vai-se alterando de acordo com o autoritarismo ou as práticas democráticas dos diferentes governantes. Isto não significa que, automaticamente, os direitos são garantidos ou ampliados em governos democráticos. Os direitos sociais, por exemplo, são ampliados paradoxalmente nos dois períodos ditatoriais – pós 1930 e pós 1964 –, época em que os direitos políticos ou se extinguem ou são diminuídos.

Por conseguinte, o incremento dos direitos avança conforme o estado de consciência política e da legitimação desses direitos pela ordem jurídico-social, variando de país, para país.²

No caso brasileiro, isso se dá marcadamente pela via das profissões regulamentadas, caso que SANTOS (1994) define como ‘cidadania regulada’. A partir das relações de trabalho, o Estado regula e estabelece os direitos sociais, designando quem são os destinatários das políticas sociais. Dentro dessa perspectiva, o movimento dos aposentados tem sua origem através das caixas e institutos de aposentadoria, como discutiremos a seguir.

Contudo, as décadas de 1980 e o início dos anos de 1990 marcam o declínio e a negação de direitos decorrentes do trabalho – direitos sociais conquistados arduamente pelos trabalhadores brasileiros, que são interrompidos ou negados sob a marcha do neoliberalismo, quando o trabalho passa a ser crescentemente precarizado, instituindo-se um recuo de conquistas no campo desses direitos.

Os aposentados, antigos trabalhadores, muitos dos quais, militantes que lutaram pela conquista desses direitos, presenciam o processo. Ao mesmo tempo, perdem força dentro dos sindicatos e procuram construir outras formas de garantir seus direitos, como a criação de Associações e de Federações. Desse modo, a luta pela cidadania se torna o mediador na busca de solidariedade perante a sociedade, como explica LOBATO (1997):

Ao constituir padrão de relacionamento predominante entre a sociedade e o Estado, a cidadania distingue um e outro, consente na preservação e autonomia de ambos e, principalmente, associa o conjunto de cidadãos, tanto individualmente quanto coletivamente. A cidadania seria, portanto, a forma contemporânea de preservação da coletividade e controle do Estado. A possibilidade desse controle é, por sua vez, diretamente proporcional à preservação da coletividade. Assim quanto mais solidária for a sociedade, mais ampla será a cidadania e, portanto, menor possibilidade terá o Estado de ser excludente ou exercer poder de força. (LOBATO, 1997:46)

Os movimentos de aposentados têm procurado construir a solidariedade. Afirmamos isso com base nas redes de ação e de informação que nos apoiaram para a realização desta Dissertação, as quais parecem revelar uma procura coletiva no sentido – tanto dentro do próprio movimento como na sociedade em geral – da garantia e consolidação de direitos, ou,

² Ver a discussão de Ângela CASTRO sobre o assunto em “Venturas e desventuras de uma república de cidadãos”. In: ABREU, M. SOIHET, R. (org.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 152-67.

ainda, para fazer frente às ameaças contra a Previdência Social, geradas pela ideologia neoliberal, e às modificações nas relações de trabalho em um mundo globalizado. Desse modo, o percurso da luta pela cidadania dos aposentados no Brasil aponta para a constituição de alguns elementos teóricos, que pretendemos discutir.

1.1 CENÁRIOS DAS LUTAS

A mobilização pela conquista do reajuste de cento e quarenta e sete por cento nos proventos das aposentadorias brasileiras está ligada diretamente aos problemas relacionados à Previdência Social e, em consequência, às conjunturas históricas nacionais e internacionais.

A questão da Previdência Social começa a ser construída no Brasil a partir do final do século XIX – com a conquista do direito à aposentadoria pelos ferroviários em 1890 – bem como no início do século XX – com a criação da primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP) para essa categoria ocupacional. A Lei Elói Chaves, de 1926, estende as CAPs para outras categorias profissionais e, mais tarde, nos anos de 1930, são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs).

Na década de 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social uniformiza as leis e benefícios dos IAPs e, em 1966, estes são unificados através da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Entre 1930 e 1960, as reivindicações de aposentados e pensionistas são segmentadas por categorias profissionais, evidenciando interesses corporativistas. As formas de gestão das CAPs e IAPs incorporam então, de algum modo, os trabalhadores, embora as caixas e institutos ofereçam serviços e atendimentos diferenciados de acordo com seu poder econômico e político.³ Sabe-se que os setores mais estratégicos para o crescimento da economia brasileira têm maior poder de pressão e de barganha nas respectivas categorias, umas mais que outras.

A unificação dos Institutos, em um primeiro momento, nivela os serviços prestados pelos que são fornecidos à época pelos melhores IAPs: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, por velhice, por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio natalidade, financeiro e pecúlio. Também estende vários benefícios aos pensionistas, tais como: pensão,

³ Ver HADDAD, 2001, cap.1, p.18-37.

auxílio reclusão, funeral e, ainda, assistência médica, alimentar e habitacional, entre outros (HADDAD, 2001:27).

A ampliação tanto de benefícios quanto de beneficiários torna mais aguda a crise da Previdência Social, que já se desenha, através dos déficits e desvios feitos nas arrecadações dos IAPs pelos governos, visando financiar outras áreas. Está formada assim a arena onde se darão os embates sobre as questões relacionadas à aposentadoria a partir dos anos de 1980.

HADDAD (2001) discute ainda a formação das Associações de Aposentados, pois suas organizações não têm origem única:

O Movimento dos Aposentados e Pensionistas, ao longo de seu percurso, foi articulando suas demandas, trazendo a tona os limites da política previdenciária. As associações criadas para a defesa dos interesses de aposentados e pensionistas possuem uma composição variada. Além das ecléticas, há aquelas ligadas aos sindicatos. (HADDAD, 2001:38)

HADDAD (2001) aponta somente esse dois tipos de Associações – ecléticas ou sindicais – ao passo que SIMÕES (2003:18) distingue quatro tipos delas: corporativistas, que são fundos de previdência mantidos por complexos financeiros e industriais; associações sindicais específicas, exclusivas de determinadas categorias ocupacionais; associações ecléticas, as que reúnem diferentes categorias e mantêm relações com os respectivos sindicatos; e, por fim, aquelas baseadas em interesses político-partidários de candidatos em busca de votos.

As diferenças entre essas Associações dificultam muitas vezes a mobilização, embora não pareçam ter interferido de forma contundente na organização da categoria no período estudado:

O projeto de uma ação reivindicatória não se fez de imediato à uniformização dos IAPs. Foram constituídas, em primeiro lugar, associações para informar e orientar usuários da previdência social. A partir delas, e com as profundas defasagens dos proventos dos aposentados e pensionistas, decretadas pelos dispositivos institucionais concretizadores da política de confisco salarial ao longo do pós-64, e agravadas ao final da década de 70, é que apareceram as federações e com a união das mesmas a COBAP. Em 1985, os ecos do Movimento poderiam ser ouvidos em todo território nacional, não fossem as barreiras levantadas para evitar ressonância maior. (HADDAD, 2001:38)

Na década de 1970, apesar de ser ampliada a cobertura da previdência social pela incorporação dos trabalhadores rurais, dos autônomos e dos empregados domésticos, também há o agravamento da perda de rendimentos. A política de controle da inflação deteriora o salário mínimo e, se já não bastassem essas perdas, os valores de reajuste das aposentadorias e pensões são desindexados do salário mínimo e calculados por um ‘valor de referência’ abaixo deste.

Além disso, no final da década de 1970 e início de 1980, o movimento sindical brasileiro passa por um momento muito importante. SANTANA (1999) demonstra que, após os anos de repressão e silêncio durante a ditadura militar, o sindicalismo ressurgiu no cenário brasileiro, buscando ampliar e redefinir espaços de representação da classe trabalhadora. Nessa tentativa, o então chamado ‘novo sindicalismo’ trava uma disputa polarizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O primeiro, considerado combativo, é maioria dentro do ‘novo sindicalismo’. O segundo, é tido como reformista ou ‘pelego’ por conta de sua trajetória histórica; seus opositores consideram que a orientação adotada pelo sindicalismo pré-1964, de ‘colaboração de classes’, atrapalha a luta sindical, enquanto suas práticas teriam corroborado o sucesso do golpe militar.

Nega-se então toda a luta e as formas de organizações sindicais anteriores a 1964. Para o autor, tal ruptura entre passado e presente traduz um conflito de gerações:

A distinção do passado tinha também como lastro a indicação da existência de uma classe trabalhadora jovem, nova no tempo e no espaço e, portanto, livre das ‘fraquezas’ dos velhos operários que, por livre e espontânea vontade ou pelos ‘equivocos’ do PCB, capitulara ao enlace com o ‘pacto populista’. (Santana, 1999:105).

A ruptura com as antigas formas de organização e com a perda do poder de influenciar a política previdenciária teria subordinado os aposentados às políticas sindicais que, *grosso modo*, também não priorizam suas necessidades, pois concentram suas ações em prol dos trabalhadores que ainda estão atuando no mercado de trabalho.

As Associações são formadas e começam então a se articular para defender os direitos dos aposentados e pensionistas, unindo-os em Federações e Confederações. Como sinaliza HADDAD (2001):

(...) O Movimento dos Aposentados e Pensionistas marcou o aparecimento de uma nova forma de articular a defesa dos interesses dos beneficiários da Previdência Social. Uma velha luta que foi sendo reelaborada e que assumiu novos contornos no âmbito da Nova República. (HADDAD, 2001:38)

Em entrevistas realizadas com aposentados militantes na década de 1990, SIMÕES (2004:31) detecta que a unificação dos IAPs era avaliada de forma negativa, salientando-se as perdas tanto em valor como em qualidade de serviços para determinadas categorias, bem como a falta de poder de influência na gestão do INSS. A ‘nova’ estratégia de luta das Associações, Federações e Confederações passa então pelo caminho judicial. Os aposentados começam a demandar direitos da Justiça mediante milhares de processos, recorrendo a todas as brechas administrativas ou legais, ou, ainda, nas situações em que o Governo desrespeita leis e direitos.

As vitórias obtidas nesses processos fortalecem o movimento dos aposentados de maneira tal que, na década de 1980, em meio à crise da Previdência e as suas tentativas de reforma, da ascensão da influência do discurso neoliberal na economia brasileira e mundial, de todas as justificativas técnicas de representantes do Governo e da Previdência e das mudanças nas relações de trabalho, que enfraquecem a luta sindical, os aposentados conseguem realizar congressos, passeatas e mobilizações com significativa participação da categoria. Além disso, fazem-se representar no Grupo de Trabalho (GT) para a reestruturação da Previdência Social em 1986, através da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), e na Constituinte em 1988.

Esse grupo de trabalho aponta os principais problemas da Previdência no espectro mais geral, tais como: ausência de princípios claros, que definissem o caráter dos benefícios, dos serviços e seu financiamento; em relação aos benefícios, a discriminação da cobertura, a deterioração do valor dos benefícios e a ausência de critérios sociais e/ou seletividade para a sua concessão. No que concerne ao financiamento, destaca a instabilidade das receitas previdenciárias, a regressividade da estrutura de financiamento resultante das alíquotas, tetos e base da incidência das contribuições, além da insuficiência de recursos fiscais (NEPP. Apud HADDAD, 2001:71).

As propostas de reestruturação da Previdência feitas pelo GT fundamentam o anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases da Seguridade Social, o qual serve posteriormente de base para o anteprojeto da Lei Orgânica da Previdência Social, em 1987.

Na Constituição de 1988, os aposentados também conseguem vitórias; muitas de suas reivindicações estão nela concretizadas: no artigo 194, por exemplo, constam “irredutibilidade do valor dos benefícios, caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com participação da comunidade em especial trabalhadores, empresários e aposentados”; no artigo 201 há a garantia de reajuste dos benefícios, a correção monetária de todos os salários de contribuição considerados no cálculo do benefício, nenhum benefício inferior ao salário mínimo, a gratificação natalina; no 202 consta redução da idade para 65 anos no caso de aposentadoria por velhice; além de outros artigos que contemplam outras reivindicações.

O processo de representação na Constituinte mostra-se enriquecedor para o movimento, como demonstram as falas de alguns líderes dos aposentados:

Conseguimos com o nosso movimento em todo o Brasil sensibilizar os deputados de um modo geral, tanto é que a votação das nossas reivindicações foi de quatrocentos a zero. Isso foi em virtude do nosso movimento, o Movimento dos Aposentados. (Sr. Urbano FRANÇA – secretário geral da Federação dos Aposentados de São Paulo. Apud HADDAD, 2001:79)

Apesar das vitórias, os aposentados relatam dificuldades e falta de apoio nesse período:

Onde a gente arrancava dinheiro de pedra, porque não tínhamos dinheiro, não tínhamos condições pra fazer, nós íamos pra Brasília as nossas custas, dormimos muitas vezes nas relva do jardim de Brasília, porque nós pegávamos ônibus aqui as dez horas da manhã para chegar as sete da manhã do dia seguinte e para fazer o lobby nos gabinetes dos parlamentares. (Sr. PEDROSA)

É importante ressaltar que, durante a década de 1980, vive-se, no Brasil, intenso momento de mobilização política. O processo de abertura e de redemocratização, iniciado com o final do regime de ditadura militar, busca criar e garantir a representação de segmentos excluídos da população na esfera da política governamental e propicia o surgimento de várias formas de associativismo. A Assembléia Constituinte constitui um espaço para as discussões sobre a cidadania, que haviam sido silenciadas durante o governo ditatorial, proporcionando um canal de acesso aos movimentos sociais.

Na década de 1990, mais especificamente, em setembro de 1991 – como indicam as pesquisas realizadas nos jornais O Globo, O Dia e Jornal do Brasil –, o Governo concede

reajustes diferenciados para os aposentados: os benefícios superiores a um salário mínimo recebem o abono de 54,60%, enquanto as aposentadorias menores – basicamente, as rurais – são corrigidas em 147,06%, acompanhando o salário mínimo.

O Governo apóia-se no artigo 146 da Lei 8.213, de julho de 1991, que prevê os reajustes calculados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os aposentados demandam na Justiça, alegando que, em setembro, as aposentadorias ainda estão vinculadas ao salário mínimo, uma vez que a Lei 8213 só fora regulamentada em dezembro de 1991. Os juízes aceitam o argumento dos aposentados, porque a Constituição – artigo 58 das Disposições Transitórias – prevê a desvinculação após a implantação do plano de benefícios – Lei 8.213 –, e a implantação é entendida como regulamentação. Além disso, o artigo 201 da Constituição garante às aposentadorias a manutenção do seu valor real, o que não acontece; há diferença de 16,40 % entre o reajuste concedido (54,60%) e o INPC (79,96%).⁴

No final de 1991 e durante o ano de 1992, as entidades representativas dos aposentados são procuradas por milhares de aposentados para obter orientação e entrar com processos individuais ou coletivos na Justiça, na tentativa de garantir o índice. Conseguem mobilizar pessoas que não têm tradição de envolvimento sindical ou político, multiplicando-se filas, passeatas e protestos pelo País, ao passo que a mídia escrita e televisiva noticia, quase que diariamente, o que intitulavam a batalha dos ‘velhinhos’.

Esses cenários nos permitem visualizar o contexto em que essa luta ocorre. O movimento não surge do nada ou da simples percepção de perdas salariais; ele vem-se organizando ao longo dos anos em torno das questões previdenciárias e das crises socioeconômicas e possui uma estrutura mínima que permite a organização de redes – formadas pela COBAP, por Federações e Associações –, nas quais atores, informações e estratégias circulam. Como afirma um entrevistado:

⁴ Dados retirados dos jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Dia, publicados nos anos de 1991 e de 1992.

Bom, na articulação se deu o seguinte, bem, a COBAP, ela se reunia, né, sempre uma vez por mês, especialmente em Brasília, que a nossa sede passou. Antes a COBAP era itinerante, ela tinha sede no respectivo estado aonde residia o presidente, o secretário e o tesoureiro. Mas a partir do congresso, do décimo terceiro congresso, que se deu na Bahia, nós criamos a sede lá em Brasília, e a COBAP se reunia uma vez por mês. A COBAP ela é dividida pela executiva, né, a Direx, é a Diretoria Executiva (...) e Codir, Comissão Diretora, que é composta por todos os diretores da federação. E nas reuniões, os presidentes levava, né, as suas reivindicações, aí nós tirávamos as resoluções, aonde proclamávamos manifestações nos respectivos estados (...) a COBAP tirava as resoluções, encaminhava para as federações, as federações, hoje, naquela época, começou a ter os seus conselhos de representante, que participa todos os presidentes das associações de base e ali então, discutia a forma de luta pra, pra mobilizar, né. (Sr. VELLOSO)

Assim como essas redes se formam, a experiência obtida nas lutas ao longo desses anos possibilita a construção de identidades bem como de um capital social pertinente ao movimento, além de um processo de empoderamento ou *empowerment*, discutidos a seguir.

1.2 IDENTIDADES EM QUESTÃO

O movimento dos aposentados pela conquista dos influenciou os processos identitários dos próprios aposentados, afetando também os relacionados à velhice. As pesquisas realizadas mostram que esses idosos são desiguais e diferentes entre si., daí, admitirmos, como pressupostos de nossa análise, que as identidades são múltiplas, fragmentadas, como sugere HALL (2002):

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2002:13)

O movimento dos aposentados congrega indivíduos de diferentes segmentos sociais, sexos, raças/etnias e categorias profissionais. Amplia a possibilidade de outros aposentados, além daqueles que militam diretamente, de se perceberem como parte do processo e de se associarem a partir de uma série de situações e vivências que os aproximavam. Daí a relevância da distinção entre papéis sociais e identidades, como faz CASTELLS (1999):

Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, freqüentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende das negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e constituídas por meio de um processo de individuação (...) Em termos genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. (CASTELLS, 1999:23)

As experiências de vida dos idosos entrevistados mostram papéis sociais, os quais são, algumas vezes, confundidos com as identidades. Esse autor designa determinado papel conforme a relevância que assuma para um sujeito em sua história de vida ou em dado momento, podendo se tornar fonte de significado, entendido “como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (CASTELLS, 1999:23). A pluralidade de atores em um movimento como o dos aposentados não impede que se criem identificações simbólicas comuns, mas outras diversas com elas coexistem. Esses significados organizam identidades e não estão descolados dos valores que permeiam a sociedade.

ELIAS (2001) observa que há certo sentido no processo de construção das identidades:

O que chamamos de sentido é constituído por pessoas e grupos mutuamente dependentes de uma forma ou de outra, e que podem comunicar-se entre si. O sentido é uma categoria social; o sujeito que lhe corresponde é uma pluralidade de pessoas interconectadas. Em suas relações, sinais que trocam entre si - que podem ser diferentes para cada grupo - assumem um sentido, um sentido comunal, para começar. (ELIAS, 2001:63)

Os estudos desenvolvidos nesta pesquisa apontam para a existência desse sentido e nos levam a confirmar que as identidades construídas no movimento de forma subjetiva – porém marcadas por contextos sociais, culturais e históricos – são constituídas a partir de alguns parâmetros. Neles, estão inseridas também, relações de poder que estruturam, acentuam ou dão significados a essas identidades:

A construção de identidades vale-se de matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função das tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999:23)

Percebem-se semelhantes movimentos durante as entrevistas, uma vez que os líderes entrevistados buscam dar significados a suas falas com base ora em fatos ocorridos, ora em lembranças, ora em opiniões e questões pessoais. O depoimento do Sr. Pedrosa, vice-presidente da FAAPERJ e diretor do Departamento de Aposentados do Sindicato dos Gráficos, exemplifica isso:

A direção do país, que desde a república, aliás, eu não costumo dizer que é desde a república não, porque eu sou descendente de português, desde que nós fomos invadidos pelos portugueses, que eles já traziam lastro do navio, porque tem que ter peso, eles traziam pedras, deixavam as pedras aqui, e levavam pedras, mas de ouro e pau-brasil para Portugal e para Inglaterra, a grande realidade é essa, nós sempre fomos explorados e ainda temos, assim mesmo, riquezas fabulosa no subsolo, só que infelizmente um governo que passou agora nos últimos tempos, na época da ditadura e da repressão se dizia que foi cassado, foi pra Sorbonne, o pai dele sim, foi um grande general, que inclusive lutou pela Petrobrás, mas ele foi o maior entreguista, que se chama FHC. (Sr. PEDROSA)

Em outro momento da entrevista, esse entrevistado comenta:

Como eu estava dizendo, a fundação da FAAPERJ foi em 63, na realidade quem fundou a Federação dos Aposentados e Pensionistas foram aqueles companheiros igual a mim, ativistas, sindicalistas e que na época, quando entrou o golpe militar, nós fomos considerados banidos, éramos considerados reacioná... era como se fossemos comunistas, não podíamos dizer nada contra eles, que éramos tachados de comunistas, eu nunca fui comunista, agora, sempre fui socialista e disso eu não abro mão. Sempre fui e continuo sendo socialista, sempre fui sedento de justiça, porque nós temos uma filosofia, isso já vem de pai para filho, meu avô era anarquista e eu fui de uma família de quatro filhos, eu fui o que herdei essa fibra dele... (Sr. PEDROSA)

Compreende-se, desse modo, que o contexto histórico, a memória coletiva, as manifestações culturais são pontos fundamentais para a construção das identidades e constituem a base de socialização que fornece esses atributos ao processo de internalização da(s) identidade(s). Para este convergem também as transformações de modos de vida de vários segmentos da sociedade, advindas do atual processo de globalização. As

transformações da velhice conformam esse fenômeno e se expressam na chamada descronologização da vida⁵.

Alguns autores sinalizam que a globalização não é recente, pois teria se iniciado com a mercantilização da economia e com as grandes navegações, acentuando-se na marcha do capitalismo⁶. Entretanto, a mudança da relação tempo/espaço provocada pela globalização nos sistemas de comunicação, pelos quais as informações são recebidas em tempo real – fatos que ocorrem em partes remotas do globo afetam diferentes regiões, países e pessoas de forma imediata –, parece abalar também a identidade, inclusive, a de gerações, como que apagando antigos conceitos de velhices.

Os velhos de hoje, por exemplo, diferenciam-se dos de antigamente na maneira de se vestir – uma vez que as roupas se aproximam bastante dos padrões utilizados pelos jovens, tais como calças de brim, camisas e camisetas de malha etc. – bem como em suas atividades – fazem ginástica, estudam, viajam, freqüentam grupos de convivência etc. –, enfim, nas formas de encarar e vivenciar a velhice. Embora ainda persistam antigos parâmetros, as mudanças seguem novos cursos:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas do final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós como sujeitos integrados. Essa perda de um sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. (HALL, 2002:9)

No que concerne aos aposentados, a globalização e as novas relações de trabalho impostas por ela – como o trabalho sem vínculos ou com vínculos empregatícios precários e o expressivo número de desempregados – está alterando as relações familiares e geracionais, transformando os aposentados, de todas as classes sociais, em provedores. Eles são responsáveis pelo sustento de gerações mais jovens – filhos, netos, bisnetos, sobrinhos... – ou por seu apoio na manutenção das necessidades básicas, como, por exemplo, alimentação, moradia, saúde e educação. Essa circunstância inverte as clássicas relações de dependência dos idosos no que se refere às gerações mais jovens. SIMÕES (2004), em pesquisa realizada com o movimento de aposentados, aborda a questão:

⁵ Examinar DEBERT, Guíta. A Reinvenção da velhice, ed.Edusp, SP, 2000.

⁶ Estes textos podem ser encontrados em <http://educaterra.terra.com.br/atualidade/globalizacao.htm>.

(...) chamou-me a atenção o modo como as lideranças e participantes dessas organizações elaboravam uma auto imagem de provedores, como parte de seus esforços de se constituírem como atores políticos. A imagem de provedor buscava desconstruir a representação dos mais velhos como um encargo para a família e para a sociedade. Em linhas gerais, tratava-se de mostrar que esses aposentados ainda eram arrimo de família: que sua experiência de aposentados não os livrava da necessidade de assegurar o sustento de suas famílias. Ao contrario, muitas vezes, aumentava-lhes a responsabilidade, pois tinham de fazer frente as despesas pessoais crescentes, ligadas ao cuidado da saúde, e às despesas do lar, o que incluía com frequência ser solidários com os apuros das gerações mais jovens. (SIMÕES, 2004:33)

Idosos(as) aposentados(as) estão assumindo essa nova identidade, deixando de serem considerados ‘peso’ para se transformarem em provedores, o que favorece seu empoderamento e transforma as relações familiares, colocando-os em uma posição que exige respeito.⁷ Essas transformações são apontadas pelos entrevistados:

Com o que eu tinha conseguido obter, tinha uma casa de fora, de lazer, os filhos, colaborando pra eles, com eles, uma colaboração pequena, mas depois ela foi um crescimento tão grande que isso passou a ser básico, e hoje é super necessário. Não há aposentado que não sustente não mais os seus filhos, os seus filhos e os seus netos. Então hoje a vida é assim, o aposentado é suporte financeiro da família, dos descendentes, já dos netos. Formei quatro filhos, formei meus quatro. Foi, duas filhas, por que eu tive duas filhas e formei quatro netos. (Sr. ALCINO).

Quanto ao seu poder de influência avaliam:

Nós somos 23 milhões de aposentados e pensionistas, e, atualmente com a falta de emprego, o desemprego, a família que ainda consegue sobreviver, sobreviver, é aquela que tem um aposentado entre eles, principalmente no interior, que a família que não tem um aposentado tá vivendo de esmola, já tem 50 milhões abaixo da linha da pobreza. Então nós temos que ter consciência que nós somos uma força, a força mais perigosa desse país, eu costumo dizer isso, porque nós temos conhecimento, tempo e disponibilidade para poder estar no movimento. Só falta a consciência. (Sr. PEDROSA)

A possibilidade de serem representados e reconhecidos como provedores traz novo sentido e significação tanto para a experiência de ser velho como para a de ser aposentado. Percebe-se, desse modo, que alterações importantes estão ocorrendo nas relações intergeracionais a partir das transformações sociais, culturais e econômicas introduzidas pela globalização.

⁷ A esse respeito ver SIMÕES, 2003.

Outro aspecto dessa experiência é seu impacto sobre a identidade cultural: mudanças rápidas, constantes e permanentes de informações, em particular, no que diz respeito às práticas sociais, alteram sua constituição, como afirma GIDDENS (Apud HALL, 2003:15): “As práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias praticas, alterando, assim, constitutivamente seu caráter”.

Durante as entrevistas, na reavaliação da mobilização dos aposentados, essas questões foram apontadas, identificando-se igualmente alguns ganhos para além da causa:

(...) crescemos do ponto de vista de organização, do ponto de vista da existência de novas associações, muitos municípios que não, que não existia associação passaram a ter associação dos aposentados, né, é, isso nos ajudou muito, né, entendeu? É... Melhorou a qualidade de vida não se pode negar isso, uma coisa é receber um aumento de cinquenta por cento, outra coisa é cento e quarenta e sete por cento, tá entendendo?... (Sr. BENEDITO)

Essa conquista, porém, não garantiu a mobilização permanente:

(...) dos 147 sim, ficamos realizados, mas agora ao mesmo tempo ficamos realizados e tristes, porque o pessoal após a realização, após a vitória dos 147, o movimento esfriou. Eu costumo até dizer porque eu sou um pouco candente nisso, eu, às vezes, até me excito um pouco, eu digo que o pessoal achou que ficou rico depois dos 147, não precisa mais das entidades e se afastaram. (Sr. PEDROSA)

Sob a globalização, reacendem-se discordâncias entre visões universalistas e particularistas das identidades. Alguns autores trabalham com a idéia de homogeneização das identidades, caso das identidades nacionais que permanecem fortes quando relacionadas a aspectos legais e de cidadania, mas silenciam diante das identidades locais – tão diferenciadas entre si –, fortalecidas também no processo de globalização. HALL (2002), discordando da homogeneização, afirma:

(...) Ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade. Há juntamente com o impacto do global, um novo interesse pelo local. A globalização (na forma de especialização flexível e da estratégia de criação de nichos de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim ao invés de pensar no global como substituindo o local seria mais acurado pensar uma nova articulação entre o global e o local. (HALL, 2002:77)

Se as identidades locais e comunais estão se fortalecendo, como defende o autor, talvez seja possível pensar as novas instituições, as organizações que atendem idosos e as associações de aposentados como esses pequenos *loci*, onde novas identidades possíveis são fortalecidas. Isso nos leva a refletir acerca dos espaços de sociabilidade no processo de formação de identidades, ampliando a mesma discussão.

CASTELLS (1999), como citado anteriormente, sugere que a construção das identidades é marcada por relações de poder presentes na sociedade. Evidencia então três diferenciações no processo de formação de identidade.

A primeira, seria a identidade legitimadora, a que dá origem ao pacto de governabilidade na sociedade civil e que legitima o poder, assim como as instituições, as organizações e os atores sociais que estruturam esse arcabouço social, lugar político nem sempre freqüentado pelos cidadãos comuns e que parece bem distante de seus cotidianos.

A segunda, seria a identidade de resistência, exercida, em certas circunstâncias, por marginalizados da sociedade, surgindo como espécie de estratégia de resistência e de sobrevivência a processos de dominação.

A terceira, seria a identidade de projeto, já definida antes, na qual os atores sociais, a partir do material cultural disponível e próximo, construiriam “uma nova forma de identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade” (CASTELLS, 1999:24-5), procurando transformar a estrutura social, inclusive, pela associação com a identidade de resistência, engendrando a identidade de projeto.

Essas identidades definem espaços de participação – de sociabilidades –, além de os ampliarem e redefinirem. Entretanto parecem não serem estanques, podendo estar imbricadas e presentes simultaneamente em um mesmo ator coletivo.

No início da pesquisa trazíamos as seguintes questões: a mobilização dos 147% causou algum impacto nessas formas de identidades dentro do movimento dos aposentados? As identidades de resistência e de projeto, que parecem caminhar juntas no caso dos aposentados/idosos, foram fortalecidas ou, de alguma forma, alteradas? Como definiram e redefiniram os espaços de sociabilidades dos idosos?

Os depoimentos dados pelos líderes entrevistados permitiram a nossa conclusão, de que a referida mobilização possibilitou a ampliação da participação dos aposentados/idosos no movimento. Eles relatam ter havido o incremento do número de participantes nas associações

de aposentados e pensionistas, bem como a ampliação da quantidade de associações, agora espalhadas pelo País, atingindo todos os estados e significativo número de municípios.

Desse modo, pensamos que a estrutura existente se fortaleceu, além de as federações e a COBAP terem adquirido ainda mais força como órgãos representativos da categoria. Em especial, no Estado do Rio de Janeiro, a ASAPREV pôde se estruturar melhor ao adquirir sede própria e ampliar o atendimento oferecido aos aposentados e pensionistas, afora o atendimento jurídico, com outros serviços, como banco de remédios, por exemplo.

Nessa experiência, os aposentados acionam as identidades de projeto e resistência que se fortalecem, naquele momento, pela participação maciça em movimentos de rua e passeatas em defesa da Previdência Social e de direitos constitucionais – onde se reivindica a garantia de direitos adquiridos – , assim como pelo acionamento e pela participação no processo de *impeachment* do presidente Collor. Entretanto, isso não basta para sustentá-las permanentemente. Após a conquista dos cento e quarenta e sete, o movimento gradativamente se esvazia, embora sua estrutura permaneça ativa e atuante às custas de reduzido número de militantes, os quais permanecem nas associações e garantem seu funcionamento.

Esse processo é influenciado pelas questões políticas nacionais e internacionais, bem como pelo processo de globalização. Afirmo HALL (2002):

Como conclusão provisória, parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. (HALL, 2002:87)

Ao mesmo tempo, o movimento se constrói através de redes sociais que o sustentam e que também conformam políticas e programas públicos, re-significando as relações elaboradas através de sua dinâmica.

No caso, a(s) racionalidade(s) neoliberal(ais) esco(m) na conjuntura do movimento dos 147%, e está(ão) na ênfase dada à individuação, na quebra de vitalidade dos meios de organização coletiva e dos movimentos sociais, no aprofundamento das desigualdades e na articulação tensa de políticas governamentais encolhidas pela prescrição de Estado mínimo, em que demandas sociais crescentes não são atendidas.

Nesse contexto, a noção de direitos universais se fragmenta; estimulam-se lutas particulares e cidadanias diferenciadas por classes, sexos/gêneros, raças/etnias e gerações, repercutindo sobre as relações entre os sujeitos sociais. Todavia, as experiências do passado se projetam no presente. A geração dos militantes da luta pelos 147% conhece lutas anteriores em que aprendeu a se organizar e a articular forças sociais. A luta pelos 147% traduz uma certa unidade discursiva construída nessas experiências do passado. Assim, quando associa diferentes experiências de luta, estabelece entre todas elas uma conexão móvel.

Importa assim conhecer um pouco mais das circunstâncias que agregam sujeitos de diversas trajetórias, sobretudo em movimentos sindicais. Ainda que o movimento dos 147% construa dada unidade de discurso, esta se elabora com material político, social e cultural diferente e distinto. Processos identitários estão sempre em trânsito, são sempre provisórios; portam elementos que se articulam e rearticulam em diferentes tempos e de diversos modos com forças sociais às quais pode vincular-se.

Como já afirmamos, a memória individual e coletiva do movimento dos 147% traduz muito da complexidade dos processos de formação de identidades e discursos e ações com que são construídos. Identidade e memória se entrecruzam, formatam estruturas discursivas e ações de tal forma, que, grosso modo, podemos afirmar que são inseparáveis:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992:5)

No caso do movimento dos aposentados, lembranças de lutas passadas e das recentes e de suas conquistas são partes constitutivas de suas identidades. Ainda que plurais e fragmentadas, permitem verificar o sentido e o significado de se apresentar/identificar como aposentado. Nesse sentido, a vitória na conquista dos 147% fortalece a possibilidade de uma identidade de projeto. VELHO (2003), ao discutir as relações entre memória e projeto, afirma:

Projeto e memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos (...) são visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória. (VELHO, 2003:101).

As lembranças e reminiscências das conquistas do movimento de aposentados ao longo das décadas passadas, desde a luta para criar e administrar as CAPs e os IAPs até a participação na Constituinte, permite-lhes, como sujeitos de uma história comum, acionar e desenvolver estratégias de mobilização durante o embate dos 147%. A estrutura anterior existente também serve de base para sua ampliação e capitalização.

1.3 CONSTRUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

O percurso do movimento dos aposentados até a mobilização dos cento e quarenta e sete permite reconhecer, nas décadas anteriores, a construção de um capital social segundo o modo enunciado por BOURDIEU (1989). Essa construção é essencial para sustentar, em meio a batalhas judiciais e à enorme pressão do governo para desmobilizar a categoria, a luta dos aposentados por seus direitos. Nessa concepção, o capital social seria:

(...) um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1989:67)

O movimento dos aposentados possui alguns dos atributos do capital social definido por esse autor. Dentre eles citamos: a estrutura do movimento permite a formação de uma rede durável e de relações institucionalizadas – Associações, Federações e Confederação –, que são órgãos com existência legal, com estatutos e poder de representação; vincula-se a um grupo – aposentados e pensionistas – que, embora apresente heterogeneidade de componentes e idéias além de serviços diversificados, está ligado por uma questão comum, que é a Previdência Social e seus impasses sob o neoliberalismo.

Todos se encontram na mesma situação, como explica o Sr Alcino:

O aposentado é um trabalhador que ajudou o nosso país chegar no nível de progresso que ele chegou (...) E o desrespeito a isso dói muito sobre cada um de nós, tanto aquele pobre trabalhador da ferramenta, da picareta, como aquele que trabalhava com a caneta, aquele que trabalhava com os cálculos, aquele que trabalhava com estudo. Por que o trabalhador é uma classe social imensa, de uma abrangência enorme: trabalhador é um médico, trabalhador é um operário de construção, ambos são trabalhadores, cada um na sua posição (...) O trabalhador é, recolhia compulsoriamente para um fundo que estava no INSS, no INPS, que é o fundo que lhe iria garantir a sua sobrevivência com a dignidade que ele, que ele tinha adquirido a custo do seu trabalho. Era esse fundo, e que o que acontece, o governo apossou-se disso. Podemos até dizer que é uma apropriação indébita. E passou a gerir, por que era compulsório, o trabalhador já recebia descontado, sempre foi assim, como até hoje. O trabalho, você recebe seu salário descontado, descontado pra formar um fundo que depois vai, vai suportar o provento da aposentadoria. E lamentavelmente isso não acontece, quando você chega na hora, você encontra que esse fundo ta sendo dilapidado lentamente, num ritmo que não há com que se consiga parar, e hoje nós somos temerosos se se poderá algum dia parar com essa redução desse fundo. (Sr. ALCINO)

O fator de identificação acionado pela aposentadoria e as perdas financeiras impulsionam a luta. A mobilização desses aposentados para a conquista do reajuste de 147% está embasada nas atividades sindicais e na militância em partidos políticos – em especial, o PCB –, vividas antes de se aposentarem, bem como nas lutas anteriores e nos conhecimentos e experiências adquiridas ao longo da militância como aposentados. Toda essa vivência, que identificamos como ‘capital social’, permite traçar estratégias nesse enfrentamento. O capital social possibilita também a ampliação de Associações e o fortalecimento de redes horizontais dentro do movimento, através das quais esses sujeitos compartilham informações, estratégias e se solidarizam, sustentando o movimento e mobilizando expressivo número de aposentados e pensionistas que ainda não participavam dele.

O Sr. Velloso fala das redes que se formaram no movimento, onde esse capital social circulava:

Eu não parava em casa, não parava no Rio, a minha vida era só viajar. A ponto até de eu ser indicado pela COBAP pra participar da CALJUP, Confederação Latino Americana de Jubilados e Pensionados, com sede na Venezuela, lá no estado de Miranda, no município de Santo Antonio de Dois Altos, e eu sou secretário de organização. Então, através da CALJUP também, eu viajei muito pra América Latina, tentando organizar os aposentados e pensionistas. Então, eu dei contribuição e hoje a COBAP faz parte da CALJUP, e todo mês, todo dia vinte e cinco de julho é o dia latino-americano dos aposentados e pensionados. Nós fazemos manifestações em defesa da previdência social pública. (Sr. Velloso)

Esse capital social é reconhecido pelos líderes entrevistados. Alguns o localizam nas experiências do movimento, como afirma o Sr. Viegas:

Pois é, olha , em setembro de noventa e um e princípio de noventa dois foi a ebulição decorrente da nova lei de Previdência Social. Essa ebulição. A COBAP, confederação, foi criada em oitenta e cinco, depois veio a Constituinte em oitenta e seis, a Constituição em oitenta e oito, isso era um crescendo de luta social. O Brasil tava num crescendo, as “diretas já” tiveram interferência nisso, o problema do Collor, a lei de Previdência Social, a primeira estrutura de Previdência Social, estava marcada pra ser dois anos após. Seria portanto em noventa, foi vetado pelo Collor. A nova lei da Previdência Social, nós estávamos todos engajados nessa luta. Então, o movimento social dos aposentados tava num auge quando caiu de pára-quedas, e caiu de mão beijada uma proposta excelente dessa. E nós já tínhamos conseguido uma grande coisa na Constituinte, a Constituição de oitenta e oito nas disposições transitórias tem um artigo que manda reajustar todos os proventos de aposentadoria e pensão à condição de relação com o salário mínimo da época de concessão, então isso aí deu um impulso fantástico. (Sr. VIEGAS)

Da mesma forma, o capital social é identificado ainda no conhecimento adquirido durante a Constituinte:

Da experiência que nós tínhamos, né. Nós freqüentamos muita... a minha vida, por exemplo, era... Eu não saía do Congresso, aquelas comissões temáticas, né, e até hoje eu freqüento essas, a comissão de seguridade social, porque todo projeto pertinente à seguridade, como saúde, assistência, saúde, assistência e previdência, tem que passar primeiro pela comissão de seguridade social. Primeiro, ela vai pra comissão de Postura e Justiça pra saber se ela é pertinente ou não, né, e depois vai pra comissão respectiva. E, talvez, até em razão dessa experiência que nós tivemos com, e, conhecimento com grandes parlamentares, nós tivemos atuação destacada nos cento e quarenta e sete. Isso contribuiu muito pra que nós também trabalhasse em cima dos cento e quarenta e sete. (Sr. VELLOSO)

Outros consideram que o capital social produzido no movimento vai sendo formado também pela experiência de trabalhadores que militaram em sindicatos e partidos e apreenderam conceitos e estratégias, as quais foram re-criadas nas Associações de aposentados. Os entrevistados ressaltam a importância da experiência anterior:

Eu acho que as pessoas tinham bagagem de experiência. Tinham vivenciado fatos parecidos, semelhantes, conheciam técnicas de mobilização. Na prática, já tinham participado. Então, não tinham medo de ir pra rua, já tavam acostumados, e o movimento foi profundamente ordeiro, pacífico e, inclusive, audacioso em algumas vezes. (Sr. VIEGAS)

Além disso, a militância no Partido Comunista, experiência compartilhada por três dos cinco entrevistados, é citada como fator importante para as estratégias adotadas:

Porque essa velharia, a maior parte dessa velharia passaram pelos ensinamentos do Partido Comunista e isso nos ajudou muito no sentido da organização da luta, porque o trabalhador só tem consciência de que ele não pode se misturar ao empresário em determinados aspectos da vida na medida que ele também, nele, na medida que ele desenvolve a mente, ta entendendo? Porque do céu não cai nada não, é a gente. Só se consegue as coisas na vida lutando e nós sempre partimos desse princípio, que a organização na sociedade é o fator preponderante pra que você dê passe de qualidade em função do seu bem-estar. E aí nós começamos a organizar e em vários municípios e tem que fazer pressão, porque só nas ruas que a gente, que nós sempre acreditamos, na probabilidade de se dar um passo de qualidade em busca de dias melhores.

Esse ‘capital social’ é também um ‘capital simbólico’. Para conquistar a simpatia e apoio da sociedade para sua causa, os aposentados utilizam imagens ora da velhice, ora da pobreza, ora de provedores da família, ora de trabalhadores que construíram a riqueza do País, ora de lutadores por Justiça. A esse respeito observa BOURDIEU (1989):

Na luta simbólica pela produção de senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial - isto é, explícita e pública - da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxonomias instituídas, como os títulos. (BORDIEU, 1989:146)

No movimento, os aposentados procuram veicular a causa mediante a sua associação a valores tais como dignidade, trabalho, justiça x injustiça, honradez, entre outros. Através dessas imagens e valores, procuram conquistar não só mais aposentados e pensionistas, mas também toda a sociedade. Afirmam que, além do apoio da imprensa, outro fator que gera solidariedade na sociedade em geral é o de que praticamente toda família tem um parente ligado à Previdência Social, o que torna a luta personificada. As pessoas afetadas são localizadas e próximas.

Ao lhe ser perguntado se as conquistas anteriores tinham influenciado a mobilização dos cento e quarenta e sete, o Sr Viegas aponta para uma questão importante:

Muito, porque é o tal negócio, um time pra ir jogar uma partida, ele treina antes. Tudo isso foram fatos vivenciados foram, e principalmente, uma das coisas que conta muito é o acúmulo de vitórias. O movimento social é como um clube de futebol. Se o clube não vence, se ele fica só perdendo, só derrotas e tudo o mais, ele vai perdendo adeptos, ele acaba estiolando. O movimento social também. As conquistas fazem com que as pessoas acreditem no movimento social e participem. Ninguém vive só de derrotas, tanto que as pessoas têm que ter a sensibilidade na direção social de buscar as coisas que serão possíveis dentro das condições de avanço, lógico. Pensando sempre em avançar, mas não querer dar um passo maior do que as pernas, muito grande, porque cai, e as derrotas, da mesma forma como as vitórias estimulam, as derrotas também prejudicam e causam algumas reações. (Sr. VIEGAS)

A afirmação do Sr. Viegas leva-nos a discutir a importância das relações entre governo e sociedade na construção desse capital. Além das experiências e conhecimentos acumulados é preciso que haja algum grau de resposta ou de incorporação das reivindicações para que o movimento se fortaleça e se desenvolva.

EVANS (1996:1.130) problematiza o conceito de capital social a partir do que define como ‘sinergia’: *“Synergy usually consists of a combination of complementarity and embeddedness. Active citizens are hamstrung unless their governments dependably supply them with inputs that they cannot produce on their own”*.

O autor considera a interação, que denomina sinergia, entre governo e cidadão ou público e privado como ferramenta importante para a constituição do capital social.⁸ Essa complementaridade cria o potencial para sua criação, mas não garante a base institucional para a sua realização. Através de um estudo de casos que envolve pesquisas efetuadas no Brasil e na Itália, países de tradição associativista diferente da dos EUA, a pesquisa realizada pelo autor demonstra, que é possível desenvolver capital social, independente da tradição anterior de associativismo e participação, ao contrário do que defende Putnam. Aponta também para novas formas e possibilidades criativas na complementaridade entre público e

⁸ Evans parte do conceito de capital social elaborado por Putnam, que trabalha com um conceito diferente do de Bourdieu: “redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e cooperação em benefício mútuo” (PUTNAM. Apud LECHNER, 2000:20). Putnam defende que países como o Brasil não desenvolveriam capital social por falta de tradição associativa e pelo poder mais verticalizado. Todavia, autores como Evans, Lechner e outros discordam, apontando as relações com o governo como fator preponderante. Assim, neste trabalho, o conceito de sinergia é adaptado ao de capital social ampliado, conforme desenvolvido por Bourdieu, por entendermos que tal interação tem lugar em sociedades como a brasileira, onde o Estado exerce papel fundamental na mediação das lutas por cidadania.

privado e para os limites dessa sinergia, os quais estariam muito mais ligados à esfera governamental e a sua falta de capacidade de incorporar as demandas trazidas pela sociedade do que ao pré-requisito da tradição associativista.

No processo de organização dos aposentados e pensionistas, o que Evans define como sinergia parece ter-se fortalecido durante a Assembléia Constituinte – momento histórico que transpira, para a sociedade brasileira, o sentimento de novas possibilidades, de mudanças e de garantia de direitos sociais, civis e políticos –, quando o movimento consegue construir um eficaz canal de diálogo com representantes parlamentares e do governo. Esse canal de diálogo e de negociação, como relatado anteriormente, garante aos aposentados a inclusão de várias de suas reivindicações na Constituição de 1988.

O capital social não assegura a ampliação do movimento para outros segmentos nem a numerosa mobilização permanente, como ocorre na época, porém a luta dos aposentados assume uma proporção que atinge outras categorias além das dos aposentados, tornando as questões relativas à velhice mais visíveis para a sociedade. Contribui também para o empoderamento dos idosos, pois a interseção entre as duas categorias fortalece a luta por direitos sociais para a velhice brasileira, tornando mais visível para a sociedade as condições de vida de aposentados e idosos.

1.4 PROCESSO DE EMPODERAMENTO OU *EMPOWERMENT*

A discussão sobre o uso do termo empoderamento ou de sua palavra originária inglesa, *empowerment*, vem de longa data. É sabido que não existe uma palavra em português que traduza o mesmo sentido do termo em inglês. Em razão disso optamos pelo uso dos dois termos. VASCONCELOS (2003:55) adota a seguinte definição como conceito provisório: “aumento de poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social”.

O mesmo autor destaca que o conceito tem sido amplamente empregado nas áreas relacionadas à política social e de bem-estar, sofrendo adaptações segundo os interesses teóricos, políticos e ideológicos. Comenta que, embora o termo anglo-saxão tenha sido tomado em sua origem de forma pragmática, operacional e auto-referente, atualmente tem-se

buscado construir um corpo teórico e uma contextualização histórica do conceito (VASCONCELOS, 2003:56).

Elucida que o conceito tem sido apropriado pelas mais diferentes correntes de pensamento e movimentos sociais – inclusive, pelo pensamento liberal individualista. É encontrado em declarações de direitos humanos, nas tradições românticas e populistas associadas atualmente ao movimento progressista, no movimento cooperativo, em programas de desenvolvimento de comunidade, no movimento socialista marxista, no movimento anarquista e nas interpelações sobre o direito de cidadania, entre outros. No contexto brasileiro e latino-americano, destaca a influência da tradição de educação popular iniciada por Paulo Freire e seus desdobramentos, a ‘teologia da libertação’, os mecanismos de controle social impulsionados pela reforma sanitária do sistema de saúde e a influência de Faleiros no pensamento do Serviço Social brasileiro.

O autor ainda ressalta que o conceito está relacionado à discussão da complexidade do poder como fenômeno teórico, político, social e subjetivo – envolvidos na tensão entre o poder macro estrutural (Gramsci) e o micro relacional (Foucault). *Empowerment*/empoderamento não é um processo novo, mas sim a re-apropriação e re-elaboração de tradições e interpelações existentes. Desse modo, o desenvolvimento de suas estratégias não é linear nem cumulativo ou progressivo (VASCONCELOS, 2003:59).

A propagação do termo se fez através de sua associação com o conceito de *advocacy*, largamente empregado pelos movimentos feministas de fins do século XX.⁹

Dentro desse quadro, interessa-nos as interpelações feitas em relação aos direitos de cidadania e aos ‘novos movimentos sociais’, pois é onde podemos melhor situar o movimento dos aposentados. A questão da cidadania de aposentados e idosos não é exclusiva; como para mulheres e outros segmentos, ela recai sobre o dilema da cidadania diferenciada.¹⁰ A noção de cidadania universal, segundo seus críticos, acaba por ser excludente quando deixa de atender a todas as demandas e necessidades específicas de uma categoria ou segmento social, considerando que a luta por igualdade de tratamento nem sempre assegura acesso a direitos sociais especiais.

Os novos movimentos sociais, de acordo com VASCONCELOS (2003), apresentam características plurais: têm base heterogênea e são agrupamentos de pessoas de classes sociais

⁹ Disponível em <http://www.portalfeminista.org.br/>. Ver Dossiê feminismos e Fórum Social Mundial, vol.11, ano 2003, n°2, jul./dez.

¹⁰ A esse respeito ver VASCONCELOS, 2003:92 ou YOUNG, 1989.

diversas, segmentadas, segundo gêneros, etnias, orientação sexual, gerações e outros atributos. A dinâmica organizacional é horizontal e os grupos de base sustentam desde as atividades cotidianas de ajuda e suporte mútuos até mobilizações e campanhas mássicas.

Quanto aos objetivos e fins, estes são heterogêneos, o que permite “diferentes perfis na construção de suas identidades sociais e políticas, com forte foco em questões simbólicas” inseridas no contexto histórico. Há complexa interação entre ativismo, voluntarismo e coalizão, sem garantia de estabilidade. Tendem ainda a politizar questões do cotidiano e a redimensionar as bordas das esferas privadas e públicas. Nesse sentido “têm permanentemente recolocado a questão do poder como questão teórica, da prática cotidiana e da estratégia política e social”.

O processo de empoderamento ou *empowerment*, que se vem constituindo ao longo da trajetória do movimento dos aposentados através do capital social e das vitórias obtidas nas lutas, tomou tal dimensão que pode influir tanto na esfera das relações de micro poder – os aposentados são provedores da família e das outras gerações, proporcionando um redimensionamento da posição do idoso perante estas – como em questões sociais, econômicas e políticas que ultrapassam a questão previdenciária. Afirma o Sr. Viegas:

Nós temos a convicção de que nós, com os cento e quarenta e sete, foi o primórdio da cassação de Collor, justamente com o crescimento, eu não digo que tenha relação uma coisa com outra, mas nós começamos derrubando o ministro, nós derrubamos o Magri, que era ministro do Collor e isso inclusive em uma determinada fase nós fizemos lá, depois da campanha do Collor, nós fizemos uma passeata dos caras-pintadas com os cabelos brancos, unimos os estudantes a uma luta por melhores condições e tal. Então nós temos a convicção de que a nossa, essa luta inclusive serviu de estímulo à sociedade pra lutar pela, pelo impeachment de Collor. (Sr. VIEGAS)

Por conseguinte, a luta dos cento e quarenta e sete reforça o processo de *empowerment*/empoderamento que vinha se desenvolvendo. Os aposentados, então, se sentem capazes de questionar as esferas públicas e privadas além de nelas influir. O movimento dos aposentados coloca suas reivindicações na agenda pública, garante que muitas de suas reivindicações obtenham respaldo constitucional e legal, do mesmo modo que conquista e garante direitos ameaçados pelas reformas governamentais. Suas vozes derrubam o ministro Magri e impulsionam o processo de *impeachment* do presidente Collor, influenciando também processos eleitorais, como relata o Sr Velloso:

Tem um fato até marcante dos cento e quarenta e sete, de que os cento e quarenta e sete atingia todos aposentado e pensionistas, que percebiam acima de um salário mínimo. Então já na época, o ministro Brito, que substituiu o Reinhold Stephani, ele alegava de que em razão de todos os aposentados envolvidos no cento e quarenta e sete não participarem da luta, né, não ser organizado, que fosse criado um projeto, e desse projeto sairia um percentual, que nós poderíamos discutir futuramente, [...] para a COBAP. Nós aceitamos, [...] a comissão aprovou, [...] havia a necessidade [...] de ser discutido em regime de urgência urgentíssima, mas pra isso as lideranças teriam que se reunir [...] E essa reunião se deu na liderança do PMDB, e eu não pude assistir porque só eles é que participaram. E quando acabou a reunião, o líder do PMDB, que era o Luis Alfredo Salomão na época, do PDT, disse Veloso: Oh, nós perdemos. Perdemos por quê? O PT votou contra. [...] E numa manifestação que houve na Cinelândia, eu fui a Tribuna e denunciei. Ele (Vladimir Palmeira) tava na Tribuna, [...] e denunciei que o PT, através do líder Vladimir Palmeira que se encontra aqui ao meu lado votou contra o percentual, votou contra o projeto que beneficiava um percentual para os aposentados e pensionistas. Ele foi vaiado, e nas eleições, ele não se elegeu, então eu acredito que isso deve ter tido conseqüências. (Sr. VELLOSO)

Na esfera privada, a vida familiar – subjugada a questões socioeconômicas, como desemprego, subemprego, carestia e outras – faz com que a renda dos aposentados, por menor que seja, garanta a subsistência das outras gerações e recoloca os aposentados/velhos em situação de respeito e dignidade, alterando as relações intergeracionais. Muitas vezes, sua presença significa segurança econômica mínima, provocando até disputa entre familiares. Nas classes mais abastadas, sua renda garante o auxílio na educação de netos e bisnetos e ajuda também em situações de desemprego ou de baixa renda dos filhos, assim como na situação de separação de casais. Esses aposentados/idosos sentem que reconquistem poder na vida familiar.

O processo de *empowerment*/empoderamento do movimento dos aposentados, como podemos perceber, redefine dimensões diversas das esferas privada e pública no que tange às questões ligadas à aposentadoria e ao envelhecimento. Como processo não linear e universal, atinge esse segmento de modos diferenciados: embora se perceba que os aposentados e idosos têm avançado nessa construção, ainda muitos estão à margem desse processo. Há avanços também na legislação específica da Política Nacional do Idoso, O Estatuto do Idoso, como persistem também as ameaças em relação aos direitos previdenciários. Os aposentados/idosos precisam estar mobilizados e atentos em ambos os casos, tanto para garantir que os direitos conquistados saiam do papel, como para tentar impedir que novos rumos adotados pela Previdência Social os infelicitem.

A politização da mobilização pela conquista dos 147% tem sua origem na fundação e na participação dos trabalhadores na criação e gestão das CAPs e IAPs, bem como nas

modificações políticas relacionadas à Previdência Social. A unificação das caixas e institutos no INPS – posteriormente, INSS – com as respectivas mudanças nas formas de gestão, tal como com as modificações introduzidas pelo pensamento neoliberal, pelo processo de globalização e pelas mudanças no mundo do trabalho propiciaram o deslocamento e a formação de identidade dos trabalhadores aposentados.

Igualmente, a busca por outras formas de participação e de luta pela preservação dos direitos sociais conquistados impulsionam o movimento. A formação de redes através das Associações, Federações e Confederação Nacional, também no âmbito da América Latina, propicia uma organização e estruturação que vem sustentando o movimento de aposentados e pensionistas no Brasil em defesa da Previdência Social. Essas redes viabilizam tanto a circulação de informações e idéias quanto certa unidade no discurso de seus militantes.

As transformações das relações trabalhistas, em virtude da precarização dos empregos, proporcionam outras identidades para aposentados/idosos como provedores e redimensionam as relações intergeracionais, conquistando respeito e poder. Também perante a sociedade em geral o movimento dos aposentados têm conseguido mudar a forma como eram vistos e granjear solidariedade.

Nesse sentido, examinar como esses militantes, em suas reminiscências, construíram e escolheram suas trajetórias, permite fazer uma aproximação com a historicidade das trajetórias do movimento e de suas conquistas no campo dos direitos.

CAPÍTULO II. CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E POLITIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS 147%

2.1 Invenção das fontes

Existem inúmeros estudos que discutem e problematizam as relações entre biografia e história,¹¹ seus usos e estilos em diferentes épocas dentro da historiografia, apontando problemas, riscos e possibilidades.

Trabalhar com memória social através de relatos orais se tornou, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, metodologia bastante utilizada, constituindo tema de seguidos estudos e reflexões na área de Ciências Sociais, tais como Psicologia, Antropologia e História, por exemplo. Como em qualquer método são muitas as suas dificuldades e limitações, embora haja também possibilidades, em particular quando se quer trabalhar com as versões dos fatos, com um dado olhar e a interpretação de quem os viveu, sabendo-os uma aproximação histórica. Nessa perspectiva, percebe-se que a história oral permite trilhar caminhos múltiplos dentro do campo da cultura e da memória. São esses percursos realizados pela memória que buscaremos identificar nos relatos de nossos narradores para revisitar a história dos 147%.

O desenvolvimento das teorias¹² relacionadas à memória social e à história oral ao longo das últimas décadas nos leva a reafirmar, como Venâncio, que:

¹¹ Para aprofundar a questão consultar *Usos e Abusos da História Oral*, FGV; *Jogos de Escala - A experiência da microanálise*, FGV; *Por uma História Política*, FGV; *Para uma História Cultural, Estampa; História e Memória*, UNICAMP.

¹² Sobre essa discussão examinar ALBERTI, Verena. *Indivíduo e Biografia na História Oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.[5]f

O relato de vida é, então, um olhar para trás, uma visão retrospectiva da história do narrador, uma reconstrução sempre plena de lacunas, mas, ao mesmo tempo, uma maneira de perceber fatos vividos, de os escolher, os organizar, dando forma e movimento, fazendo-os reviver e revelando a identidade daquele que conta. O sentimento de identidade, mesmo no seu sentido mais superficial, ou seja, a imagem que uma pessoa constrói dela mesma e apresenta aos outros, é fundamental para a construção de continuidade e coerência necessárias ao processo de reconstrução de si. Este processo é, evidentemente, diversificado e vai revelando as referências familiares e sociais, desenhando o itinerário de vida, operando uma reterritorialização do espaço de confrontos e pertencimentos. É fruto de uma vida examinada ou transfigurada pelas histórias reais ou fictícias que o sujeito relata, sendo uma verdade parcial e transitória. (Venâncio, 2004:84)

As narrativas dos aposentados percorrem esses caminhos. Fornecem dados e detalhes de suas vidas pessoais e dos contextos sociais onde se desenvolvem as lutas em defesa de seus direitos e da Previdência Social, bem como suas interpretações e análise dos fatos ocorridos e dos sentidos a eles atribuídos.

Ao examinar a produção bibliográfica sobre a questão dos 147% encontramos inúmeros textos que destacam sua importância.¹³ PAZ (2001), por exemplo, aponta a luta dos aposentados como um dos acontecimentos que pressionaram o Governo brasileiro a dar resposta em termos de políticas sociais para o envelhecimento mediante a criação da Política Nacional do Idoso em 1993. Por sua vez, SIMÕES (2003)¹⁴ discute a mobilização em âmbito nacional a partir dos depoimentos de algumas lideranças estaduais e da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP). Nesse texto, ele mostra, a partir da constituição histórica do movimento, a elaboração de identidades, os argumentos utilizados pelos militantes para legitimá-lo e, ainda, os impactos do movimento na relação com a Previdência Social.

Esta Dissertação parte igualmente das narrativas dos militantes, focalizando as lideranças do estado do Rio de Janeiro, de modo que a busca por reminiscências permite analisar consonâncias e discordâncias dos entrevistados em relação à mobilização em foco.

2.2 Os narradores e suas memórias

¹³ Haddad, Coutrim, Debert e Simões são autores que têm trabalhado sistematicamente com o movimento dos aposentados e abordam a questão.

¹⁴ A Maior Categoria do País: O aposentado como ator político. In: *Velhice ou Terceira Idade*.

Nossos entrevistados – narradores e ideólogos de suas histórias – expõem similaridades e diferenças, que os aproximam ou afastam. Ao apresentá-los, estamos também buscando construir coerências e sentidos que são somente artifícios para a melhor compreensão de seus discursos. Para apreender as múltiplas e sucessivas identidades e representações que aparecem em suas narrativas, é preciso tentar recuperá-las.

A busca de sentidos e a compreensão dos campos onde se movem os aposentados levou-nos a optar por apresentá-los, ainda que de forma sucinta, pelos nomes, relatando também alguns episódios surgidos nas entrevistas e que permitem visualizar a superfície social em que as narrativas são construídas.

BOURDIEU (2005), ao discutir a questão do nome próprio,¹⁵ demonstra que os nomes próprios asseguram certa unidade, uma vez que são entendidos como forma de apresentação segundo a norma formal instituída, que estabelece identificações e identidades, e garantem a individualidade biológica com a qual são reconhecidos socialmente, bem como a constância e a unidade no tempo e nos espaços sociais onde circulam, que apóiam suas identidades civis e jurídicas. No entanto, a individualidade é uma abstração que existe apenas como “ilusão de unidade do eu”. Assim entendido, o nome próprio está ligado à superfície social. Por conseguinte, é indispensável reconstruir o contexto em que age o indivíduo nessa pluralidade de campos que se movem a cada instante.

O Sr Luis Viegas da Motta Lima, Presidente da Federação das Associações de Aposentados do Rio de Janeiro (FAAPERJ) nos anos de 1991/1992, é carioca, aposentado, bancário, contador e economista. Trabalhou no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB) e no Banco do Brasil. Filho de pai jornalista e militante do Partido Comunista, foi sindicalista e filiado igualmente ao Partido Comunista, além de cassado e exilado no México e Tchecoslováquia por quase um ano. Retornou clandestinamente ao Brasil, via Uruguai, onde passou a trabalhar em firma de engenharia de colega do colégio, tendo tido outros empregos até ser anistiado e se aposentar. É casado e tem dois filhos, continua a militar e faz parte atualmente do Conselho Deliberativo (CODEL) da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (AAFBB). Declarou-se oriundo da classe média baixa.

Por sua vez, o Sr. Benedito Joaquim dos Santos foi Vice-Presidente da FAAPERJ nos anos de 1991/1992. Emigrou de Alagoas para o Rio de Janeiro em busca de melhores

¹⁵ As discussões sobre o nome próprio e o conceito de superfície social são trabalhadas por Bourdieu em *Ilusão Biográfica*, 2005, p.86-91.

empregos, trabalhou em vários estaleiros como operário naval. Hoje aposentado, esse alagoano foi sindicalista, filiado ao Partido Comunista, além de presidente do Sindicato dos Operários Navais no Governo de João Goulart, quando foi cassado, preso no DOPS do Rio de Janeiro e no Caio Martins, em Niterói, tendo sofrido tortura física. Após ser cassado, tornou-se comerciante como dono de bar, que estava no nome da esposa, trabalhando em frente de casa. Depois da Anistia foi vereador por dois mandatos e vice-prefeito do Município de São Gonçalo. Casado e com quatro filhos, participa atualmente da Associação de Aposentados e Pensionistas de Niterói e São Gonçalo. Declarou-se oriundo da classe pobre e comentou ter acabado de cursar o primeiro grau já adulto.

Do mesmo modo, o Sr. Osvaldo Garcia Velloso, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) nos anos de 1991 e 1992, é gonçalense e aposentado. Filho de pai militante do Partido Comunista, foi operário naval, sindicalista, filiado ao Partido Comunista, cassado e preso na Aeronáutica, em Niterói, onde sofreu torturas psicológicas. Cursou o segundo grau incompleto e trabalhou em vários estaleiros; depois da cassação, continuou trabalhando, mas sem carteira assinada. É casado, tem duas filhas e participa da Associação de Aposentados e Pensionistas de Niterói e São Gonçalo. Declarou-se oriundo da classe pobre.

Já o Sr. Nilton Domingues Pedrosa, Diretor do Departamento de Aposentados dos Gráficos em 1991/1992, é o atual Vice-Presidente de Relações Públicas da FAAPERJ e membro do Conselho Deliberativo da COBAP. Neto de avô anarquista, ele é carioca, gráfico aposentado e sindicalista. Não foi cassado, mas teve que sair do emprego no Jornal do Brasil. Trabalhou em várias gráficas até se aposentar. É casado e tem dois filhos. Declarou-se oriundo da classe pobre, tendo cursado o segundo grau completo.

Contudo, o Sr. Alcino Viana Aguiar e o Sr. Hélio Guimarães dos Santos mostram outras vivências políticas. O primeiro, um paulista que foi criado no Rio de Janeiro a partir dos 12 anos, exerceu a presidência da ASAPREV-RJ no período de 1985 a 1991, à qual retornou em 2003, após o falecimento de Roberto Pires. Aposentado, foi engenheiro eletrotécnico da Eletrobrás, onde sempre trabalhou, e nunca esteve envolvido em movimento sindical até se aposentar. É casado e tem duas filhas. Declarou-se oriundo da classe média alta.

O segundo, atual vice-presidente da ASAPREV, é baiano, economista e empresário aposentado, tendo trabalhado como executivo em várias multinacionais, até possuir uma revendedora *Volkswagen*. Da mesma forma, nunca teve envolvimento com sindicalismo até a

aposentadoria, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Atualmente trabalha em empresa da filha. É casado e tem dois filhos. Declarou-se oriundo da classe média.

Vemos que esses aposentados se distinguem quanto à formação educacional: três possuem terceiro grau completo; dois cursaram até o segundo grau, um dos quais incompleto; por fim, um só conseguiu terminar o primeiro grau na idade adulta e após a formação sindical orientada pelo Partido Comunista. Do mesmo modo são oriundos de classes sociais distintas: três, de origem pobre; e três, da classe média.

Além das profissões e escolaridades diferentes – um bancário/economista; dois operários navais; um gráfico; um engenheiro; e um empresário/ economista – mostraram similaridade quanto ao casamento – todos são casados – e aos filhos – de 2 a 4. Durante as entrevistas fizeram questão de dizer o número de anos que foram casados e falaram da importância do apoio de suas esposas, destacando-se que nenhuma militou diretamente.

Através de seus relatos, os aposentados apresentam trajetórias de militâncias diferentes. Três deles sempre militaram nos respectivos sindicatos e no Partido Comunista, razão pela qual foram cassados durante a ditadura militar, e, ao se aposentarem, depois da Anistia, passaram automaticamente a militar no Movimento dos Aposentados. Outro, sempre militou em seu sindicato, tendo-se declarado socialista, não foi cassado e ingressou no Movimento ao se aposentar, ao passo que outros dois não tiveram nenhum tipo de envolvimento na luta sindical até se aposentarem.

As experiências durante a repressão dos governos militares entre os militantes ora se assemelhou – foram cassados, perderam os empregos, passaram a viver e trabalhar na clandestinidade, as famílias se reorganizaram financeiramente –, ora divergiu: um, ficou exilado na Embaixada do México no Brasil, depois do que permaneceu mais um mês no México, de onde foi para a Tchecoslováquia, onde viveu dez meses, até retornar clandestinamente, via Uruguai, para o Brasil. Outro, passou dois meses em prisão no Brasil, no DOPS do Rio de Janeiro, tendo sofrido tortura física e, depois, foi mantido em prisão coletiva no Estádio Caio Martins, em Niterói, até ser liberado. Outro, foi preso em um quartel da Aeronáutica em Niterói, mas não sofreu torturas físicas e, sim, psicológicas. Todos declararam ter tido boa relação com os patrões – ética e respeitosa – apesar do envolvimento com o sindicalismo, das perseguições, das demissões, do desemprego e de alguns desentendimentos normais que ocorriam durante as reivindicações.

A escolha desses seis narradores, todos homens, foi se configurando a partir das dificuldades para localizar mulheres que haviam participado da mobilização em posição de liderança. A maioria daquelas que foram lembradas por eles já havia falecido. Uma senhora indicada, que buscamos entrevistar, estava em fase terminal de uma doença e não pôde conceder a entrevista, vindo a falecer logo a seguir. Por conseguinte, a questão de gênero e do protagonismo dos homens em movimentos sindicais e políticos merece investigação mais acurada.

2.3 Encontros, contatos, memórias

Nos primeiros contatos feitos para localizar os líderes do Movimento dos Aposentados e Pensionistas em 1991 e 1992, dirigimo-nos primeiramente à FAAPERJ, localizada na Av. Presidente Vargas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e fomos atendidas pelo Sr. Nilton Domingues Pedrosa, Diretor de Relações Públicas. Ao identificar-nos e apresentarmos o projeto de pesquisa, os objetivos iniciais e a intenção de trabalhar com fragmentos de lembranças para reconstituir a história da mobilização, pudemos perceber a receptividade quanto ao tema pelo entusiasmo do Sr. Pedrosa, que, prontamente, se dispôs a dar todas as informações pertinentes e a marcar a entrevista. Tivemos uma conversa bastante espontânea, em que esse senhor relatou fatos que voltaria a repetir durante a entrevista.

A seguir dirigimo-nos à sede da ASAPREV-RJ, igualmente situada no centro do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, para tentar um primeiro contato. Lá fomos informadas, pela secretária da Presidência, que o Sr. Alcino não trabalharia durante aquela semana por estar muito gripado. Solicitou que deixássemos números de contato telefônico para que, assim que retornasse, nos procurasse; ficamos também de telefonar na semana seguinte para tentar marcar um encontro. O Sr. Alcino entrou em contato logo no início da semana e, por telefone mesmo, após as explicações sobre quem éramos e o que queríamos, marcou a entrevista. Desse modo, com ele, não houve contato pessoal prévio.

A partir da realização dessas duas entrevistas, tornou-se possível localizar outros participantes, pois o Sr. Pedrosa nos forneceu o telefone do Sr. Luís Viegas, um dos contatos que mais desejávamos, pois havia participado, através do UFFESPA, das Terças Nobres,

evento que era organizado pela ASAPREV- RJ, onde havia conhecido o Sr. Roberto Pires, afora que já havíamos escutado uma palestra desse senhor.

Por sua vez, o Sr. Viegas deu-nos os contatos do Sr. Osvaldo Velloso e do Sr. Benedito Joaquim dos Santos. Todos se mostraram bastante receptivos. Alguns fizeram uma espécie de teste para ver o que sabíamos sobre a mobilização, me faziam perguntas para saber até aonde ia meu conhecimento sobre o tema, me perguntavam o ano, o significado de siglas e coisas do gênero; outros já falaram de forma bastante espontânea sobre as ações do movimento dos cento e quarenta e sete. Cinco me trouxeram algum tipo de material como fotos, jornais e outros dados que tivessem sobre a época. Criou-se assim uma rede de informantes.

Essa recepção oferecida pelos entrevistados revela que a pesquisa foi comemorada, sentida como possibilidade de garantir a memória coletiva do grupo, o que nos remete aos textos sobre memória e esquecimento. O desejo de eternizar ou apagar momentos organizam os discursos. Como afirma ROBIN (1989:3): “A história narra, explica, é a ciência da inteligibilidade do passado. (...) atente as memórias coletivas que ela renega, nega, ou denega ou, pelo contrário, que contribui para tornar público, que assume, concedendo-lhe nova legitimidade.”

Os discursos dos entrevistados também não eram narrativas frias e objetivas sobre fatos que ocorreram durante a mobilização. Vinham repletas de emoções como revolta ou murros na mesa quando falavam da relação do Governo com a Previdência Social, algumas vezes a voz embargada e lágrimas nos olhos acompanhavam os relatos de suas trajetórias. Esses discursos ratificam as diferenças entre memória histórica, construída a partir de metodologias específicas, e a memória coletiva:

A memória coletiva, pelo contrário, provoca um estado afetivo que trai a emoção. Feita de lembranças reais ou de *souvenirs écrans*, de lembranças lacradas, feitas de testemunhos diretos ou de tradições de famílias, ela deve desencadear, diante da lembrança, um estado afetivo que leva à participação do corpo. Ela é ao mesmo tempo o que estabelece o laço entre memória viva, e a memória normatizada, memória do grupo, enquadrada socialmente, enquadrada também pela tradição de família. Memória identitária, fechada sobre si, ameaçada e zelosa de sua singularidade.(Robin, 1989:4)

As entrevistas foram realizadas em diversos locais como a sede da ASAPREV-RJ, da FAAPERJ, da AAFBB, localizadas no centro do Rio de Janeiro; da Associação dos

Aposentados e Pensionistas de Niterói, localizada no Barreto em Niterói e na residência de um deles em São Gonçalo.

Na Associação dos Aposentados e Pensionistas de Niterói ocorreu um fato importante, no meu primeiro encontro marcado com o Sr. Velloso. Ao chegar me dirigi a algumas pessoas, que estavam na sala, perguntando por ele. Um senhor começou então a indagar o que eu queria com ele; então fui explicar do que se tratava, uma pesquisa sobre os 147 e tal. O senhor ficou muito irritado e foi muito rude comigo, disse que provavelmente eu não conhecia nada sobre o movimento, que era anterior aos 147, apesar de explicar que eu sabia disso, mas que meu interesse específico era esse, ele não se mostrou nada satisfeito e me pediu para aguardar. Depois de uns dez minutos uma moça, que devia ser a secretária me perguntou se eu estava aguardando alguém; ao explicar, ela imediatamente chamou o Sr. Velloso que estava conversando na sala ao lado enquanto me aguardava. Esse foi um contato muito rápido, pois o Sr. Velloso havia esquecido que tinha médico. Passou-me um material sobre a COBAP e marcou a entrevista para a semana seguinte.

No dia marcado o mesmo senhor dirigiu-se a mim, a me indagar da mesma forma rude, então procurei na conversa saber quem era ele. Era alguém da liderança atual na Associação,¹⁶ imediatamente tentando temporizar perguntei-lhe se havia participado da mobilização e se gostaria de dar-me uma entrevista. Ele desconversou e se retirou. Mais tarde, durante a entrevista pude compreender melhor sua atitude. Havia uma disputa política: no final do ano (2004) haveria eleição e o Sr. Velloso concorreria na chapa de oposição.

Minhas escolhas, independente da disputa política, e talvez acirrada por ela, não eram compreendidas por este senhor, pois para ele, talvez parecesse que suas memórias estavam sendo apagadas e esquecidas, enquanto a de seu oponente seria preservada.

Os locais dos encontros foram definidos pelos entrevistados e a maioria optou por dar as entrevistas nas instituições em que participavam. Somente um senhor solicitou que fosse feita em sua casa, porque havia uma pessoa da família com problemas de saúde. Contudo, o fato de escolherem as respectivas associações, acentua a memória oficializada, dada por um seu representante em espaço de luta e de sociabilidade dos militantes, aonde se partilham dificuldades, conquistas e ideais; espaço que constrói ou reforça e, muitas vezes, homogeneiza ou disciplina discursos. As entrevistas ocorreram com poucas interrupções, tendo havido interferências de pessoas que solicitavam informações ou que entravam para cumprimentar os

¹⁶ Preferimos não revelar sua identidade ou função por questões éticas.

entrevistados, sem se dar conta do processo que estava em andamento. Apesar disso, os depoimentos eram prontamente retomados, buscando-se retomar o assunto em pauta.

Os fatores pessoais também interferiram. Na entrevista que foi feita em casa, em São Gonçalo, a interferência veio de um cachorrinho, que latia muito, e não havia como fazê-lo parar nem irmos, nós ou ele, para outro local, onde seus latidos ficassem mais baixos. Tal fato dificultou-nos manter a atenção, a concentração e, diversas vezes, não era possível ouvir e entender o que o entrevistado relatava. Ao analisar essa entrevista, percebemos que deixamos de explorar e aprofundar fatos interessantes, o que não aconteceu nos locais em que a interferência não existiu ou foi pouca.

2.3.1 Re-arrumação das lembranças

Reconhecemo-nos como parte da formação dos sentidos encontrados nos discursos examinados, bastando, para perceber isso, examinar o roteiro de entrevistas que preparamos. Nele existe uma concepção acerca da memória dos entrevistados. Foi organizado em duas partes: na primeira, os narradores falam livremente de suas lembranças relativas à mobilização dos 147%; na segunda, sobre suas histórias de vida e de trabalho, visando estabelecer nexos entre elas e as militâncias, até chegar aos 147%. Verificamos, porém, que não existe separação entre elas, as quais estão, o tempo todo, entrelaçadas.

Este roteiro foi pensado para podermos perceber os caminhos e sentidos atribuídos pelos entrevistados às suas lembranças. Ao falar livremente, eles nos mostram como as organizam, onde as apóiam e como as projetam. Todas as lembranças ou fragmentos de memória são re-significadas, selecionadas, re-visitadas e imaginadas a partir do momento em que o narrador conta – desde então, a narrativa dirige-se, naquele momento, àquele ouvinte.

Como entrevistadora, esse processo começou bem antes, pois, ao direcionarmos o projeto para a questão da memória coletiva e social, já trazíamos conosco questões, leituras e observações das oficinas de memória social desenvolvidas no UFFESPA, conhecimentos acumulados que nos impulsionavam nessa e não em outra direção.¹⁷

¹⁷ A escolha da disciplina ‘Memória e Identidade’, ministrada pela Prof. Dra. Beatriz Venâncio durante o Curso de Mestrado, demonstrava o nosso desejo de aprofundar a questão. Essa disciplina foi fundamental, pois possibilitou a elaboração do roteiro desta Dissertação, bem como o confronto com questões teóricas sobre a

Deparamo-nos ainda com algumas questões. Com frequência, ao estimular relatos mais espontâneos, o entrevistador se vê diante do que o entrevistado imagina que ele quer ouvir, arrumando lembranças com esse sentido. Isso ocorreu com o Sr. Pedrosa, por exemplo, que marcou a entrevista para duas semanas depois, para que pudesse providenciar o material e se preparar. Como afirma AUGRAS:

É preciso assumir: nenhum depoimento pode ser considerado como rigorosamente fiel à tão almejada verdade dos fatos. Pois todo testemunho é, antes de mais nada, auto-biográfico. Implica a reorganização de várias lembranças. Provoca um trabalho de construção, que transforma longínquas reminiscências em discurso organizado e razoavelmente lógico. A partir do momento que a pessoa foi convidada a dar seu depoimento, ela repensa o assunto, e aos poucos, vai elaborando o seu discurso. (1997:28)

O Sr. Pedrosa começou a entrevista, passando às minhas mãos o material que considerou extremamente importante para que pudéssemos entender e resgatar as ações do movimento – o livro de um advogado militante, João Eudes Mendanha, que foi o responsável pelos encaminhamentos jurídicos durante a mobilização, e duas cópias do Jornal dos Esportes, fato que considera prova da importância que o movimento teve, porque, além dos jornais de notícias, atingiu um jornal que só dava informação sobre esportes. Nesse início, ele folheava e re-folheava as páginas desse material, como se nelas buscasse apoio para demonstrar a importância dos cento e quarenta e sete e do movimento dos aposentados, e disse que, mais do que ficar falando sobre o que aconteceu, nós acharíamos ali tudo o que era fundamental. Todavia, como lhe dissemos, estávamos interessadas também em suas memórias, no que se lembrava da época. Então, ele começou a discorrer sobre o tema.

Situação similar aconteceu na entrevista com o Sr. Benedito, que me trouxe o mesmo material – o livro do advogado –, mas ficou folheando um álbum de fotografias pessoais, mostrando fotos de quando foi presidente do Sindicato dos Operários Navais de Niterói e algumas, de sua família. Isso revela outra forma de apresentar a si mesmo. Focaliza duas questões significativas em sua vida: a militância e a família, o que se confirmou logo após em seu depoimento.

O Sr. Velloso trouxe material sobre a criação, a história e a atuação da COBAP. O Sr. Viegas também citou o livro do advogado. O fato de os três entrevistados trazerem matérias

memória. Nas aulas, ao enfocarmos caminhos e construções das memórias, várias vezes discutimos acerca da imprevisibilidade de rumo tanto das entrevistas quanto nos relatos de história oral.

sobre o Movimento informa a respeito de suas preocupações ou desejo de fortalecer a imagem do movimento.

Durante a entrevista, na ASAPREV - o Sr. Alcino, sem que solicitássemos, chamou o Sr. Hélio para a entrevista, dizendo que se ajudariam mutuamente a lembrar dos fatos da referida mobilização. Isto remeteu-nos aos textos de Hallbachs em que fala sobre a memória social como memória grupal, que precisa estar em contato com outras memórias. É o outro que nos faz lembrar. É a memória diálogo. O Sr. Alcino buscou o apoio de alguém que partilhou as mesmas memórias para provocar e confirmar a suas.

Todos os entrevistados exaltaram a ação dos 147%, referiram-se a ela como um marco da luta dos aposentados. Afirma o Sr. Pedrosa: “... foi um dos casos mais palpitantes e uma das lutas mais lindas que teve o Movimento dos Aposentados e Pensionistas que foi o movimento dos cento... da defasagem dos 147% ...”

Durante esse período realizamos também um estudo exploratório sobre a mídia e a pesquisa no acervo do jornal O Globo. Isso propiciou que re-visitássemos e organizássemos nossas memórias acerca dos 147%. Assim, durante as entrevistas, fazíamos um confronto inicial com os relatos; de alguns fatos, nós recordávamos, enquanto de outros, havíamos lido a respeito nas reportagens.

Como nos escritos de HALLBACKS (2004),¹⁸ à medida que entrevistávamos mais aposentados, fluía em nós uma espécie de diálogo interior, similar ao descrito por Hallbacks, de vários interlocutores – víamos interiormente as imagens dos outros aposentados e ouvia suas vozes, apresentando suas versões. Então visualizava, ainda que de forma superficial e preliminar, as semelhanças e diferenças nos relatos.

Supomos que os aposentados, ao narrarem suas lembranças, viviam processo semelhante. Arriscamo-nos a dizer que, enquanto falavam, muitos companheiros participavam de seus “diálogos internos”, ou seja, dessa re-arrumação de lembranças, em que é difícil estabelecer parâmetros para o que é lembrado, já que não existe a memória pura, ainda mais quando se trabalha com a memória coletiva de um grupo. Daí, o freqüente uso do pronome¹⁹

¹⁸ HALLBACKS, Maurice. *Memória Coletiva*, cap. I. O autor discorre sobre memória grupal ou coletiva e suas relações com as memórias individuais. Relata que ao visitar um lugar ele nunca estava sozinho, carregava consigo as observações que os amigos haviam feito sobre aquele lugar, assim como tudo o que já havia lido, ouvido ou visto em imagens; do mesmo modo, quando se recordava de algo e não podia distinguir se eram suas próprias lembranças ou fatos que lhe haviam sido narrados e deles havia se apropriado (memória por tabela).

¹⁹ MUXELI, Anne. *Individue et mémoire familiale*. Paris: Natan/Vuef, 2002. Esse estudo sobre o uso de pronomes nos relatos orais foi apresentado nas aulas de ‘Memória e Identidade’, a partir de exposições orais da Prof. Dra. Beatriz Venâncio, onde o uso do pronome ‘nós’ passa a idéia de transmissão – inscreve-se em uma

‘nós’ para relatar as conquistas. Como se percebe no depoimento do Sr. Alcino, ele usa o ‘nós’ várias vezes, para, no final, alternar e reforçar a idéia com o pronome eu:

Nós, um grupo de aposentados entre os quais estavam esse, esse meu companheiro aí, Helio Guimarães dos Santos, e, com outros, com Roberto Pires, e outros mais, Carlos Levi, e com próprio Luis Viegas, e vários outros, cujos nomes eu me lembro, mas que já, já morreram, mas que foram companheiros brilhantes, e começamos, criamos essa associação em oitenta e cinco, por que já sentíamos, embora tivesse sido aposentado em oitenta e três, dois anos depois eu já estava sentindo que a classe dos aposentados estava sendo prejudicada nos seus proventos e nos seus direitos. (Grifo nosso)

As imagens produzidas nesse processo reforçavam as que viemos construindo ao longo da carreira profissional através da extensa bibliografia lida, que discute o envelhecimento humano, e ao atuar diretamente com idosos, em especial, as mulheres que freqüentam o UFFESPA, no tocante à capacidade de se manterem atuantes em diversos campos conforme o interesse de cada um(a). Durante as entrevistas, traçávamos imagens com base no modo como se apresentavam, o de pessoas extremamente combativas politicamente, idosos ativos, que permaneciam produzindo, a despeito das dificuldades físicas trazidas pelo envelhecimento ou das financeiras, acarretadas pela aposentadoria. Os aposentados/idosos continuavam dando significados a suas vidas a partir do envolvimento com as lutas pelos seus direitos como aposentados e, por consequência, pela manutenção da Previdência Social.

Desse modo, tais imagens e discursos não estavam ou estão descolados da discussão das reformas neoliberais nem dos contextos históricos em que se situam. O período em que ocorrem as lutas, logo após a abertura política que se segue à Ditadura Militar, a campanha pelas Diretas Já, a participação na Constituinte, a Constituição “cidadã” de 1988, a abertura de canais que viabilizavam a participação dos movimentos sociais formam o quadro onde essas lembranças se movem. Assim como o quadro atual, em que manifestam seu descrédito quanto ao Governo Lula com base na não realização das expectativas geradas durante a campanha presidencial assim como dos recentes escândalos do “Mensalão” e do “Valerioduto”.²⁰

história coletiva, ao passo que o ‘me’ transmite a idéia de rememoração – reviver o passado; o eu, de reflexão –, de negociar o passado para se projetar no futuro.

²⁰ Durante as entrevistas estavam vindo a público, na realização da CPI dos Correios, o envolvimento de parlamentares com esquema de corrupção, em especial, alguns ligados ao Partido dos Trabalhadores, o que trazia indignação à população brasileira e aos aposentados entrevistados.

Dessa forma, o processo de rearrumação das memórias ocorreu durante toda a fase de entrevistas e, posteriormente, nas análises e organização destas, ao buscarmos a melhor forma de apresentá-las neste texto.

2.4 Imagens e Sentidos nos discursos dos 147%

Durante a entrevista, o Sr. Nilton Domingues Pedrosa, militante do Movimento dos 147% e vice-presidente de Relações Públicas da Federação das Associações de Aposentados do Rio de Janeiro (FAAPERJ), além de Diretor do Departamento de Aposentados do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro, repetiu várias vezes a frase “*e disso eu não abro mão*” sempre que queria afirmar ou reafirmar princípios e valores que considerava importantes ou mesmo essenciais em apoio de suas falas ou atitudes. Esse refrão, aqui apropriado, é útil para pensar o processo seletivo que organiza os fragmentos das memórias de militantes como ele, e a linguagem que utilizam para atribuir significados as experiências vividas, como sugere Smolka:

Consideramos linguagem não só como ação, mas como significação, ação de significar, atitude constitutiva (Franchi, 1977) Concebemos o discurso não só como discurso situado, contextualizado, em que analisam versões de fatos ou eventos em termos de efeito retórico ou argumentativo; concebemos o discurso como produção histórica de signos e sentidos. É então a relação do discurso assim concebido, em relação aos processos de significação e à produção de sentidos, que queremos estudar a memória. (Smolka, 1999:87)

Compreender os discursos de narradores do movimento dos 147% como produção histórica de signos e sentidos exige um cuidadoso exame daquilo que afirmam, complementam, contrapõem e negam, bem como das formas pelas quais as memórias constroem significados. Essa orientação move nossas reflexões sobre memória, pretendendo reconhecer e conhecer o processo de formação de identidades peculiar a esse movimento.

A mobilização pela conquista do reajuste de 147% nos proventos das aposentadorias maiores que um salário mínimo transformou-se em marco histórico dentro do movimento dos aposentados. Os entrevistados se referem a ela como exemplo de luta vitoriosa, como o auge do movimento, como referência para as gerações futuras.

No tocante à explícita referência de satisfação e vitória, os depoimentos apresentam similaridades quanto à exaltação à união e à participação de todos os aposentados e respectivas associações ou departamentos, sem esquecer a importância do apoio da mídia.

Para dar significado ou justificar suas narrativas ou posições assumidas, todos os aposentados percorrem ora um passado mais remoto, anterior aos 147%, ora o futuro ou o presente. Buscam dar respaldo ou mostrar a conexão que os fatos têm para eles. O depoimento do Sr. Pedrosa demonstra o movimento percebido de volta ao passado e de citar dados da realidade brasileira para dar sentido a suas colocações, bem como para valorizar a ação dos cento e quarenta e sete como marco na organização de seu discurso:

Olha, eu acho que foi um marco na história dos aposentados neste país, o movimento dos 147 foi um marco para as gerações que vêm, só que, lamentavelmente, não é difundido, deveria ser dado mais ênfase, mas nós não temos recursos financeiros para botar isso na mídia e, lamentavelmente, a mídia hoje não se interessa hoje de divulgar o que nós fizemos, infelizmente, porque isso é um marco, viu, que deveria dar uma amostra para os nossos, porque eu faço isso, eu digo sinceramente, eu continuo na luta, não é por causa de mim, eu já estou mais pra lá do que pra cá, de passagem, porque nós estamos aqui de passagem, a grande realidade é essa, eu sou realista, eu to com 70, a média etária do brasileiro, embora queiram dizer que é 70, não é não, é 60 anos, do trabalhador é de 60 anos, eu já estou com um lucro de 10 anos, então eu já estou com um lucro de 10 anos. Então há 10 anos que eu tenho que estar agradecendo minha presença aqui. Nós temos que fazer pra quê? Pra essa nova geração que tá aí, teve um hiato, teve uma geração meio alienada, foi de alienação porque o sistema da época quis assim, infelizmente, de 64 a 85, nós ainda sentimos o que eles fizeram, porque eles acabaram com muita coisa, com muitas realidades, quer dizer: acabaram com UNE, acabaram com tudo, tudo que era bom para o povo, os direitos que o povo tinha, eles conseguiram derrubar, conseguiram alienar um povo! Foi uma geração alienada, sem direito a conhecimento, modificaram, enfraqueceram o ensino, conseguiu quase que arrasar o conhecimento, porque eu acho que uma nação educada, um povo com cultura, ele tem acesso ao trabalho, tem acesso à saúde, tem acesso a tudo. O fundamental numa nação é a cultura em primeiro lugar, em primeiro lugar eu acho que a cultura... a educação é primordial, depois saúde, depois as outras coisas, segurança e tal. (Sr. Pedrosa)

Percebe-se, nesse trecho, que o Sr. Pedrosa associa educação e cultura ao poder de mobilização, ao mesmo tempo em que reconhece que os anos de ditadura esvaziaram a luta política, identificando e se apoiando em componentes históricos.

O período da ditadura militar (de 1964 a 1979 ou 1985) é apontado por todos como lacunar, de parada, de hibernação, de quebra e rompimento dos movimentos sociais em geral.

Esse entrevistado, no que se refere ao sentido pessoal que atribui a sua participação, opõe continuidade – faz ‘pela próxima geração’ – e finitude – ‘eu já estou mais pra lá do que pra cá; ele já tem um lucro de dez anos contra a morte’.

O discurso do Sr. Pedrosa remete ainda a uma discussão sobre gerações trabalhada por LÖWY (2005:48), ao analisar as teses de Walter Benjamin, destacando o conceito de ‘redenção’. Para Benjamin, a geração presente tem um encontro secreto com a geração passada. Imbuída de sentido messiânico não mais em relação à religião, mas ao materialismo histórico, a geração presente deve buscar redimir/reparar erros e não realizações da geração passada. Assim, quando o Sr. Pedrosa fala dos cento e quarenta e sete, como um marco para a próxima geração, ao mesmo tempo em que sobrepõe o hiato da geração alienada pela ditadura, ele imprime o sentido de reparação daquilo que deixou de ser realizado pela geração passada, do que foi podado e alienado do processo de participação pelas políticas de repressão na época da ditadura – violência, desmonte e proibição de movimentos sociais, reformas educacionais e outros mecanismos ideológicos.

Entretanto, o período da ditadura militar, em conjunto com as expectativas dos trabalhadores relacionadas à Previdência, anteriores a 1964, também deu sentido ao engajamento desses militantes ao movimento dos aposentados. Como explica o Sr. Velloso:

O movimento dos aposentados, ele, ele já, ele nasceu e se criou durante até a discussão da Lei Orgânica da Previdência Social, por que nós já estávamos pensando naquela época, isso foi no governo Juscelino Kubtscheck, em fazer com que os aposentados, pensionistas e trabalhadores administrassem a Previdência Social. E isso aconteceu com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social, aonde nós aqui do sindicato dos operários navais enviamos até um representante junto a aqui, ao INSS do Rio de Janeiro. Muito bem, então já naquela época nós pensávamos dessa forma. Então, como, como a maioria dos líderes sindicais, naquela época, não sucumbiram à ditadura, nós começamos a pensar em associações de aposentados daqueles que não sucumbiram. Foi criado a primeira Federação de Aposentados e Pensionistas aqui no Rio de Janeiro. (Sr. Velloso)

O Sr. Alcino situou o sentido como busca de justiça, de respeito à dignidade do trabalhador, de atendimento às expectativas desse trabalhador no passado em relação à aposentadoria. Para ele, a constante ameaça aos direitos adquiridos move a luta dos aposentados:

Nós avaliamos que foi uma reivindicação que se tornou vitoriosa na nossa parte, por que o objetivo nosso era reduzir o sofrimento do aposentado ao sentir que aquela expectativa que ele tinha quando era trabalhador da ativa não estava sendo respeitada, é aquilo que eu falei agora pra você, o desrespeito à dignidade do trabalhador, então é uma ofensa ao trabalhador. Então ele, é, ele vai procurar, enquanto ele tem força, vigor, que hoje normalmente chama-se de garra, ele partia pra defender isso. (Sr. Alcino)

Por sua vez, o Sr. Viegas atribui sentido à luta dos aposentados mediante sua ligação a questões macroeconômicas e sociais, às ameaças e às tentativas de desmonte de instituições como a Previdência Social:

Bom, eu sempre raciocinei que o movimento social está sempre interligado com o movimento político e na medida que o país tem problemas políticos sérios e o problema, o movimento social sofre com isso, nós temos, e temos isso como ponto de vista até internacional, essa predominância ainda do poder bélico e neoliberal de Estados Unidos e Inglaterra com alguma resistência da União Européia e de outros países, mas isso traz influência aqui pro Brasil, os caricatas daqui querendo fazer as privatizações é, o desmonte da nossa economia e eu acredito que o Brasil pelo seu aspecto territorial, populacional é, cultural mesmo, ele teria tudo pra ser um país predominantemente com estrutura do Estado, ele depende muito da estrutura do Estado e nós vemos a intenção de cada vez querer reduzir mais o papel do Estado, a Previdência Social básica, ela só pode continuar dentro de uma estrutura pública, não tem futuro como uma estrutura privada, previdência, saúde, segurança e educação não são comércio, botar isso no comércio, vê a educação, nós vemos o desnível de educação no país se deu a partir do momento em que se privilegiou a bolsa do estudante em vez de privilegiar a escola pública, começou a se alimentar um comércio da educação em vez de se garantir o funcionamento das escolas públicas. E assim na saúde, nos hospitais, no problema da segurança, quando se admitiu a vigilância particular, foi quando aumentou, aumentaram os assaltos, lógico, que isso tem interligação com a situação econômica, mas tem um dedinho aí, Al Capone já tinha resolvido isso há muito tempo, fazia os conflitos pra garantir a segurança, então, para oferecer uma segurança privada você tem que ter um motivo pra oferecer essa segurança, então, eu acho, esses caras neoliberais, esses caras que têm a preocupação de reduzir o papel do Estado, eles cometem um crime contra a sociedade, eu como sou socialista na essência, eu sinto isso mais aguçadamente. (Sr. Viegas)

Todo esse quadro se reflete em sua identidade socialista. Como socialista, ele percebe, sente e discorda dos rumos que estão sendo dados ao País. O Sr. Viegas faz aqui, também, um deslocamento de sua identidade política. Militante do Partido Comunista por muitos anos, se define agora como socialista. Seu depoimento traz à tona os paradigmas que marcaram a luta antiimperialista e nacionalista dessa geração de militantes.²¹

²¹ FERREIRA (2002) examina esses paradigmas em *Prisioneiros do Mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1935-1956)*.

Em relação à Ação dos 147, a imagem que predomina é a de vitória. Como afirma Robin:

Ao contrário da historicidade cronológica, a memória coletiva (se faz) pela associação ou mobilização de um sentido já interiorizado. Somente conta, com efeito, o sentido a dar ao passado. Daí este gosto pelos símbolos, pelas alegorias da memória coletiva, guardiã a sua maneira das tradições e da interpretação que um grupo dá ao seu passado. Se seu espaço tempo é local, simbólico, cíclico e acrônico, ela se faz de bom grado elegia, canto de vitória ou panegírico para representar sua epopéia, a menos que ela se dê na dispersão desordenada de associações de idéias tendo como ponto de apoio o vivido. A memória coletiva oscila entre o silêncio, a amnésia, a reconstituição e o detalhe intensamente revigorado. (Robin, 1989:6)

O depoimento do Sr. Pedrosa explicita esse sentimento e se coaduna com o dos demais entrevistados:

Eu não tenho críticas a fazer ao movimento, não, só tenho elogios, foi um período, olha, só de vibração, de vitória, realmente, de muita luta, realmente, porque nós tivemos algumas decepções quanto às decisões que eram tomadas, mas devido à fibra, à união, à unidade dos companheiros, à compreensão naquela época só foi vitória, de alegria. (Sr. Pedrosa)

Apenas o Sr. Viegas fala da existência de discordâncias e conflitos, mas enfatiza tanto o caráter positivo e vitorioso como a unidade do movimento. Essas diferenças são consideradas por ele normais, pontuais e menores ou sem grande importância:

As críticas são normais em todo movimento. Houve tendências radicais, melhor dizendo, extremadas. Não gosto de usar radical, porque radical é aprofundamento, busca da raiz. Então eu acho mal empregado. O extremo. Então havia gente que, sim, queria fazer ações muito extremadas e provocativas. Queria, por exemplo, impedir trânsito. Essas coisas assim extremadas, que ficam muito bem numa juventude. Mas nuns caras amadurecidos, já vividos, com experiência, era um negócio mais difícil da gente conduzir. Mas não houve maiores problemas. E algumas incompreensões por exemplo, com alguma projeção de pessoas no noticiário do jornal. O pessoal de São Paulo na primeira fase ficou assim meio com ciúme. Mas isso tudo não foi generalizado. Foram setores isolados. Eu acho que foi um movimento unitário. Um movimento positivo. Na essência dele foi positivo. (Sr. Viegas)

O Sr. Velloso não fala de conflitos, mas relata em seu depoimento que muitos políticos de vários partidos se aproximaram do movimento para obter ganhos. Este depoimento revela

que a visibilidade social do movimento provocou disputa política entre os partidos. Importa ressaltar que o advogado João Eudes Mendanha era advogado do PDT, partido ao qual alguns militantes também eram afiliados, pois relataram que foi o partido que absorveu os comunistas sectários de Prestes.

Esses trechos revelam os caminhos da memória coletiva que enfatizam e elegem o que se considera importante reter – a vitória, a unidade, a garra e a alegria – ao passo que esquece ou silencia o que não interessa, tal como discordâncias e outros interesses que não eram partilhados pelo grupo.

2.4.1 Imagens de si

Sobre a memória da infância e signos de liderança

A infância pensada por esses militantes localiza signos a que atribuem seus desempenhos como lideranças futuras, inclusive no movimento dos 147%. Destacam situações que aconteceram na infância e valores que receberam pela educação como fundamentos e razões para sua militância. O Sr. Pedrosa, por exemplo, em trechos de sua entrevista constrói discursos a respeito da infância, em que seleciona as características mais marcantes com que construiu sua imagem de militante:

Fui um aluno inicialmente razoável, depois me dediquei bastante, na época, eu não sei se hoje ainda tem isso, o aluno que se destacava era o monitor da turma, modéstia à parte, desde pequeno, por causa do timbre de voz, eu sempre exerci uma certa liderança, e quando a professora se afastava da sala de aula, o responsável pela turma era eu. (Sr. Pedrosa)

Ressalta possuir uma tendência natural para liderança, apoiada em seu timbre de voz. Também atribui à dedicação e ao esforço a conquista da liderança. No tocante a seus valores e princípios, refere-se à formação educacional recebida da família:

Eu sempre fui um menino, na época, um garoto que todo mundo gostava. Porque embora fosse muito humilde, minha mãe soube nos educar. Era portuguesa, mas soube nos educar. Meu pai não dava muita bola pra nós, porque era dele, era turrão, tinha princípios. Mas dava, era um sujeito que mantinha a moral, não bebia, não fumava. Era um sujeito caseiro, vivia da casa pro trabalho. Então dava uma demonstração da coisa. Você não via nada de errado com ele. Procurava cumprir todos os compromissos dele. Se ele desse a palavra valia mais que uma assinatura e isso era verdade. Isso aí eu guardo dele. As outras coisas eu procurei me adaptar, mas esse exemplo de vida eu guardo até hoje, um homem tem que honrar sua palavra e disso eu não abro mão. (Sr. Pedrosa)

A boa educação dada pela mãe e os exemplos de honestidade, honradez e de responsabilidade fornecidos pelo pai são significativos até o tempo presente. Em outro momento de sua vida contrapõe ou nega a identidade profissional do pai para construir a própria:

Eles iam me dar uma profissão de instalador numa construção civil. Eu tinha verdadeiro trauma de construção civil. Meu pai trabalhava em construção civil. Eu sabia a vida que levava, minha mãe tinha que lavar roupa pra ajudar, meu irmão mais velho tinha acompanhado ele, era estucador (...) Eu digo, não, em construção civil eu não vou trabalhar de jeito nenhum. Eu botei aquilo na minha cabeça. E eu acho que você tem que ter força de vontade, tem que ter sonho e tentar realizar o seu sonho. (Sr. Pedrosa)

Seu sonho não era trabalhar como o pai ou o irmão, mas, sim, estudar. Como não foi possível, faz referência a um personagem histórico, para enaltecer sua identidade profissional: “Eu aí aprendi a caixa, a composição, foi a profissão de um dos maiores escritores que nós temos, brasileiro, que foi tipógrafo, revisor e escritor, que foi Machado de Assis”. Nessa fala recorre ao exemplo de Machado de Assis como o símbolo do homem negro que consegue fazer-se respeitar nacional e internacionalmente.

No período da juventude reforça atributos sociais, como, por exemplo, timbre de voz e disciplina, sem deixar de reconhecer momentos de lazer compartilhados com companheiros, como exemplos de convivência com subalternos, experiências que lhe forneceram o modelo comportamental assumido no movimento:

E lá (serviço militar obrigatório aos 18 anos) devido a minha maneira, também o timbre de voz, toda vez que dava serviço, eu tirava cabo de dia, embora sendo recruta, eu tirava serviço de cabo de dia pra dar ordem unida e eu sempre fui muito enérgico nas coisas, no trabalho eu não admitia brincadeira, fora do trabalho... (gesto com as mãos). Eu sempre fui assim, inclusive até profissionalmente. Fora do trabalho, jogava até futebol com eles, que eu fui galgado, eu fui linotipista, fui chefe de seção, fui supervisor, fui gerente de produção na AGGS (gráfica das listas telefônicas). (Sr. Pedrosa)

Nesse relato, como em outros, as imagens de si ‘selecionadas’ pela memória para serem tornadas públicas, parecem dar sentido às experiências vividas; do mesmo modo que parecem contribuir com identidades grupais – partilhadas – que fluem nas individuais: sindicalista, militante, profissional, entre outras. O seu timbre de voz, todavia, é citado mais de uma vez como um dos responsáveis pelas posições de liderança, talvez, a ‘voz de comando’, lembrando que essa geração é da “era do rádio” e, para ela, vozes expressam identidades.

Aparece em seus relatos, também como motivador para a escolha de outra profissão, a impossibilidade de acesso à educação – ele gostaria de ter feito jornalismo ou advocacia – e a negação da identidade profissional do pai. Em outro trecho da entrevista, refere a frustração de não poder continuar estudando: “eu gostava muito de estudar. Mas, na minha casa era assim, tinha uma lei: aos catorze anos tinha que trabalhar, aí meu pai e meu irmão que também não teve oportunidades falou: - nós vamos criar um vagabundo? - aí eu fui trabalhar”.

POLLAK (1992:5), discutindo memória e identidade, demonstra que as pessoas imprimem um sentido que assegura tanto sua auto-imagem quanto a imagem que será ‘negociada’ com os outros: “Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela apresenta e constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida pelos outros”.

O sr Pedrosa parece ter ido em busca de trabalho para não ser visto como ‘vagabundo’ perante a família. Como não tinha condições financeiras, foi cursar o ginásio no SENAI, como relatado, visando aprender uma profissão e trabalhar em meio período. Entretanto, em outro trecho, no final da entrevista, ao voltar à questão da formação profissional, de certa forma, destaca a vida como “faculdade do mundo”, modo de justificar para si próprio e talvez para mim que o ensino superior não lhe fez falta:

(...) a maior faculdade do mundo é a vida, gente, a não ser aquele que passe pela vida, porque quem vive a vida aprende muito, por que tem gente que passa pela vida, tem gente que passa pela vida. Não aprende nada. Mas esses são poucos, então eu acho que a maior faculdade do mundo é a vida, é a experiência de vida que você consegue, com tropeços e tal, mas vantagem de tudo não é você tropeçar e cair é saber se levantar e dar a volta por cima, aí é que está a virtude do homem, do ser humano. (Sr. Pedrosa)

O Sr. Velloso também relata, a partir de sua infância, as dificuldades da formação educacional formal, mas justifica com outro argumento:

Eu, eu me considero até vítima do regime. Porque meu pai fez sacrifício pra que eu estudasse. Cheguei a fazer o ginásio, no, no ginásio Pereira Peixoto, no Barreto. Cheguei a fazer o primeiro científico, mas em função do seu falecimento... e deixou-nos com, deixou minha mãe com sete filhos. Minha mãe também tinha um problema mental, fui obrigado a ser curador de minha mãe, e tutor dos meus irmãos, e fui obrigado a abandonar aos estudos. Por essa razão eu me considero vítima do regime. (Sr. Velloso)

O Sr. Velloso justifica de forma mais ideológica a impossibilidade de continuar os estudos, pois incorporou, a essa releitura do passado, argumentos da militância e do marxismo, apreendidos ao longo da vida. Isto demonstra o que afirmamos sobre as ressignificações que são feitas do passado a partir de vivências posteriores. Os conhecimentos adquiridos posteriormente lhe permitiram uma releitura das dificuldades familiares, atribuindo ao regime capitalista a impossibilidade de completar os estudos.

Por sua vez, o Sr. Benedito enfatizou que sua formação de militante ocorreu a partir do trabalho, após migrar de Alagoas para o Rio de Janeiro, através do ingresso na indústria naval e da preparação dada pelo sindicato:

Meu pai era completamente analfabeto, minha mãe também e eles não tinham nenhuma visão política de nada, né, não eram políticos. Até meus 17 anos, eu era novo, (...), eu vim a aprender alguma coisa, que levou a ingressar no PC, no movimento sindical, e em diversos movimentos sociais, no Rio de Janeiro, né. Eu passei a ter contato com intelectuais, de bom nível político e ideológico, né (...) e aí, quando eu entrei no sindicato, a direção do sindicato já era orientada pelo PC. Aí, na medida que eu fui participando daquelas greves na década de 50, eu fui muitas vezes, várias vezes, uma porção de vezes, e aí eu participava delas. Participava de piquetes, de greve de, dos trabalhadores rurais também (...) e aí, uma coisa, na medida que você vai se juntando a outras pessoas você vai tendo probabilidade de aprender alguma coisa nova, tá entendendo? Aí, foi por aí que eu fui sendo (...) cooptado²² pra ingressar no PC, tá entendendo? Me davam livros pra ler, livros fácil de assimilar de, tá entendendo? Um exemplo, Cavaleiro da Esperança, né, livros de Jorge Amado e li uma porção de livros de Jorge Amado e li Cavaleiro da Esperança,²³ que falavam da história do Prestes, e etc e etc e da Coluna Prestes, né, entendeu? Então, eu li a Coluna Prestes toda. E aí a gente vai tomando gosto, né e foi por aí que, aí eu me ingressei no PC. Ingressei no PC e comecei a fazer um trabalho dentro do PC também de recrutamento, né, entendeu? E aí eu fui, ganhando a confiança das diversas direções etc. A ponto de eu merecer a confiança de me lançar candidato a Presidente do Sindicato dos Operários Navais, apoiado pelo Partido Comunista. E foi por aí que eu fui, que a minha vida foi se transformando pra melhor, né, na medida que eu fui me libertando do atraso. Me libertando da ignorância, né, do, como é que se diz, das ilusões de classe etc e etc. Eu vim assimilando algo novo, entendeu, e me ajudou ter mais ou menos uma visão do mundo, da vida, da sociedade e etc. E aí eu fui olhando também e eu tinha, eu já tinha poucos, mas eu tinha livro de Marx, O Milênio, de Marx, tá entendo, e eu lia aquilo com um prazer de coisa, ta. (Sr. Benedito)

Ferreira (2002), ao discutir a iniciação e a sociabilidade dentro do Partido Comunista Brasileiro, afirma:

Entrar no partido, portanto não significava apenas uma maneira, como tantas outras, de participar politicamente ou de uma opção lógica e racional, mas, sim, de prévia indignação com um mundo que surgia estranho, adverso muitas vezes e de revelações impactantes que mostravam realidades organizadas, ordenadas e coerentes. Ao indivíduo era oferecida uma ordem simbólica, racionalizada e sistematizada, permitindo a ele manejar imagens e representações tranquilizadoras. A escolha assumia um alcance que comprometia todas as dimensões da vida do militante. Os comunistas, valorizando a organização ao extremo, afirmavam que nem todos tinham méritos e qualidades para ingressarem nela. (Ferreira, 2002:67)

²² Esse depoimento é bastante rico em imagens e dados sobre o comunismo dessa época no Brasil. O termo 'cooptar' é, para os comunistas, *promoção a um cargo sem ter sido eleito* (FERREIRA, 2002:70).

²³ Segundo FERREIRA (2002), essa obra de Jorge Amado corroborou para mitificar a figura de Luis Carlos Prestes. As leituras descritas pelo narrador evidenciam as estratégias usadas pelo PCB para conquistar e dar formação aos militantes.

Em seu discurso, o Sr. Benedito explicita várias questões abordadas por FERREIRA (2002), como o fato de que a participação em greves pressupunha indignação prévia, descrita pelo autor, como característica geral dos que ingressaram no PC; o mérito – foi ganhando a confiança até merecer ser indicado para a presidência do sindicato –, o processo de libertação, os impactos causados, a assimilação de um conhecimento que lhe permitia outra visão de mundo – ou seja, uma ordem simbólica capaz de manejar as imagens e representações. Relata também que, a partir dessa formação recebida no Sindicato, foi buscar a educação formal e completou o primeiro grau, do mesmo modo que privilegiou a formação educacional dos filhos, pois essa era uma necessidade enfatizada no partido, o que mostra o comprometimento de outras dimensões de sua vida.

Além das dimensões analisadas, dois entrevistados eram filhos de militantes do Partido Comunista. Como conta o Sr. Viegas:

Meu pai era jornalista profissional, foi jornalista profissional a vida toda, foi diretor de vários jornais, e que seguiam a linha dos comunistas ou dos socialistas da época (...) e morreu num desastre de avião em 1966 quando voltava de um congresso dos partidos comunistas em Sófia na Bulgária. Então morreu em Bratislava, na Tchecoslováquia e ele estava residindo em Praga porque era representante brasileiro na revista Programa da Paz e do Socialismo. (Sr. Viegas)

Nesse depoimento, ele destaca a trajetória do pai, sua militância, a atuação em jornais comunistas ou socialistas até a morte, quando voltava de um congresso. Isso revela o grau de comprometimento de seu pai e a importância que ele atribui à atuação paterna. O Sr. Velloso se apóia e aponta, como marco para a sua atuação, a herança política deixada pelo pai:

Bom, o meu pai chamava-se Manoel José Gomes Velloso, funcionário lá do arsenal de Marinha, também militante do partido comunista, e quero dizer que foi talvez a maior herança que ele deixou, foi pai de dez filhos, né, legítimos. E a herança que ele me deixou foi essa herança política, né, militante do partido, e hoje eu tenho certeza absoluta onde ele estiver deve tá, deve tá satisfeito com a minha atuação. (Sr. Velloso)

Os laços afetivos também são valorizados. O Sr. Viegas, durante o exílio, ficou na Iugoslávia com o pai. O Sr. Velloso fala com emoção do orgulho que o pai, já falecido, deve sentir de sua trajetória de militância. Os caminhos percorridos durante as entrevistas, quando solicitávamos que falassem de suas famílias de origem e suas vivências, levaram esses

aposentados a procurarem re-significá-las, a buscarem sentidos que apoiassem suas ações posteriores e ora enfatizavam características pessoais e valores morais apreendidos na infância e juventude, ora valorizavam as dificuldades sociais e econômicas como impulsionadores em direção ao envolvimento com as lutas sindicais.

Sobre memórias de militância e trabalho

Os depoimentos examinados diferem de acordo com o tipo de entrada que esses militantes tiveram no movimento. Como já foi dito, quatro dos entrevistados possuem história de envolvimento na luta sindical, enquanto dois deles começaram a participar somente depois de aposentados. Nesse sentido, seus depoimentos, quando falam de suas histórias de trabalho, diferem na forma de apresentação. Os que militaram, enfocam e enfatizam suas participações logo de início, como faz o Sr. Velloso, que, logo na apresentação, traça sua trajetória de militância:

Eu me chamo Osvaldo Garcia Velloso. Trabalhei no Estaleiro Mauá, como operário naval, como caldeireiro de ferro. Era, eu era militante do partido comunista, fui secretário da organização de base, e... Em mil novecentos e sessenta e quatro, por ocasião do golpe de Estado, eu consegui me livrar, mas, eu caí em sessenta e nove, num aparelho, numa reunião, aonde nós estávamos discutindo a presidência do sindicato dos metalúrgicos de Niterói, porque eu seria o cabeça de chapa, porque no que pese de tudo isso, eu não abandonei a militância política nem sindical. E preso em sessenta e nove, fui julgado e absolvido. Como a minha vida sempre foi militar no movimento de massa, eu ingressei no movimento dos aposentados em mil novecentos e oitenta e cinco, por ocasião da sua votação no IX Congresso em Curitiba. E até que eu cheguei à presidência, no ano de mil novecentos e noventa, no XII Congresso, que realizou-se aqui em Xerém, no município de Duque de Caxias. (Sr. Velloso)

A apresentação ou declaração de ser comunista traz consigo imagens e valores que foram trabalhados no passado, no entender de FERREIRA (2002:72):

Para ser comunista, portanto, não bastava declarar-se como tal. Exigia-se do militante a transformação de ordem interior, de seu próprio ser: ele abandonaria vícios inerentes à sociedade burguesa e capitalista, como o individualismo, o egoísmo e as vaidades pessoais, adquirindo uma nova identidade social, a de um homem virtuoso e pleno de qualidades.

Esse mesmo autor relaciona ainda as qualidades que eram esperadas de um comunista: ser inteligente, virtuoso, humano, judicioso, compreensivo, solidário, constante nas emoções e criador de alegria. Assim, ao se apresentarem como comunistas, os entrevistados se mostram como homens corretos e possuidores dessas características.

O Sr. Viegas, depois ao falar de sua infância, estabelece certa linearidade ao abordar sua entrada no mercado de trabalho e na vida sindical como seqüência ou conseqüência natural:

Vida normal. Fui do Pedro II, Colégio Pedro II, cinco anos internado, trinta e cinco a trinta e nove, depois fiz complementar na Marechal Floriano de quarenta a quarenta e um, comecei a trabalhar em 1940 em IAPB, depois em quarenta e dois fiz concurso para o Banco do Brasil e, a partir de quarenta e três, trabalhei no Banco do Brasil. Comecei a freqüentar o sindicato assuntando, e em quarenta e cinco, então, eu me filiei ao sindicato e já tinha me filiado também ao partido comunista quando veio a legalidade. (Sr. Viegas)

Parece que começar a trabalhar e a participar da vida sindical acontecia normalmente, pois é desse modo que ele organiza ou expressa suas lembranças. No entanto, estudos históricos a respeito dos movimentos sindicais demonstram que esse tipo de envolvimento era desestimulado pelos patrões ou, ainda, manipulado por patrões e governo, que buscavam descaracterizar as formas reivindicativas da classe trabalhadora. O próprio Sr Viegas diz ter sofrido transferências por estar ligado ao sindicato. O narrador destaca ainda, em relação ao trabalho e à militância, a sua atuação ao longo dos anos em campanhas que marcaram a história do Brasil e na luta sindical:

Sempre atuando em todas as campanhas. Sem maiores destaques, mas atuei, na campanha de rompimento de relações com o eixo, declaração de guerra, participação da FEB, campanha do petróleo, campanha da paz, contra a bomba atômica... Sempre estive em todos os movimentos sociais. No sindicato, filiado a partir de catorze de julho, é uma data interessante (mas isso por acaso) de quarenta e cinco. Participando de todas as atividades do sindicato bancário, nacionalmente, pois os bancários tinham essa atuação. No final da década de 50, por decisão do Congresso, começamos a organizar federações. Só havia uma federação bancária no Rio Grande do Sul. Organizamos outras federações pra poder estruturar a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, a CONTEC. Então, eu ajudei a organizar a federação. Naquela época, era do Distrito Federal (que era aqui, Distrito Federal), dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que ainda hoje existe, só que é Federação dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Particpei da organização da Confederação. Fui presidente da Federação desde 58 a 64, e da Confederação eu fui secretário geral dos dois períodos anteriores a 64. Deve ter sido de 61 a 64, porque em 64, com o movimento, com o golpe havido em 64, eu fui destituído das direções sindicais. (Sr. Viegas)

Sua história de militância sindical localiza importantes eventos da história brasileira e mostra seu percurso até a interrupção ocorrida com o golpe militar. Ele valoriza também o fato de ter-se filiado ao Partido Comunista em data significativa para o partido - o 14 de julho. Embora isso tenha sido um acaso, parece existir aí um marco ou um prenúncio de seu futuro como membro oficial do partido comunista.

O Sr. Viegas também contrapõe, assim como o Sr. Pedrosa, seus sonhos não realizados à necessidade de trabalhar, mas estabelece uma compensação diferente, ao localizar a dimensão social da atividade política ensejada por seu trabalho:

Em verdade, não, porque eu nunca desejei ser bancário, nunca sonhei em ser bancário. Ser bancário foi uma contingência, né, tive que ir para o trabalho e aí, já que estava no trabalho, inclusive fui estudar contabilidade, fui estudar economia, em decorrência de ter entrado num banco, tá. Quando rapaz, eu tive um sonho, não sei se daria certo ou não, eu pretendi ser engenheiro, mas nunca chegou a ser também uma vocação, eu sou mais eclético do que... E... Mas eu me compensava com o trabalho social, né, com a luta, porque eu trabalhava em banco seis horas e normalmente eu dedicava umas oito horas ou mais à atividade social política, então, sempre tive muita atividade. (Sr. Viegas)

Enquanto para o Sr. Pedrosa é o saber da faculdade da vida ou seja o saber adquirido com suas vivências que compensa a impossibilidade de realizar o sonho de estudar, o Sr. Viegas, ao aprofundar a questão na entrevista, reforça a visão sobre a importância da atuação social para dar significado ao seu trabalho e preencher a falta de satisfação que este lhe gerava:

Inclusive, o fato de trabalhar num banco como o Banco do Brasil, que tinha na época uma função social, isso me estimulava. Nem tem dúvida nenhuma, tanto que eu lutava contra as direções do Banco do Brasil, na questão reivindicatória, inclusive cheguei a sofrer algumas punições internas em decorrência disso, transferências, mas a empresa em si, o papel nacional da empresa, eu defendia, sempre defendi e ainda hoje defendo que o Banco do Brasil deva ter um papel especial. Não ser um banquinho como outro qualquer, não. É um banco de desenvolvimento, de impulsionamento, tanto que eu considero um crime de lesa à pátria a tentativa de privatização do Banco do Brasil. Então esse contraditório existiu. Eu sabia que trabalhava numa empresa que era importante para o país, mas o que eu fazia como funcionário, a não ser uma determinada época que eu trabalhei naquelas velhas máquinas holerite, que foi o início da computação. Essa parte eu gostava. Mas, no mais era um trabalho burocrático como outro qualquer. (Sr. Viegas)

Destaca que seu trabalho era comum, não especial, mas que, indiretamente também, além da militância, contribuía para o desenvolvimento do País e com os ideais nacionalistas, fortemente presentes nessa geração, pois considera um crime de lesa-pátria a tentativa de privatização do Banco do Brasil, onde trabalhou por mais de vinte anos.

O Sr. Benedito destaca, a partir de sua vinda para Niterói, que o trabalho lhe proporcionou um nível de vida melhor e contatos com os intelectuais de esquerda, afora as leituras de textos marxistas, já narrados, tendo passado a militar e a se envolver com movimentos sociais:

Então eu consegui trazer minha mãe e minha esposa com uns três meses que eu estava aqui. E também, a seguir, consegui um emprego pro meu irmão na carpintaria no mesmo estaleiro. Trouxe ele pra cá e começamos uma nova vida. Eu considero que a partir daí eu passei por uma verdadeira transformação social do ponto de vista sócio-econômico, até bem acentuado, porque passei a receber um salário, que eu, em Alagoas, não teria como desfrutar. Porque a minha vida como trabalhador, como operário, carpinteiro, melhorou consideravelmente (...) e em mil novecentos cinqüenta e quatro eu já, quando eu tava na Ilha da Conceição e passei a freqüentar o Sindicato dos Operários Navais, que na época é, já tinha dado os primeiros passos no sentido de uma luta mais aguerrida de classes. Numa luta mais politizada em função da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da indústria marítima. Aí eu passei freqüentar, mas através de sindicato, em mil novecentos e cinqüenta e quatro. Foi quando Getúlio suicidou-se, né, mais ou menos isso aí. (...) Foi mil novecentos e cinqüenta e três, né, cinqüenta e quatro é quando eu ingressei no Partido Comunista Brasileiro (...) comecei a atuar e tal ter uma atuação um tanto, mais assídua, né. E fui me projetando, né, fui me projetando a um ponto que passei a participar das lutas internas do sindicato e passei também a participar das lutas políticas, administradas pelo partido comunista, né. (Sr. Benedito)

O golpe militar, em 1964 – com as deportações, cassações, perseguições e a clandestinidade – deixou esses militantes, por razões óbvias de sobrevivência, em hibernação – termo que utilizaram para definir o período. Percebemos então que as histórias de trabalho dessas pessoas estiveram sempre apoiadas nas militâncias e davam sentidos e significados mútuos a suas ações.

Os que não militaram se apresentam dando ênfase a suas profissões e carreiras, ao currículo profissional, mas, logo em seguida, introduzem os dados referentes ao seu ingresso no Movimento de Aposentados e Pensionistas. Isso demonstra que a militância tem peso muito importante dentro do movimento. É o que os distingue e aproxima neste espaço de sociabilidades.

2.5 Memórias sobre aposentadoria e militância

Os quatro entrevistados que militavam na luta sindical contam que, ao se aposentarem, se engajaram imediatamente ao movimento dos aposentados, participando da criação de departamentos em seus sindicatos ou associações que os congregavam. Atuaram também na organização da FAAPERJ e da ASAPREV-RJ, bem como da COBAP.

Os Srs Alcino e Hélio, no entanto, possuem trajetórias diferentes e relatam que somente a partir da aposentadoria e das necessidades financeiras geradas pela Previdência Social sentiram necessidade de entrar na luta:

Trabalhei, por toda, a maior parte da minha vida eu trabalhei na Eletrobrás. Além, tinha tido um início da vida na parte de ferroviária, mas eu logo passei pra, pro setor de energia elétrica, e o fiz até mil novecentos e oitenta e três, quando me aposentei.(..) e começamos, criamos essa associação em oitenta e cinco, por que já sentíamos,(...) que a classe dos aposentados estava sendo prejudicada nos seus proventos e nos seus direitos.

Essa entrada se deu através do chamamento da carta de um aposentado publicada em jornal, na qual denunciava os desmandos do governo no que concerne à Previdência e as perdas dos aposentados. Os aposentados que atenderam a esse chamado, se uniram para criar uma associação, a ASAPREV-RJ, e, portanto, apesar de não militarem anteriormente, participaram também da criação de entidades associativas.

A aposentadoria provoca perdas de rendimento, que foram apontadas unanimemente pelos aposentados. A fórmula de cálculo utilizada pela Previdência e as formas de reajuste adotadas pelo Governo não permitem aos aposentados proventos que atendam suas expectativas e necessidades. Mas há outras perdas citadas, quando falam sobre os impactos provocados em suas vidas Como afirma o Sr. Viegas:

Bom nós temos um princípio da história. É que o aposentado é uma coisa interessante. Quando em atividade, cada um tem uma profissão. Vive dentro do seu sindicato, cuidando dos interesses daquela profissão. Ao se aposentar, as características da profissão desaparecem, e a pessoa cai na vala comum do INSS. Quer dizer, o aposentado bancário, o aposentado professor, o aposentado cientista que seja, ou comerciário deixa de ser isso pra ser aposentado referenciado à Previdência Social. (...) Então, a realidade desse quadro fez com que os aposentados começassem a se congregarem, a se consultar, a descobrir que estavam no mesmo barco, independentes da categoria profissional. Estavam no mesmo barco e foi esse o fenômeno que se deu. Daí o crescimento da organização dos aposentados. (Sr. Viegas)

Não se pode dizer que há perda de identidade, mas sim deslocamento da mesma; é um momento em que identidades profissionais se enfraquecem e a vinculação ao INSS transforma todos em aposentados. Esse deslocamento acaba por propiciar certa unidade ou, pelo menos, objetivos comuns, que impulsionam a luta. Assim, memórias e identidades vão se constituindo mutuamente como elementos que asseguram ou deslocam essas identidades, baseadas em períodos históricos determinados e em meio a relações sociais, de poder e outras, que se constroem e reconstróem ao longo de suas vidas.

2.6 Imagens sobre aposentadorias e velhices

Outra imagem que também aparece nas narrativas dos aposentados é a interseção entre ser aposentado e ser velho. As idéias associadas à atividade x inatividade e juventude x velhice acabam por reforçar imagens de aposentados como seres inativos, ou seja, sem atividades, parados, não produtivos, que seriam as imagens associadas à velhice.

O Sr Pedrosa, ao se aposentar aos 49 anos, já no início de 1983, fundou o Departamento de Aposentados no Sindicato dos Gráficos. Ao mesmo tempo continuou a trabalhar em uma gráfica particular, para complementar o salário, pois, enquanto estava na 'ativa', tinha um salário equivalente a vinte salários mínimos enquanto, ao se aposentar,

passou a receber o equivalente a oito e meio, o que o obrigou a procurar outro emprego. Trabalhou depois como assessor de um deputado estadual no Rio de Janeiro. Embora continuasse a atuar como trabalhador de fato, mesmo aposentado, as imagens de aposentado e militante parecem prevalecer.

Todos os aposentados entrevistados permaneceram trabalhando após a aposentadoria e militando em associações, pelo que a idéia de inatividade/falta de atividade não condiz com suas trajetórias. Alguns permanecem trabalhando até hoje, como o Sr. Hélio, que cuida da contabilidade da empresa da filha e trabalha lá todas as manhãs, exercendo seu mandato de vice presidente na ASAPREV- RJ na parte da tarde.

Essas imagens diferem daquelas assumidas pelos aposentados nas praças. O Sr Pedrosa fala sobre isso e também da discrepância no número de participantes em eventos de lazer e em eventos de mobilização política.

Eu acho que a pessoa tem que ter direito a lazer, sim, mas tem que ver que pra ela ter lazer, ela tem que ter as condições pra ela participar do lazer, eu, inclusive com eu disse a você, esse secretário de Ação Social, eu me dou muito com ele... eu digo: olha Fernando, você tem que dar mais apoio ao Movimento dos Aposentados e Pensionistas do que da Terceira Idade, o pessoal da terceira idade precisa apoio, porque não é só de baile que se vive, porque na hora que precisa fazer um evento, fazer uma reivindicação daqui pra Brasília, se vai tentar conseguir ônibus... Eu ontem fiz contato, to tentando fazer contato com o governo do Estado pra conseguir três ônibus pra outubro, talvez seja possível, porque eu falei: se eu não conseguir com vocês, eu vou pra Prefeitura, aí já joguei um contra o outro, se um não arranjar, o outro vai arranjar. Então, já me deram o aval, eu ontem já participei de uma reunião. (Sr. Pedrosa)

A interseção entre as imagens de idoso e aposentado pode ser percebidas também nesta fala. Embora o Sr. Pedrosa tenha setenta anos e seja considerado idoso pelos parâmetros da Organização Mundial de Saúde (65 anos), durante a entrevista ora ele faz oposição entre aposentados e idosos, ora ele une as duas categorias e, em alguns momentos, se exclui ou inclui nela. Quando fala da oposição entre o movimento dos aposentados e a terceira idade, reivindicando mais apoio para os aposentados, refere-se logo adiante ao pessoal da terceira idade, sem que pareça fazer parte dela. Entretanto, em seguida, ele une as duas categorias, dizendo que os idosos –o pessoal da terceira idade – precisa de apoio, porque “não se vive só de bailes”, reivindicando que eles, agora se incluindo, precisam de apoio para participar das manifestações políticas em Brasília. Nesse movimento associa presente e futuro.

O Sr Viegas amplia essa discussão ao mostrar que esses conflitos também existem em um nível mais amplo dentro do movimento. Quando fala da visibilidade que a luta dos 147% deu à velhice no Brasil, ele revela que, para o movimento dos aposentados, o velho é o outro.²⁴

É, tanta visibilidade e tal compreensão é que, engraçado, houve um Congresso na Bahia em que nós propúnhamos que a Confederação abrisse seu leque pra incorporar os idosos e foi derrotado no Congresso. Essa tese foi derrotada no Congresso. Porque havia um receio de transformar o Movimento dos Aposentados e a Confederação no assistencialismo careta e demagógico que existe por aí, do idoso coitadinho, vamos dançar, vamos bailar para esquecer os problemas da vida. Esse assistencialismo e essa exploração do idoso de dar balinha pro idoso, isso era mal visto no Movimento. Então, isso no Congresso da Bahia foi, agora mais recentemente foi aceito, a inclusão dos idosos, tanto que a Confederação passou a incorporar os idosos, as organizações de idosos como integrantes do movimento. Então foi positivo, ampliou o movimento, mas o básico ainda é a Previdência Social. (Sr. Viegas)

Percebe-se a negação desses aposentados, como homens, militantes e provedores, no que se refere às imagens do idoso como o coitadinho ou que só quer se divertir. Esse ponto acusa uma contradição, porque, durante a batalha dos 147%, a mídia explorou amplamente essas representações, as quais, de alguma maneira, deram respaldo e conquistaram a simpatia da sociedade para a justiça da reivindicação. Os aposentados usavam e exploravam essas imagens para conquistar seus objetivos.

Ao finalizar a entrevista, o Sr. Pedrosa fala muito sobre a desvalorização dos saberes dos idosos na sociedade ocidental em contraponto com as sociedades orientais, onde acredita que ocorre o contrário – os idosos orientais teriam seus saberes valorizados e respeitados. Essa, aliás, é crença comum entre os idosos. No UFFESPA, várias idosas afirmam a mesma coisa. No final, quando se pergunta ao Sr. Pedrosa se quer acrescentar mais alguma coisa, ele se dirige aos possíveis estudantes e pesquisadores que poderão ter acesso à gravação. Fala, então, não só como militante, mas como idoso, evocando a figura do avô e valorizando sua luta e seu saber:

Fica a mensagem de que vocês mais jovens se espelhem, pelo menos mire e procurem ver o que nós da terceira idade tentamos fazer, e que vocês não tenham que passar cinquenta por cento do que nós estamos passando. Mas nós estamos fazendo isso porque estamos muitíssimo preocupados com que estará reservado para vocês. Porque, se nós não mudarmos agora, eu não sei o que será pra vocês,

²⁴ Esta expressão é utilizada por DEBERT em seus estudos sobre envelhecimento.

eu acho que vocês não terão Previdência Social. (...) porque eu estou falando isso do fundo do meu coração, tô falando isso como se estivesse falando para meus netos, que é a coisa que eu mais amo neste mundo. (Sr. Pedrosa)

Durante as entrevistas percebemos esses movimentos da memória, que, ao ser provocada, faz percursos que se apóiam em fatos anteriores ou posteriores a eles, construindo elos e significações para o narrador, revelando muito mais que fatos, traduzindo imagens, representações e identidades, da mesma maneira que os modos de sentir e pensar a vida e o cotidiano de cada um. Os trechos selecionados não esgotam esses movimentos, pois, ao longo das entrevistas, essas pessoas contaram muito de suas histórias de trabalho e desvelaram um pouco dos modos de viver em família, com os amigos, com os militantes afora muitos nexos que fazem de fatos políticos passados e presentes.

CAPÍTULO III. MÍDIA E IMAGENS PRODUZIDAS SOBRE A AÇÃO DOS 147%

Ao longo dos anos, a história da mídia traduz as rápidas mudanças tecnológicas ocorridas nos séculos XX e XXI: o jornal, o rádio, a televisão e, atualmente, a Internet, com suas imagens instantâneas e virtuais, passam a interligar o globo terrestre e a aproximar culturas. É uma história feita por homens e mulheres que estão inseridos em seu próprio tempo, portanto, nunca neutros ou a-históricos, uma vez que compartilham valores, representações e realidades diversas, trazendo informes sobre a vida em curso.

No entanto, os meios de comunicação, em geral, penetram de modos diferenciados as camadas da população. Informam e projetam reflexos dos valores que circulam e se propagam pela sociedade, expondo todos os tipos de realidade. Igualmente formam e deformam opiniões, angariam solidariedade ou rejeição a algumas causas e, em certos aspectos, ajudam a compor padrões coletivos de comportamento e de estética, nos quais os jornalistas estão imersos.

3.1 Considerações acerca da Imprensa e dos Aposentados – ‘O pessoal é político’

Na história do Brasil recente, os meios de comunicação aparecem como parte dos movimentos por redemocratização e por direitos sociais e expressam muito das relações entre Estado e Sociedade. Durante o processo de redemocratização contribuíram para que se ampliasse o debate sobre cidadania e acesso à Justiça. Sua presença mostrou-se relevante, como afirma ABREU (2003:26): “... E nesse ponto teve grande peso a intervenção da imprensa, que tentava de alguma forma legitimar sua própria ação. É importante assinalar que só recentemente a informação se tornou estrela de primeira grandeza na conquista e no exercício da cidadania”.

Por conseguinte, a ação da imprensa tem sido decisiva no encaminhamento de lutas, como, por exemplo, na campanha de Betinho contra a fome e na questão da AIDS, dentre tantas.

No Brasil, país da baixa escolaridade, levantamentos e estudos demonstram que a televisão é o veículo de maior alcance. Dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) revelam que nove entre dez casas possuem TV (IBOPE, 2000), cuja audiência é o dobro da soma de jornais e de revistas. Entre os idosos é o veículo de maior penetração, assim como nas classes mais populares.

Todavia, a imprensa escrita, que nos interessa particularmente, apresenta índices diferentes:

No campo da mídia impressa verifica-se uma clara correlação positiva entre os níveis de renda e a difusão dos veículos de comunicação: distribuindo-se a população em cinco classes de renda, constata-se que os jornais chegavam no começo dos anos 90 a 87% do segmento mais rico e a 16% da camada mais pobre da população. As revistas, seguindo esta classificação, atingem 88% da camada superior e apenas 14% do grupo inferior de renda. (COSTA, 2002:67)

Em contrapartida, o jornal, por sua penetração nas classes de maior renda, permite pensar a complexidade do processo de formação de identidades nas lutas sociais. A condição da aposentadoria e da velhice, algo comum a diferentes camadas

sociais na experiência recente, constrói apoio e solidariedade, além de fomentar a legitimidade das lutas iniciadas em torno disso, o que revela que "o pessoal é político".²⁵

Embora reconhecendo seu alcance menor em termos gerais, a penetração da imprensa escrita nas classes de maior renda possibilita a reflexão acerca de sua importância na construção do apoio e da solidariedade, bem como auxilia a conferir legitimidade a essa causa em todas as classes sociais.

A respeito da importância do papel político e ideológico da imprensa escrita Fonseca, ao discutir a questão, ressalta:

(...) que por sua periodicidade diária e seu complexo aparato ou ferramental jornalístico, utilizado de forma subliminar, os jornais são capazes de exercer uma influência sutil que lhes permite sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada idéia, opinião ou representação nos grupos estrategicamente reprodutores de opinião, constituídos pelos extratos médios e superiores da hierarquia social. Além do mais, objetivam a veiculação de idéias que influenciam a chamada opinião pública, os detentores do poder estatal, além de outros segmentos sociais estratégicos. (FONSECA, 2003:84)

Nesse sentido, a imprensa brasileira vinha, ao longo da década de 1980, alternando os discursos de reformas neoliberais com os de defesa da cidadania proporcionados pelo contexto histórico brasileiro de abertura política. Sob medidas neoliberais de caráter global, o Brasil fez transições econômicas de forte impacto sobre a questão previdenciária, atingindo diretamente a vida pessoal de aposentados e pensionistas de todas as classes sociais, como defende Coutrim:

Tal situação nos permite perceber que a propalada crise da previdência brasileira, tão divulgada pela mídia e pelos órgãos não governamentais, não residiu apenas em seu colapso econômico e na depressão financeira conjuntural brasileira. Existem questões externas que também têm influenciado no desmonte previdenciário e das políticas sociais, como a adoção de medidas de enxugamento dos gastos públicos tipicamente neoliberais importadas de países do primeiro mundo. (COUTRIM, 2002:4)

²⁵ Trata-se de 'palavra de ordem' dos movimentos feministas dos anos de 1970 e 1980, sobretudo, em torno dos direitos reprodutivos. Sobre a matéria ver: VARIKAS, Eleni. O "pessoal é político": Desventuras de uma promessa subversiva. In: *Tempo*. Revista do Departamento de História/UFF (Niterói), v.2, n.3, p.59-80, jun. 1997.

O fim da ‘guerra fria’, a alteração na correlação de forças em nível mundial, os avanços da globalização sob a marcante presença de interesses dos capitais financeiros e seus ganhos de curto prazo, inclusive no campo da seguridade social, privatizados em larga escala em todo o mundo, assuntos antes tão distantes da vida pessoal de homens e mulheres, agora materializam problemas de sobrevivência, tornando cada vez mais inteligíveis as questões da existência de cada um. A profunda alteração do mundo do trabalho e de todas as suas relações, associada a outra prescrição neoliberal – a do Estado Mínimo –, risca do mapa direitos trabalhistas e promove total modificação do trato das aposentadorias, pelo que manifesta o quanto "o pessoal é político".

Em nosso País, o enfrentamento da inflação por meio de medidas adotadas pelo governo, tal como a aposentadoria desatrelada do salário mínimo, tem fortes repercussões sobre a organização do movimento sindical. Aposentados e pensionistas perdem força dentro do movimento, e as perdas cumulativas – efeito cascata das mudanças nas formas de cálculo do reajuste nos valores das aposentadorias categoriais – impulsionaram-nos no sentido de nova forma de organização: as Associações.

A concessão, pelo Governo, de reajustes diferenciados para os aposentados na década de 1990 – 147% para quem ganhava até um salário mínimo e 54,6% para os que recebiam acima disto – fez com que as Associações movessem ações na Justiça, travando árdua batalha com o governo pela reposição do índice de 147,06% e pelo tratamento igualitário para o segmento, afora terem promovido manifestações públicas em defesa dos direitos dos aposentados. Diante disso, a imprensa cobriu amplamente tais eventos. A mobilização dos aposentados pelos 147% contou com todos os seus segmentos – televisão, rádio, imprensa escrita, Internet –, enquanto os resultados ganharam crescente qualidade com o jornalismo investigativo. Portanto, é inegável a importância da mídia nessa luta, tanto pela maneira como atuou nos rumos do movimento quanto no desvendamento da vida cotidiana das pessoas idosas.

A organização do citado movimento, como já foi dito, tem início no começo do século, através das Caixas de Aposentadoria e Pensão, mas, a partir dos anos de 1980, as Associações se uniram e criaram centrais – Federações e Confederações. Há ainda diferenças e cisões dentro do próprio movimento, pois são diversos tipos de entidade,²⁶ as quais possuem práticas diferenciadas: algumas são mais assistenciais, ao passo que

²⁶ HADDAD (2001:39) distingue dois tipos de entidade: eclética e sindical. Por sua vez, SIMÕES (2003:18) distingue quatro tipos: corporativista, sindical específica, eclética e associação com interesses políticos.

outras, mais combativas. Existem, muitas vezes, rivalidades entre elas, pelo que se evidencia a pluralidade dentro do segmento.

De todo modo, apesar dessa pluralidade, a atividade dos aposentados conseguiu unir os diversos movimentos em torno de interesses comuns através da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP).

Quando surgiu a diferença de 147% nos proventos dos aposentados existia ampla organização, que atingia os níveis municipais, estaduais e nacional. A mídia pronunciou-se de forma favorável aos aposentados e pensionistas; expressando sentimentos correntes no movimento, tornando-se parte dele e o impulsionando ainda mais à medida que aglutinava forças em torno dele. A conquista dos 147% parece ter sido fundamental como afirma a matéria sobre o *Seminário Sindicalismo Hoje* (1999):

Qual é o sindicato que mais cresce no Brasil? Ironia das ironias, hoje, o sindicato que mais cresce não é o dos metalúrgicos, que é expressivo em 1987 (ANTUNES, 1988), mas o sindicato dos aposentados. Organizados, realizam encontros e congressos anuais e possuem até mesmo uma Confederação Nacional. Nas manifestações de rua, eles também estão na dianteira. Em 1991 um fato conhecido como a Ação 147% coloca os aposentados em destaque nacional. Os aposentados organizados que, primeiramente, clamam pela destituição do primeiro presidente eleito democraticamente depois da ditadura.

Os aposentados entrevistados para este trabalho confirmam o fato de terem sido os primeiros a clamar pelo *impeachment* de Collor, dimensão que ultrapassou a Ação dos 147%:

E quero deixar até patentado o seguinte: hoje, a imprensa escrita, falada e televisada diz que foi os cara-pintada que foram os primeiros a pedir o impeachment do Collor. Não, quem pediu foram os caras enrugadas, no dia 7 de novembro de 1992, no último dia do XII Congresso, que foi em Caxias, numa manifestação que fizemos aqui na Cinelândia, o qual nós fizemos um enterro simbólico do Magri e fizemos o enterro do Collor de Mello, e naquela oportunidade nós pedimos o impeachment do Collor. Então nós fomos os primeiros. Depois, nós tentamos criar o movimento de caras pintada, caras enrugadas e caras suadas. Conseguimos, aí o movimento engrossou, e partimo pra, coletivamente, pro impeachment do Collor. (Sr. Osvaldo VELLOSO)

Os aposentados que foram às ruas, uniram-se em Associações, entraram na Justiça e conquistaram o respeito, a simpatia e a solidariedade da sociedade brasileira; do mesmo modo tornaram mais visíveis as contradições da relação capital x trabalho, entre ativos e inativos, assim como as dificuldades enfrentadas para a sobrevivência pela maioria dos aposentados brasileiros, inseridos no quadro mais geral da crise do Estado de Providência, de origem neoliberal.²⁷ Dessa maneira extrapolaram as questões puramente financeiras.

Importa lembrar o fato de que os jornalistas aposentados estavam incluídos também nessa massa, uma vez que sofriam as mesmas perdas. A categoria enfrentava problemas tal como a maior parte da população brasileira. Pode-se citar o jornalista Roberto Pires, um dos líderes do Movimento, então presidente da ASAPREV, que havia sido jornalista d'O Globo. Sua presença é citada como elemento facilitador de chegada à mídia. Os entrevistados comentam sua criatividade e desenvoltura como jornalista e publicitário, bem como os seus contatos, que foram fundamentais para o apoio inicial da imprensa.

Entretanto, não se pode atribuir a amplitude alcançada pela mobilização somente a influências pessoais que perpassam a organização do Movimento dos Aposentados. O sr. Pedrosa aponta essa questão em seu depoimento:

O Movimento dos Aposentados era de uma expressão, que eu procurei pegar não jornal comum que dava o noticiário, procurei um jornal que é especializado apenas em esporte, pra você ver a conotação que tinha e mais importante, a adesão que nós tivemos dos jornalistas, dos radialistas e da imprensa falada televisada; todos os jornalistas vestiram essa camisa, porque eu acho que não há ninguém nesse país que não tenha um parente que não seja da previdência geral, que não seja aposentado pela previdência geral.

A participação da imprensa foi tão fundamental para o movimento que, em outra entrevista, os dirigentes da ASAPREV atribuem tanto a adesão ao movimento na época como o desinteresse atual à maior ou menor atuação da mídia:

²⁷ “Ao contrário, o que ganhou força a partir da virada da década de 1980 para 1990 foram, internacional e nacionalmente, os princípios neoliberais que postulavam uma retirada do Estado da regulação da economia e do mercado de trabalho, com muitas decorrências para as políticas nas áreas de saúde, educação, trabalho, alimentação, todas com fortes e históricos entre si. No Brasil, essa retirada vem tendo desdobramentos de maior impacto na área dos direitos sociais, a despeito da Constituição de 1988”. (GOMES, 2003:166)

E daí você vê que na ASAPREV, hoje, nós temos, temos cadastrados aqui, hum, quase vinte e cinco mil associados que, passaram por aqui, muitos não existem mais, por que o nosso cadastro aqui, é contínuo, né, não é substituída a matrícula. E hoje nós estamos caminhando pra vinte e cinco mil, lentamente, não mais com aquela impetuosidade, com aquela, aquela, com aquela facilidade, com aquela ansiedade de se associar, mas até hoje nós temos, chega um aposentado, chega aqui pra se associar, por que quer ter um organismo pra defender os seus direitos. Tudo isso veio através da mídia e através da repercussão da notícia. Aconteceu, nós estamos falando pra vocês o que nós assistimos no Rio, mas esse espetáculo deve ter se repetido em vários lugares. (Sr. ALCINO)

Para outro entrevistado, a intensa cobertura manteve a luta acesa:

Oh, eu não sei, eu acho que a gente não tá conseguindo, talvez esse movimento como foi feito na época, que a imprensa não tem dado o apoio que deu na época dos cento e quarenta e sete. As televisões mesmo, não fazem mais aquele trabalho de divulgação que faziam na época, não sabemos se é problemas políticos, quais são os interesse, inclusive às vezes eles marcam aqui pra fazer as matérias (...) Prometem e não vêm. Antigamente era o contrário, eles viviam cercando a gente pra gente fazer as gravações, pra fazer palestra, pra ir lá dar entrevista. Na Globo mesmo, pro RJ, pros dois RJ, o de meio dia e o da noite, muito convite pro Bom Dia Rio, onde podia se divulgar tudo, isso hoje é raríssimo isso acontecer. Ou então eles gravam aqui cinco, dez minutos, quinze minutos, meia hora, e botam no ar alguns segundos. Quando eles fazem a edição, que eles editam, botam só uma bobagem. Eu acho que falta apoio da imprensa principalmente, pra poder os idosos voltarem a se interessar pelo movimento. (Sr. HÉLIO)

Os jornalistas, por sua vez, estão enfrentando condições adversas no mercado de trabalho: precarização da profissão, problemas de formação curricular, normatização da profissão e de variações salariais, afora a luta há vinte anos para a criação de um Conselho da categoria,²⁸ sem contar os conflitos surgidos de terem de submeter a autonomia das matérias a interesses políticos e empresariais.²⁹ Além disso, a busca de independência, por parte dos jornalistas, na procura da verdade do fato e da liberdade de expressão, livre de pressões etc. – um traço do jornalismo – é compatível com lutas por questões existenciais que também atravessam esse território. A esse respeito, afirma Miguel:

²⁸ Ver ANJ, ABI, FENAJ e outras entidades de classe na Internet.

²⁹ FONSECA, 2003, p.85.

Em suma, é necessário reconhecer a persistência de certa autonomia do campo da mídia, o que faz com que padrões de conduta compartilhados por seus integrantes sejam uma força atuante dentro dele. No caso específico do jornalismo, isto inclui um compromisso com a “verdade” e a “objetividade” que servem de critério para determinar a competência e a respeitabilidade pelos pares. A violação destas normas, notadamente em submissão a ditames econômicos ou políticos, é freqüente, mas impõe ônus que não podem ser ignorados. (MIGUEL, 2002:55)

Assim, alguns dilemas profissionais e pessoais estão colocados para os trabalhadores da mídia: os compromissos éticos da profissão, a respeitabilidade como profissional e a necessidade de manter o emprego, entre outros, são situações presentes na trama que tecia o embate pelos 147%. Em entrevista, o Vice-presidente de Relações Públicas da FAAPERJ identifica essas questões:

Hoje em dia a coisa mudou muito, muitíssimo mesmo, infelizmente a imprensa mudou, não estou aqui defamando (sic) a imprensa toda, mas o predomínio de uma das imprensas, porque ela só olha o lado realmente positivo dela, porque quando ela vai ser atingida, porque também é uma das sonegadas do recolhimento da Previdência Social, é uma das que mais devem. Evidentemente, embora o jornalista ele seja dinâmico e queira fazer, mas tem a direção, tem que passar pelo filtro e o crivo da direção, se não ele perde o emprego e, numa situação dessa, globalizante conforme nós estamos, com o número de desempregados que tem... (Sr. Pedrosa)

Essas análises demonstram que o público e o privado se entrecruzam no movimento de formas diversas. As questões empresariais, as de políticas públicas, partidárias e governamentais influenciam o cotidiano e a vida privada de todos os brasileiros, em especial, a dos aposentados.³⁰

Nesse sentido, os discursos enunciados pela imprensa traduzem muito dos dilemas entre o pessoal e o político, quando assumem um papel fundamental no movimento: as matérias produzidas não se reduzem a informes sobre o trajeto das ações na justiça ou da mobilização dos aposentados para tal, pois ampliam a visibilidade na sociedade no que concerne às condições de vida destes e, assim, para a justiça de suas

³⁰ A categoria ‘aposentado’ abarca diferentes profissões, gêneros, classes, raças/ etnias e idades, que variam a partir de 45 anos ou até menos (em casos de aposentadoria por invalidez) até mais de 90 anos. O fato de significativa parcela de aposentados estar na velhice (acima de 60 anos), agrupa essa diversidade sob a homogeneidade de interesses de homens e mulheres de várias profissões, raças/etnias, enfim, um expressivo e plural contingente humano ameaçado em todos os seus contratos de seguro social.

reivindicações. Mais que isso, imprimem ‘cores’, ao inserir os dramas pessoais e coletivos da categoria, de modo a sensibilizar a população.

3.2 Imagens de aposentados e idosos veiculadas pela mídia escrita

Ao se examinar a produção de duas revistas de circulação nacional, *Veja* e *Isto é*, nos anos de 1991 e 1992 percebe-se que não há matérias sobre aposentadoria e/ou velhice nesse primeiro ano, embora as ações dos aposentados na Justiça pelo reajuste já estivessem tramitando, começando a ser julgadas em outubro de 1991. Também não há reportagens específicas sobre aposentadoria, uma vez que as matérias, até então, se limitavam a fazer denúncias a respeito da Previdência no tocante a corrupção, ineficiências administrativas, déficits orçamentários etc. Essa abordagem reflete a posição que foi apontada por COSTA (2002:69): “Com isso, a imprensa se torna, ao longo dos anos 80, um ator ativo do espaço público, contribuindo para elucidar e denunciar casos de corrupção, acordos ilegítimos e a malversação dos fundos públicos”.

A partir de 1992, as revistas começam a falar sobre o assunto. A revista *Isto é* faz uma matéria de duas páginas na edição de 08/01/1992, dando destaque às ações dos aposentados sob o título de “Desobediência Oficial – O governo diz que não reajusta os aposentados mesmo que a Justiça determine o contrário”.



Os aposentados no posto do INSS em São Paulo: espera sem fim

A reportagem versa sobre a resistência governamental a aceitar a decisão judicial, assim como as conseqüências judiciais caso não se cumpram as decisões favoráveis ao pagamento do reajuste:

Cerca de três milhões de aposentados, com benefícios acima de um salário mínimo, balançam nesse jogo de empurra entre os ministros. Foram eles que desfecharam uma saraivada de ações na Justiça, reivindicando uma correção de 147%, igual à do mínimo. (Isto é, 1992)

Interessa registrar que a matéria toma partido:

Mas é o governo quem mais distorce os dados a seu favor. Autoridades, como o ministro Magri, gostam de lembrar que, hoje em dia, para se financiar sem problemas a Previdência seria necessário garantir a existência de 10 trabalhadores na ativa para cada aposentado. Deixa de lado a questão central do problema que são desvios sucessivos dos recursos destinados a esse fim, feitos pelos órgãos da Previdência. Agora, sem dinheiro, os Ministérios envolvidos no assunto tentam, na prática empurrar o pagamento indefinidamente. (Isto é, 1992)

Esse posicionamento favorável às reivindicações dos aposentados responsabiliza o próprio governo pela falta de verbas, em lugar de acusar os aposentados de contribuírem para a crise da Previdência, como faziam os discursos oficiais de certos representantes do governo. A revista, entretanto, não volta a falar do assunto nem mesmo para noticiar a ‘vitória’ dos aposentados. Em 25/11/92, a edição traz uma reportagem sobre a longevidade – “O Segredo da Longa Vida” –, na qual várias personalidades públicas dão ‘receitas’ de como envelhecer bem contrapostas a estudos científicos relacionados ao envelhecimento. Então, a velhice começa a vir a público, ainda que retratada nas classes de poder aquisitivo maior, destinatárias da revista. Essas matérias associam velhice e vitalidade e ajudam a construir nova imagem da velhice, mesmo quando focalizam aspectos e possibilidades que dependem do poder aquisitivo, como as oportunidades de viajar e de curtir a vida, entre outros.

Já a revista *Veja* dá atenção maior ao tema. Em 1992, são desenvolvidas nove matérias acerca da aposentadoria e da velhice, dentre as quais quatro são específicas sobre a questão dos 147%, enquanto as outras, acerca do desenvolvimento de

tecnologias científicas para minimizar, melhorar ou introduzir novas possibilidades em questões relacionadas à velhice.

Por sua vez, a edição de 01/01/1992 traz como reportagem de destaque: “A Charada dos Velhos – para que a Previdência não entre em colapso, milhões de aposentados e pensionistas rompem o Ano-Novo sem o reajuste de 147%”. A foto em realce traz uma extensa fila de aposentados/idosos em pé.



Retratados dessa forma, o desrespeito aos aposentados e à velhice transparece para a sociedade. A matéria dramatiza o embate, referindo-se a ele como guerra, além de apontar o idoso como vítima.

A seguir são citados alguns trechos. Um destes refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal, que foi favorável ao INSS, contra decisão anterior do Superior Tribunal de Justiça, favorável aos aposentados, emitida por Sanches, presidente do Supremo Tribunal Federal:

A infundável briga entre os aposentados e a Previdência Social se arrasta há quatro meses e já produziu a conclusão de que não há desfecho tranqüilo: a guerra só terminará com uma vítima abatida de cada lado. Na semana passada, o papel de vítima coube aos aposentados e pensionistas, que vem sendo maltratados sistematicamente pela Previdência com proventos de fome. (VEJA, 01/01/1992)

Outro, mostra o jogo de forças, em que, de um lado, está o governo e suas razões: Para provar que não tinha como pagar um reajuste de 147%, a Previdência enviou ao ministro Sanches algumas contas assustadoras. (VEJA, 01/01/1992)

De outro, a decisão da Justiça, que não garantiria a vitória do Governo: “A derrota dos aposentados foi um alívio temporário para a Previdência, já que os tribunais de instancias inferiores podem mandar pagar o reajuste em suas jurisdições.” (VEJA, 01/01/1992)

Por fim, contrapõe-se o discurso do governo e a situação dos aposentados, culpabilizando o primeiro e reforçando a justiça das reivindicações dos aposentados:

Complexidade – Os números jogam contra a Previdência, mas são ainda mais cruéis com os aposentados. Não é justo mantê-los numa fila interminável do banco para chegar ao caixa e receber um salário raquítico. Os aposentados não são culpados pelo descalabro da Previdência e têm direito a uma vida digna. O problema é saber de onde sairá o dinheiro para sustentar um sistema previdenciário razoável. (VEJA, 01/01/1992)

Percebe-se nesse trecho a contraposição entre o privado – os aposentados merecem vida digna – e o público – questões da Previdência e do Estado.

A revista seguinte, de 08/01/1992, traz, logo de início, na Carta ao Leitor, um editorial da redação: “A Dura Realidade do Aposentado no Brasil” – como ‘chamada’ para a reportagem central: “Maiores Abandonados”. Vale a pena registrar alguns pontos desse editorial:

Para quem imaginava que já eram mais que suficientes os problemas do menor abandonado, estão aí, em desfile diário, as dificuldades do velho maltratado. Estamos falando dos aposentados, 12 milhões que peregrinam pelas portas de bancos e tribunais de Justiça em busca de reajustes de seus proventos. Ganham mal e querem mais no fim do mês (...) A verdadeira questão, para os aposentados, é muito mais abrangente e pouco tem a ver com os 147% de reajuste que eles reivindicam nesse momento. Isso é apenas um detalhe da colcha de retalhos mal costurada que é a previdência social no Brasil. (Veja, 08/01/1992)

Em outro momento, descreve o cotidiano de um trabalhador aposentado, que parece comum ao de milhares de outro no Brasil:

Depois de 35 anos de trabalho, cansado de pegar no batente dia após dia, acostumado a ver um holerite magro no final do mês, do qual o governo leva entre 8% e 10 % para a seguridade social, o cidadão finalmente se aposenta. Sabendo que sua empresa depositou em seu nome uma quantia equivalente a 22% do seu salário na ativa, a cada mês, ele teria o direito de esperar algum conforto nos proventos que lhe caberão nessa nova fase de cadeira de balanço e pijama. Mas sabe que não pode contar com isso. Sabe que a previdência social no Brasil não devolve o que tomou. (Veja, 08/01/1992)

Ao retratar a dura realidade de milhões de aposentados, evidencia novamente como *o pessoal é político*, ou seja, que a esfera pública e a privada se contêm mutuamente; contribui também para uma reflexão por parte dos trabalhadores da ‘ativa’. É possível arriscar dizer que a matéria os aproxima, em um processo identitário, como afirma HALL (1992:13):

O sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se um celebração móvel: formada e transformada em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Essa aproximação permitiu que os próprios aposentados repensassem sua condição, do mesmo modo que tornou viável explorar tanto a questão do aposentado sofredor como a do provedor. Possibilitou ainda juntar a essas, a do cidadão desrespeitado. Ao identificar os trabalhadores em geral com a mesma realidade, projetando idêntico futuro, pode ter conquistado a simpatia e a solidariedade de todos os segmentos profissionais.



A matéria central, que ocupa quatro páginas (de 18 a 21) da Seção *Brasil*, indica a importância do tema no momento, uma vez que enfoca o sofrimento cotidiano em imagens até então ausentes da grande imprensa: o número significativo de idosos/aposentados em fila (foto acima) sob o título “Maiores Abandonados – O conflito pelo reajuste do 147% nas aposentadorias mostra que a Previdência está sendo destruída por mazelas históricas e inépcias do governo Collor”. Compara a discrepância dos valores nas aposentadorias, exemplificando o contraste com o ministro Magri, ressaltando altos proventos, em contraposição às perdas da classe média e ao extremo oposto, o da realidade do aposentado rural, que adquire visibilidade:

O trabalhador que sempre sobreviveu com um salário mínimo não passa grandes choques quando se aposenta - sua existência permanece no mesmo horizonte da penúria. Aos 83 anos, 13 filhos, 46 netos e 5 bisnetos, o canavieiro Amaro José Silva trabalhou por mais de 50 anos e agora se equilibra com a mesma renda do passado, de um salário mínimo, numa casa que divide com duas filhas em Ipojuca, a 55 quilômetros de Recife. Amaro se distrai com uma tv preto e branco, presente de um dos filhos, e o cardápio de suas refeições é feito de fubá, mandioca, farinha, banana e, de vez em quando, uma sardinha. (Veja, 08/01/1992)

Nessa reportagem, a realidade dramática do aposentado da zona rural nordestina sensibiliza, ao apontar diferenciação entre os valores das aposentadorias, mostrando o

ganho real de um salário mínimo para a parcela da população que recebia benefícios de meio salário. Insere também a discussão não só nas tramas da crise da previdência, como cita questões mais amplas e estruturais: desemprego, subemprego e inflação.

É verdade que o Brasil é um país com um flagelo social bem identificado. Se a população ativa chega a 60 milhões de pessoas, apenas 23 milhões de trabalhadores têm carteira assinada e contribuem para a Previdência – seu dinheiro sustenta 12 milhões de aposentados. A proporção alarmante é de menos de dois ativos para um aposentado, sendo que há 25 anos, era oito para um. Com a inflação crônica e sucessivos planos de recessão econômica, a massa salarial também caiu drasticamente, o que significa menos dinheiro recolhido no caixa da Previdência. (Veja, 08/01/1992)



As fotografias e as legendas mostram os aposentados de diversas camadas sociais. Desvelam um pouco da pluralidade de experiências entre eles; a despeito de interesses políticos que poderiam estar presentes. Revela ainda o recurso à zombaria, arma política destinada a criar constrangimentos e a destruir/reconstruir símbolos,

matéria pouco examinada nas relações políticas. Sobre o assunto há muito por pesquisar.³¹

O ministro Magri é ridicularizado, quando apresentado como uma espécie de “marajá” em uma imagem na qual está ‘estourando’ uma garrafa de champanhe na passagem de ano, contrastando com a imagem dos idosos/ aposentados.



Em 15 de janeiro, a revista *Veja* traz a matéria “O Governo afia a Faca”, em que comenta a ‘vitória’ dos aposentados nos 147%, no Rio de Janeiro, onde a Justiça decretou seu pagamento, mas traz também a informação de que o governo enviaria ao Congresso projeto de lei para desconto da Previdência nos proventos dos aposentados.

Na edição de 05/02/1992, uma nota de meia página, com o título “Borracha nos velhos”, descreve a violência da Polícia Militar contra aposentados em Florianópolis, SC, que estavam se preparando para fazer manifestação pública. Embora a reportagem não esclareça o motivo da manifestação, fala do despropósito da reação da PM e das repercussões negativas para o então governador Wilson Kleinübing, do PFL.

³¹ São de interesse desse assunto, ainda por estudar: BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. Trad. De Y. F. Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UnB, 1987; FREUD, S. *El chiste y su relación con lo inconsciente*. Buenos Aires: Santiago Roda Editor, 1953 (Obras completas, v. 3); SKINER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978; Id. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. No Brasil, tal matéria tem sido privilegiada em estudos políticos recentes. Sobre o assunto: SOIHET, R. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque aos tempos de Vargas*. Rio de Janeiro: FVG, 1998.; SALIBA, E. *A representação humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Ainda em agosto e setembro de 1992, na época da mobilização pelo *impeachment* de Collor, ao noticiar as manifestações, ganham destaque duas fotos dos aposentados portando faixas nas quais reivindicam o pagamento dos 147%. Uma, em 26/08/1992, logo na primeira página, junto ao índice da revista, apesar de não fazer menção escrita aos aposentados na reportagem, traz a seguinte imagem:



A outra, em 30/09/1992, traz uma foto sob a qual há breve resumo do que foi o movimento dos aposentados:



A organização dos aposentados e sua mobilização para conseguir o reajuste dos 147% propiciaram, de forma inusitada, a inclusão da discussão acerca das condições de vida na velhice na esfera pública. A crise da Previdência e sua dificuldade em pagar os benefícios não se reduziam à questão administrativa puramente técnica, mas envolvia uma questão humana fundamental – a sobrevivência dos ‘velhinhos’.

A partir de 1992 observa-se a inclusão do tema em matérias e reportagens segundo duas vertentes predominantes, ora duras ora suaves, ora questões ligadas à crise da previdência e seus rebatimentos no cotidiano dos aposentados, ora expondo as novas tecnologias e suas conseqüências para minimizar os efeitos do envelhecimento. Algumas apontam ainda para novas possibilidades da velhice como tempo de prazer, de aprendizado e de realizações.

As reinvenções da velhice, na atualidade, parecem induzir novos arranjos entre o que é velho e o que é jovem/novo. A nova velhice, que sai e produz, se apropria do *'modus operandi'* da juventude e, reatualiza antigas representações sobre os mais velhos. (MERCADANTE, 2004:24)

Compreende-se que essa mudança de perfil dos idosos na mídia está ligada a múltiplos determinantes: não só à visibilidade proporcionada pela luta dos 147%, como também à atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições (SESC, Universidades, Serviços de Saúde e outras) na discussão sobre o envelhecimento e suas muitas representações desde a década de 1960: idosos e aposentados circulando nessas esferas; a descronologização da vida; a questão do mercado de consumo – com estatísticas que apontam para o envelhecimento populacional brasileiro e vê uma nova ‘fatia’ na adequação a esse segmento. Todo esse debate faz com que venha a público o que antes era tratado na esfera privada – a velhice era questão restrita aos cuidados das famílias e da caridade.

O estranhamento produzido pela velhice possivelmente advém da certeza da existência e da constante presença de nossos limites e nossa transitoriedade. Dessa forma, representamos aos mais velhos como coitados e aos mais novos como empreendedores. Assim inventamos novos nomes para representar aqueles que apesar dos cabelos brancos (geralmente, pintados) vivem suas velhices de formas prazerosas e produtivas. As representações negativas sobre os mais velhos, no entanto permanecem. (MERCADANTE, 2004:23).

Dentro desse quadro de dualidade, amplia-se a possibilidade de essas múltiplas identidades se estabelecerem.

O movimento continua por toda a década de 1990 através das Associações, Federações e Confederações na tentativa de garantir seus direitos. A imprensa, de maneira geral, permanece apoiando as causas dos idosos por meio das denúncias relativas a abusos contra idosos – como ocorreu em 1996, com o caso da Clínica Santa Genevêva – ou, repetidamente, concernentes ao desrespeito no transporte por parte das empresas de ônibus e de motoristas; ou, ainda, com uma gama de reportagens sobre como envelhecer bem.

A emergência de novos atores coletivos representa, genericamente, o alargamento das fronteiras temáticas do espaço público, pois eles fazem com que as atenções públicas se voltem para novas situações-problema, trazendo ainda formas de percepção – e, eventualmente, soluções – inéditas para problemas previamente detectados. Na história brasileira recente, pode-se constatar com clareza que o aparecimento de certos movimentos sociais desencadeia ampla discussão de temas até então não entendidos e problematizados como questões de relevância social. A tematização pública destes problemas por sua vez, tem provocado, em geral, pronta intervenção política nas esferas demandadas. (COSTA, 2002:75)

A mobilização dos aposentados foi igualmente fundamental para a construção de políticas de proteção social para os idosos. Em 1994 foi promulgada a primeira lei específica para a velhice: a Política Nacional do Idoso, Lei 8.842 (PNI), fato comentado por Paz:

Pode-se atribuir que a criação dessa lei reivindicada pelas entidades, principalmente nos anos 80, somente se implanta pressionada pela influência das imagens da velhice estampadas na mídia nacional e internacional que, ao noticiar sobre os trabalhadores-aposentados da Previdência Social, em suas reivindicações geradas pelo Movimento de reposição de 147% sobre os proventos da aposentadoria, trazem à tona a grave situação social do idoso. (PAZ, 2001:13)

A mencionada lei foi construída com a participação de vários segmentos da sociedade civil, ou seja, geriatras, gerontólogos, técnicos do governo e representantes de entidades, e instituiu novidades no movimento, como os Fóruns e Conselhos de Defesa do Idoso. Pode-se considerá-la uma conquista significativa não só por ter sido amplamente discutida com os segmentos envolvidos, como pelas ações que prevê e que visam provocar mudanças na forma de pensar e se relacionar com as velhices.

Embora as garantias constitucionais venham sofrendo reveses e reformas – como na questão da Previdência, as constantes mudanças nas regras para a aposentadoria, seu baixo valor monetário –, a contribuição dos aposentados para o INSS tem gerado maior grau de insegurança para aqueles que estão ou que entrarão logo na chamada ‘terceira idade’.

Em 2003, o movimento obteve outra vitória por meio da promulgação do Estatuto do Idoso. O Estatuto e a PNI prevêm uma série de ações que visam não só garantir direitos ao idoso, mas também mudar a forma de a sociedade pensar os velhos e as velhices, como, por exemplo, a promoção de atividades nas escolas em que haja a

presença de idosos e idosas, o que proporcionaria uma relação intergeracional capaz de desconstruir preconceitos sobre o envelhecimento e promoveria novas formas de relacionamento entre as gerações. Entretanto, tais iniciativas são ainda muito tímidas e incipientes, assim como outras, previstas e não implementadas, principalmente aquelas que envolvem aumento de custos.

O percurso do Movimento Social dos Idosos e, dentro dele, o dos aposentados, demonstra que as conquistas não são lineares e progressivas e que a luta pela garantia de direitos é constantemente ameaçada por manobras e estratégias do governo e por pressões internacionais de cunho neoliberal. Nesse jogo de forças, em que o privado e o público se interpõem, a imprensa se expressa como parte desse conjunto social – mostrando-se uma poderosa aliada.

É evidente que a informação é um dos elementos fundamentais para que o indivíduo possa exercer plenamente seus direitos. A imprensa é um veículo que fornece informação aos cidadãos e, simultaneamente lhes dá possibilidade de levar suas demandas até os responsáveis pelas decisões que afetam a vida em sociedade. A imprensa tem por função dar visibilidade a coisa pública, e a visibilidade é uma condição da democracia. (...) e é a imprensa que permite ao cidadão alargar o seu conhecimento sobre as questões públicas, evidentemente, não sobre o todo, e sim sobre parte do que se passa na sociedade. (ABREU, 2003:26)

Além de ter sido essa poderosa aliada, as imagens e representações veiculadas pela mídia impressa possibilitaram a ampliação do processo identitário. A maioria dos entrevistados reconhece a importância de sua atuação para que a identidade do aposentado se fortalecesse no sentido de alguém que é capaz de lutar e de interferir nas diretrizes políticas e sociais do País, o que já definimos anteriormente como identidade de projeto.

O Sr. Luis Viegas discorre sobre a questão e aponta que, antes dos 147%, as pessoas em geral, nem mesmo os dirigentes sindicais e muito menos os jovens estavam atentos à questão.

(...) porque veja bem, o número de aposentados no Brasil é muito grande, é muito, não há uma família que não tenha um aposentado, pelo menos um aposentado ou um pensionista no seio da família, então a justiça, a justiça da, do pleito tava evidente né, então o respaldo da sociedade, da imprensa, foi muito grande porque era um tema bom né, naquele tempo vendia jornal, né, então houve uma repercussão muito grande...Da parte sindical ainda era restrita porque nas novas lideranças sindicais o problema da previdência social ainda era muito pouco conhecido, muito pouco discutido as, as pessoas tinham idéia de que não seriam aposentados um dia né, não pensavam nisso. Quando um jovem muito jovem, eu até admito, admito como válido isso, porque como é que um jovem vai estar pensando em aposentadoria né, mas um dirigente sindical devia se preocupar. No passado a preocupação com a Previdência Social era muito maior do que hoje. Ainda hoje a Previdência Social é muito descuidada no movimento social. (Sr. VIEGAS)

Em relação ao processo identitário dos aposentados, os depoimentos apontaram para a importância do estímulo de uma imagem que repercute até hoje e está presente no depoimento de todos os entrevistados – o aposentado vitorioso, cidadão capaz de realizar conquistas. O Sr Alcino, analisando os pontos positivos da mobilização, afirma:

Eu acho que trouxe, por que desde a, da vitória que nós tivemos com a reivindicação dos cento e quarenta e sete por cento, você vê que até hoje ele tem uma repercussão grande, e isso nos fez, ficar, ficar acreditando que se a gente lutar, reclamar, reivindicar, insistir, dentro de, de um clima ordeiro, sem balburdia, sem, sem agressão, se pode chegar a alguma coisa. Hoje o credo é esse. Nós não ganhamos os 147? Por que que não podemos ganhar agora uma outra reivindicação? (...) reclamamos com a voz, reclamamos com a cabeça, com a inteligência, do que estávamos fazendo, reclamamos sem, sem atingir ninguém, nem agredir ninguém. Nós apenas proclamávamos um direito que não estava sendo respeitado e exigíamos que fosse. Então hoje, causou, até hoje tem efeito, nós somos convencidos de que se pode ganhar assim. (Sr. Alcino)

O Sr. Benedito aborda a dimensão sociopolítica que se entrecruza com a dimensão pessoal do que chamou de conscientização dos aposentados:

Bem a importância é, do ponto de vista político, é, como é que se fala, muito grande né bem acentuada porque foi uma luta, nem só de caráter social, mas fundamentalmente política né, política, é, propiciou em parte né, a conscientização de, de muitos aposentados.

Por sua vez, o Sr. Pedrosa destaca a dimensão mais pessoal, a importância do estímulo diante do cotidiano de exclusão dos aposentados/idosos: “Quer dizer, então eu

acho que isso foi fundamental pra mexer com o ego do aposentado, porque que a gente tem que ser estimulado por alguma coisa.”

A possibilidade de ampliação desse processo identitário não é contínua. Está ligada, como já dissemos, a questões mais amplas, a determinados momentos históricos, às conjunturas sociopolíticas e econômicas, como explica o Sr. Viegas:

Todo movimento tem dois lados, é dialético isso, é que todo mundo fica querendo um novo cento e quarenta e sete. E as coisas não acontecem assim. A história não se repete, então as lutas são feitas num nível mais baixo ou menor. Hoje eu acho até que a sociedade está passando por um período de baixa, de depressão. As várias derrotas que aconteceram, as pizzas todas por aí a fora, embora muita coisa tenha sido realizada. Mas é, as decepções. A última decepção do povo, decepção social é a eleição do Lula. Não é ache que o Lula podia ser milagreiro não. Mas o fato de ele ter prometido uma coisa, ter vendido uma coisa e não ter nem tentado fazer, ter se mantido igualzinho à conduta do Fernando Henrique, isso esfriou, e acho que esse é um preço muito alto que eles estão impondo a sociedade, sabe, o descrédito do movimento social.

Destacamos então que a forma de participação, afetada pelos acontecimentos sociais e políticos posteriores, vem-se modificando apesar da mobilização pelos 147% ter obtido êxito, ter permitido a expansão do movimento em termos de organização e alcance e de ter influenciado o processo identitário. Entretanto, essa vitória constitui um marco na memória dos aposentados militantes, um monumento a ser lembrado e acionado como ponto de partida e de chegada para futuras conquistas.

Recentemente, NÉRI (2003) desenvolveu uma análise sobre os conteúdos de textos do *Jornal O Estado de São Paulo* entre os anos de 1995 e 2002, localizando e classificando quatro tipos. São eles: (a) textos suaves – tratam de representações do ciclo vital e da velhice em roteiros de teatro, dança, cinema, pinturas e esculturas; (b) o que classificou como textos duros, pois chamam a atenção, com base em dados de pesquisa, sobre o ônus social causado pelo envelhecimento da população, destacando questões relacionadas à seguridade social; (c) e textos locais; (d) por fim, os interativos, que tratam dos temas dos suaves e duros. Os interativos trazem a opinião de leitores, ao passo que os locais divulgam informações sobre atividades para velhos e velhas. Em vista disso, pode-se classificar os textos aqui examinados como textos duros.

Os textos localizados nos Jornais *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* seguem a mesma direção. Foram examinados dois tipos de entrada nos jornais: políticas, em

seções como Brasil, Política, e outras, que focavam a Previdência Social; e as relacionadas à saúde e outros assuntos, como o Jornal da Família, por exemplo.

No entanto, é preciso indicar que *o Globo e o Jornal do Brasil* se atêm a informar os fatos na maioria de suas reportagens com entrada por chamadas políticas, enumerando ações, conquistas, derrotas, enfim, o que está acontecendo. Nestes, são raras as opiniões ou valores no que concerne à justiça dos fatos. Do mesmo modo são poucas as reportagens que expõem histórias particulares sobre os aposentados.

Já as edições do jornal O Dia, ao relatarem os fatos, emitem ou contêm, de forma subliminar, opiniões favoráveis ao movimento dos aposentados. Além disso, trazem sempre, nas laterais das páginas, histórias com fotografias que dramatizam a situação dos aposentados, personificando-os e enfatizando suas dificuldades cotidianas. Contudo, as notícias com entrada por assunto, tais como saúde, ciência e eventos – lazer, cursos, cinema, teatro etc. –, variam em textos duros, suaves ou locais, restringindo-se a tratar o assunto em pauta, sem falar acerca das lutas políticas travadas pelos aposentados em relação aos 147 e à Previdência Social.

3.3 Mídia, Estado e Sociedade: relações entre público e privado no movimento dos aposentados

Já dissemos que o pessoal é político. Essas duas dimensões – pessoal e política – revelam o entrelaçamento das esferas pública e privada. Muito pouco se tem examinado sobre essas interseções no rumo das relações do Estado e da sociedade com as lutas sociais. A constituição do movimento social dos aposentados/idosos no Brasil e sua trajetória na esfera pública, pelo que tudo sugere, vem de longa data, com os movimentos sindicais no fim do séc. XIX, como lembra PEIXOTO (2003), remetendo à concessão do direito à aposentadoria aos trabalhadores das ferrovias federais, em 1891, pelo Estado brasileiro.

As análises examinam a ampliação desse direito para outros funcionários públicos, a partir de 1920, com a Lei Elói Chaves, que cria as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), tempo em que se desenvolve um sistema de proteção dentro das empresas: “Os trabalhadores passam a contar com assistência médica, aposentadoria,

assim como pensão para os familiares em caso de morte do segurado” (CHAVES, 2003:79). Quase nada é dito, porém, das relações entre as esferas pública e privada na formatação das pautas de luta e na marcha por direitos.

No Brasil, essas lutas se aprofundam na década de 1930, sugerindo demandas sociais que estarão canalizadas para os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), estendidos a todos os trabalhadores de carteira assinada em profissões regulamentadas, que passam a estar cobertos – cidadania regulada –, mas afirmando desigualdades sociais.

Esses direitos foram conquistados através da mobilização da categoria de trabalhadores – a dos ferroviários e dos marítimos –, os quais, nesse momento da história, tinham força política em decorrência do crescimento e modernização da infraestrutura agro-exportadora no processo de urbanização e industrialização. Organizados em sindicatos, eles pressionam, mediante greves, para conseguir a implementação de seus direitos, e o Estado se constitui como interlocutor.

Os IAPs prestavam assistências médica, social e securitária, mas sua cobertura era variável, dependendo de recursos setoriais, o que ocasionava notáveis desigualdades na proteção social entre as diversas categorias profissionais. Isso estava muito distante do preceito de universalidade, só instituído com a Constituição de 1988. Certamente, tais desigualdades ampliaram tensões anteriores dessa mesma esfera privada, ao tratar trabalhadores e seus dependentes por regras desiguais.

A luta por direitos iguais se amplia, todavia, nos anos de 1960, durante a ditadura militar, quando a Lei Orgânica da Previdência Social unifica os institutos em um só, o INPS, inserindo a previdência na ordem pública. Na década de 1970, a previdência expande a cobertura para todas as categorias – trabalhadores rurais e empregadas domésticas – além de conceder aposentadoria por idade a maiores de 70 anos. Na década de 1980, o processo da democratização vivido no País estimula a mobilização e a constituição das Associações de Aposentados dentro do quadro da crise econômica nacional e mundial, como relatado anteriormente. Da década de 1990 em diante inaugura-se um processo que tanto reconhece e institucionaliza ações de Organizações Não Governamentais (ONGs) no âmbito dos direitos sociais, como limita suas ações a campos determinados.

Os aposentados (as) e idosos (as) conseguem, no curso dessa história, juntar diferentes categorias profissionais de diferentes maneiras, contando com trabalhadores da imprensa como aliados em suas demandas de interesse público. Participam também da administração dos recursos previdenciários em diversos momentos.

Desse modo, a mídia tem exercido o papel de propiciar que as demandas da população consigam visibilidade e se façam representar nos espaços públicos.

A influência dos meios de comunicação também é particularmente sensível num momento crucial do jogo político, a definição da agenda. A pauta das questões relevantes, postas para deliberação pública, é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. Dito de outra maneira, a mídia possui a capacidade de formular preocupações públicas. O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas pelo cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e funcionários públicos, que se vêem na obrigação de dar uma resposta aquelas questões. (MIGUEL, 2002:169)

ABREU (2003:33), discutindo mídia e democracia, apresenta dados interessantes. Comenta que a modalidade de jornalismo cidadão ou jornalismo de utilidade social e pública – que se desenvolveu de forma mais acentuada a partir da década de 1970 – vem conquistando espaço. Elucida também que, no Brasil, durante e após a década de 1990, esse movimento é percebido através das seções abertas ao público, as quais recebem reclamações e buscam dar soluções, bem como das seções que tiram dúvidas e esclarecem sobre diversas questões. Assevera que o movimento chega também à programação das emissoras de televisão.

O autor observa que, apesar de a imprensa escrita atingir as camadas médias e se concentrar em questões relacionadas ao consumo, a população a tem utilizado com mais frequência, destacando que essas colunas são mais numerosas nos jornais.

Recentes pesquisas citadas por ABREU (2003) mostram que a mídia é considerada pela população dos grandes centros como o meio mais eficaz de acesso à justiça e garantia de direitos. Em um universo de duzentos entrevistados, viu-se que 84% a consideraram a instituição que mais ajuda a fazer justiça, contra 10% que apontaram o Judiciário, assim como os jornalistas foram considerados mais confiáveis que policiais e juízes. Além disso, concluiu-se que esse tipo de jornalismo acaba por proporcionar maior proximidade entre jornalistas e população.

Esse autor discute ainda os aspectos positivos e negativos dessas abordagens. Aponta alguns aspectos positivos, tais como: abrir campo às denúncias, atribuir visibilidade e forçar as autoridades a intervirem em situações que eram antes negligenciadas pela atuação dos jornalistas. Outros, negativos, como fomentar maior descrédito nas instituições, conduzir investigações sem consideração por princípios éticos, transformar notícias em espetáculos...

Os dados apresentados pelo autor tornam mais complexa a questão do público e do privado veiculado pela mídia e a da inserção do jornalista na sociedade em que vive, bem como sua subordinação aos interesses das empresas de comunicação que investem no tipo de notícia que vendem ou que dá lucro ao veículo – seja jornal, revista, televisão ou Internet.

Todavia, essas relações não são mecânicas ou automáticas, uma vez que o leitor ou expectador tem opiniões, é capaz de interpretar e reinterpretar fatos, notícias e discursos de acordo com seus valores, vivências, realidades e trajetórias.

A respeito da construção do espaço público, Costa defende que:

A idéia de que o espaço público no Brasil é mero mercado de opiniões parece não fazer jus às importantes transformações observadas no bojo da democratização recente. Quando se tomam as mudanças no campo dos meios de comunicação de massa constata-se, nas ultimas duas décadas, um processo não de obliteração, mas de construção efetiva de um espaço público no Brasil. (COSTA, 2002:34)

No entanto, as relações entre as esferas públicas e privadas, muitas vezes contraditórias e heterogêneas, ficaram negligenciadas ao longo do tempo. Afirma S.G. Costa, em relação à questão de gênero:

A história do presente tensionará velhos paradigmas. Num dado momento, historiadores (as) vêem-se diante de um conjunto de experiências humanas que muda noções cristalizadas sobre as relações de homens e mulheres. Antes desse tempo, os conhecimentos gerados pela economia e pela geografia foram pensados pelos (as) historiadores (as), como capazes de explicar toda a vida social. Embora importantes para o aperfeiçoamento de conceitos formulados pela história, ignoravam fenômenos da esfera privada. Por muito tempo, esse fenômenos não tinham a menor relevância, daí não serem atribuídas às mulheres maiores responsabilidades nos rumos da vida social. (S.G. COSTA, 2003:188)

Processo semelhante pode ser encontrado no que concerne à questão das velhices, ao se analisar suas interseções – idosos, aposentados, gênero, raça, classes sociais e outras circunstâncias e relações –, quando se vê que a pluralidade de experiências e sua invisibilidade na sociedade durante séculos, bem como as relações de micropoderes aí embutidas, apartaram o público e o privado. Os velhos e velhas, apesar de terem atuação bastante interessante em muitos campos da vida social, foram ignorados. Em especial, os aposentados estiveram presentes na instituição e gerenciamento das CAPs, IAPS, clubes, agremiações, sindicatos e outras associações. A extensão do mundo público, que lhes fora reservada na qualidade de homem e de trabalhador, a eles é negada como aposentado, uma vez que, mesmo atuando, se tornam invisíveis.

Há muitas tensões do mundo privado nessas batalhas, que crescem de importância ao se entrecruzar o movimento dos aposentados com as lutas por uma velhice de melhor qualidade, quando ganha nitidez o deslocamento de questões privadas para esfera pública.

A partir da mobilização da categoria, as Associações de Aposentados, já na década de 1980, conseguiram se fazer representar através da participação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) no Grupo de Trabalho para Reestruturação da Previdência Social, que visava à elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Seguridade Social. A luta é contra perdas, significando ampliação de dependências, em uma conjuntura em que o desemprego começa a se acentuar.

Estiveram presentes também na Assembléia Constituinte, inclusive, na Constituição de 1988, em que vários pontos de suas reivindicações foram contemplados, como no Art.194, sobre a irredutibilidade do valor dos benefícios e o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com participação da comunidade – trabalhadores, empresários e aposentados; no Art.201, sobre a garantia de reajuste dos benefícios; na garantia do valor-base do salário mínimo; no décimo-terceiro com o valor do provento de dezembro, entre outros.³²

Reiterando a possibilidade da construção de um espaço público e do amálgama da vontade coletiva, tem-se a fala de Osvaldo Velloso, ex-presidente da COBAP:

³² Ver HADDAD, 2001, p.76

Nós conquistamos inserir na Constituição Federal o artigo 194, e que conceitua a seguridade social como saúde, assistência e previdência. Conquista dos aposentados e pensionistas. (...) mas como a Constituição Federal, ela determina no seu artigo 62§1 ou 2, se não me falha a memória, que a sociedade organizada pode encaminhar projeto, nós resolvemos fazer um projeto pra regulamentar esses dois artigos. Colhemos as assinaturas pertinentes ao que a Constituição determina, e demos entrada na Comissão de Seguridade Social. (Sr. VELLOSO)

Estes dados sobre as conquistas dos aposentados, bem como suas formas de organização, permitem localizar um dado social³³ que é capital e está presente às lutas travadas pelo Movimento dos Aposentados.

A abertura política depois dos anos de ditadura propiciou um canal de participação para os Movimentos Sociais. A mídia tinha interesse em acompanhá-los e em dar-lhes visibilidade. Em particular, o Movimento dos Aposentados já contava com o apoio da imprensa durante a Constituinte. Durante a ação dos 147, a presença da mídia foi fundamental para mostrar e questionar, junto à sociedade, o papel dos aposentados/idosos. A partir de questões pessoais e privadas, de base material, que se tornaram públicas, as identidades e as imagens das velhices vêm-se modificando.

A relação entre a mídia e a esfera pública tem sido analisada em duas linhas predominantes no entendimento dessa relação, conforme exposição de Costa. A primeira é caracterizada pelo autor:

(...) pela centralidade conferida aos meios de comunicação de massa e pela ênfase da impossibilidade factual de entendimento comunicativo dentro da esfera pública. Tratar-se ia, em tal órbita, da disputa pelo controle de acervo de recursos simbólicos disponíveis, já que é a eficácia na manipulação de tais recursos, e não os méritos de conteúdo das diversas mensagens apresentadas, que moldará as preferências (políticas de consumo, estéticas, etc.) das massas. (COSTA, 2002:17)

Em seu entendimento, essa seria a análise predominante dentre as adotadas no meio acadêmico. Semelhante concepção acredita existir um processo para a ‘conversão’

³³ Afirma BOURDIEU (1989:67): “*O capital social é um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.*” Essa matéria é melhor examinada no Capítulo II.

da opinião pública no tocante a decisões políticas, que seria forjada por diferentes atores sociais. Primeiro, existiria a tematização pública, com a problematização e o posicionamento a respeito da questão, para depois, então, ser incorporada à agenda política. Nesse sentido, questões com rótulos atraentes possuiriam maior chance de vir a público. O governo seria destinatário e co-formador, estimulando ou dificultando a apresentação de problemas de acordo com o grau de conflito e ameaça que estes representem.

Além disso, as mudanças no sistema econômico estariam provocando alterações no papel do cidadão, deslocando-o para a esfera do consumo, pois o consumidor é que estaria se organizando para fazer valer os seus direitos.

Esse entendimento, no entanto, parece não se aplicar à questão dos 147%, porque, embora a presença da mídia tenha sido importante, ela não foi um agente manipulador das opiniões, fabricando ou produzindo mensagens atrativas. Na medida em que os jornalistas aposentados e envelhecidos ou seus familiares estavam no bojo do movimento, experimentando as dificuldades de todos os outros assalariados, estariam também defendendo causa própria. Isso revela faces pouco analisadas dos movimentos sociais.

Nessa experiência, as questões privadas – as dificuldades materiais, as de saúde, as familiares, as de gênero etc. –, associadas de modo indissociável a outras, consideradas de natureza pública – políticas do governo, crise da previdência etc. –, formatam as pautas de lutas. Assim, essa experiência, em particular, oferece um campo de análise que redefine a perspectiva pela qual a mídia manipula a realidade; ao incluir a trama de fatos existenciais, cotidianos, nacionais e internacionais, sem se distanciarem deles.

A segunda linha de análise trabalha com a vertente de que essas análises não dão conta de toda a esfera pública, sem negar as transformações relatadas na primeira.

Persistem, para além do espaço público transformado em mercado, um leque diversificado de estruturas comunicativas e uma gama correspondente de processos sociais (de recepção e reelaboração de mensagens recebidas e de interpretação entre diferentes microcampos da esfera pública), cuja existência confere precisamente consistência, ressonância e sentido ao ‘espetáculo político’, ancorando-o novamente no cotidiano dos atores. (COSTA, 2002:22)

Os argumentos a favor dessa linha são fundamentados em dois planos. O primeiro, diz que a teoria anterior não consegue explicar fenômenos importantes da política atual. O segundo, não concorda que “*a mercantilização da comunicação social operada pela mídia comercial teria destruído as interfaces entre sociedade civil e o Estado*”. (COSTA, 2002:23). Vale a pena destacar algumas considerações feitas pelo autor a respeito de Habermas, que corroboram essa vertente e são importantes para compreendermos posteriormente os rebatimentos sobre a análise da questão do Movimento social do idoso no Brasil.

O autor detalha a forma como, nos contextos democráticos os procedimentos legais e políticos institucionalizados asseguram os processos espontâneos de formação de opinião sejam considerados instancias decisórias. Assim, a força sócio-integrativa da solidariedade, assente nos impulsos comunicativos do mundo da vida, contrabalançaria os outros dois recursos que suprem a carência de integração e coordenação das sociedades modernas, a saber, o dinheiro e o poder. (COSTA, 2002:25)

Nesse sentido podemos compreender as novidades trazidas pelo movimento de aposentados e pensionistas e sua contribuição para a visibilidade das questões, anteriormente privadas, na esfera pública. Afirma S.G. Costa:

Por outro lado, é evidente que os seres humanos não são necessariamente semelhantes entre si – há, entre todos, muitas diferenças. Essa incrível diversidade humana inclui atributos amalgamados: diferenças de idades, de cor da pele, de nacionalidade, de culturas, de religiosidades, de situações de pobreza e riqueza, que também atuam na legitimação dos sistemas de poder e de subordinação e das desigualdades sociais. Tais diferenças tomadas em separado pouco explicam a dinâmica política das desigualdades. (S.G. COSTA, 2003:196)

A realidade descrita e colorizada nas reportagens das revistas *Veja* e *Isto É* que tratamos, contribuem para explicitar a dinâmica política das desigualdades, reconhecendo a luta dos aposentados como a que se trava no sentido de ampliar autonomias em relação às dependências, que são tão custosas.

Tais desigualdades são percebidas no cotidiano dos idosos e na prática profissional. A experiência no Programa de Extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF), Espaço Avançado, possibilita que se perceba a ocorrência dos

mecanismos de poder e de subordinação não somente como rupturas e diferenciações dentro dos movimentos sociais organizados. Elas têm lugar nas relações micro-espaciais, em que a pluralidade de pessoas e seus ‘universos’ culturais e todas as suas representações transformam esses espaços de convivência em arenas, nas quais distintos poderes competem. Questões de ordem privada e pública se ‘misturam’, como afirma Costa:

O Papel desempenhado pelos movimentos sociais e associações voluntárias para a introdução de novos temas e questões na agenda política e para a ampliação do espaço público brasileiro — no sentido de mostrar o caráter público de questões como aborto ou discriminação racial, antes tratadas como privadas — representam desenvolvimentos que corroboram a percepção de que tais atores apresentam uma natureza e formas de ação que se diferenciam dos grupos corporativos. (COSTA, 2002:34)

A interseção entre velhice e aposentadoria trouxe a público a questão da sobrevivência, dos baixos valores das aposentadorias, dos altos custos de manutenção com a saúde, entre outras, ao passo que a imprensa indicava, apesar desse quadro desolador, muitos aposentados que ainda tinham que ajudar na manutenção da família, inserindo o debate na questão mais ampla do desemprego e subemprego;

Ao mesmo tempo, as políticas de cunho neoliberal atingem toda a sociedade, e os idosos que possuem renda, ainda que pequena, acabam se tornando ou mantenedores ou colaboradores no sustento da família. Esse quadro tem impulsionado o desenvolvimento de processos de *empowerment*³⁴ ou empoderamento dos idosos. Esses processos possibilitam a construção de novas solidariedades dentro da rede familiar e no movimento social organizado, além de valorizarem os idosos dentro da família, constituindo-se também uma ‘nova’ identidade do idoso/aposentado como provedor.

Outra questão que também aparece é a transformação dos números e da lógica administrativa do gerenciamento da crise da Previdência em uma questão humana – o exemplo de pessoas idosas para mostrar a realidade das bases materiais de sobrevivência e projetar o futuro daqueles que, inseridos no mercado de trabalho, terão condições para se aposentar. Como afirma o Sr. Velloso:

³⁴ Esses processos são examinados no Capítulo I.

A aposentadoria do Brasil, aqui no Brasil, ela, ela é um castigo, não é? Ela deveria, quando nada, fazer com que a pessoa ficasse, na realidade, aposentada, percebendo os valores que deram pra sua manutenção. Coisa que você mais percebe, se você andar no município, no estado de São Paulo, são aposentados regressando a atividade pra poder complementar a sua aposentadoria, fazendo propaganda de empréstimo de dinheiro, etc e tal. Então a aposentadoria, aqui no Brasil, é um castigo. E nós já tínhamos consciência disso, muito embora, eu com essa consciência, nos últimos trinta e seis meses para os cálculos é, das últimas trinta e seis contribuições, eu procurei fazer contribuições extraordinárias, né, trabalhei muito a noite e tal, pra poder melhorar a aposentadoria. E cheguei a sair, naquela oportunidade com cinco ponto trinta e nove salário. E hoje eu estou reduzido aí, a, nem a três eu to recebendo hoje, três e pouco. (Sr. VELLOSO)

A conjuntura mundial e brasileira, por um lado, levou o movimento e as Associações de Aposentados ao desatrelamento total ou parcial dos sindicatos com as Federações e Confederações, apesar de conservarem um viés corporativo; por outro, reuniram aposentados de várias áreas de produção, em uma mobilização que extrapolou a questão corporativa e aderiu a movimento mais amplo, no qual, agora, se discutia também o que é ser velho no Brasil.

Se a influência política dos grupos corporativos que defendem interesses particulares e específicos é devida antes a sua capacidade de controle de recursos comunicativos disponíveis, o poder político dos movimentos sociais a das demais associações da sociedade civil é, sobre tudo, resultado do mérito normativo de suas bandeiras, isto é, de sua possibilidade de catalisação da anuência e do respaldo social. (COSTA, 2002:35).

A ‘bandeira’ da aposentadoria se torna mais dramática, quando assistimos cenas como as ocorridas em 2004, com a convocação para o recadastramento dos aposentados e pensionistas do INSS pelo ministro Ricardo Berzoini. Comentavam-se as imagens dos ‘velhinhos’ debilitados amontoados em filas, retratados em todos os jornais televisados e impressos, demonstrando a inabilidade do Estado brasileiro para lidar com a questão.

Se havia lógica administrativa, a de acabar com as fraudes nos benefícios para tornar a previdência menos onerosa, existiam também pessoas idosas com dificuldade de locomoção e que não tinham alternativa, senão comparecer ao postos de recadastramento para não ter a suspensão do benefício. Outra vez é apresentada a identidade do aposentado/idoso sofredor. O recadastramento é cancelado, bem como seu

processo revisto e reestruturado para adequá-lo à situação dos aposentados e pensionistas.

Esse mesmo movimento de confrontação da lógica administrativa neoliberal presente nos discursos dos representantes do governo com a situação socioeconômica dos aposentados teve lugar na luta dos aposentados pelo reajuste de 147%, em que o apoio à justiça das reivindicações foi corroborado por toda a sociedade. Entretanto, a questão da aposentadoria/velhice não acumula só 'vitórias'. A esfera pública, como espaço de ambivalências onde ocorrem os conflitos, provoca a confrontação entre interesses diversos o tempo todo, transformando-se em arenas onde estão presentes diferentes discursos, poderes e micro-poderes.

CONCLUSÃO

A trajetória do movimento dos aposentados revela que este foi se estruturando ao longo da história. A busca pela garantia ou pela conquista de direitos relacionados à Previdência Social e aos contextos econômicos, políticos e sociais forneceu os contornos das lutas e impulsionou a formação de instituições para atender as necessidades de cada época.

Quando foi decretada a diferença dos 147% de aumento nos reajustes para quem ganhava mais de um salário mínimo, havia tanto uma estrutura dentro do movimento como um capital social – construídos nas décadas anteriores – que serviram de base para a ampliação do movimento. O conhecimento adquirido pelos antigos militantes através das organizações sindicais, bem como da participação em partidos políticos – em especial, no Partido Comunista – forneceu esse capital social que permitiu traçar estratégias de mobilização de um número maior de aposentados.

O capital social não garantiu a ampliação para outros segmentos nem uma mobilização permanentemente numerosa, como ocorreu na época, mas a luta dos aposentados assumiu tal proporção que atingiu outras categorias, além da dos aposentados, tornando mais visíveis as questões relativas à velhice para a sociedade. Contribuiu também para o empoderamento/*empowerment* dos idosos, pois a interseção entre as duas categorias fortaleceu a luta por direitos sociais para a velhice brasileira, evidenciando as condições de vida dos aposentados e idosos para a sociedade.

Nesse sentido, o apoio da mídia foi fundamental à ampliação do movimento. A divulgação diária durante o auge da mobilização por parte das emissoras de televisão e dos jornais no tocante aos fatos relacionados ao embate, assim como as opiniões favoráveis da classe jornalística, em geral, em relação à justiça das reivindicações propiciaram que significativo número de aposentados buscasse as associações ou as federações dos aposentados para aderirem à luta.

Do mesmo modo, a mídia serviu de pêndulo para as relações entre Estado e sociedade, divulgando as razões administrativas de base neoliberal para as reformas do governo e suas repercussões na vida dos aposentados. Por conseguinte, a proximidade dessa realidade para a população brasileira possibilitou a construção de solidariedade e de apoio das demais classes sociais e gerações para a causa. Isso porque aqueles que não estavam aposentados, possuíam parentes ou amigos que vivenciavam essa situação e, ainda, podiam projetar o sofrimento dos aposentados para o seu próprio futuro.

Em razão dessa exposição, os descasos e desmandos do Governo com a questão previdenciária tornaram-se evidentes e a questão mostrou-se pertinente a todos que estavam no mercado de trabalho ou fora dele, já que muitos dependiam de suas rendas. O discurso do governo parecia só ressoar dentro dele mesmo.

O movimento recebeu também respaldo do poder Judiciário. Os juízes tiveram atuação de expressiva importância ao interpretarem as leis e garantirem o seu cumprimento, tal como dos recursos favoráveis aos aposentados, mesmo diante de ameaças do governo. No Estado do Rio de Janeiro houve unanimidade nos relatos dos aposentados quando destacaram a importância da atuação da juíza Salete Macaloz na garantia do cumprimento das determinações da Justiça em favor deles.

O processo de empoderamento dos aposentados foi impulsionado pela globalização e pelas novas relações de trabalho impostas por esta. O trabalho sem vínculos, ou com vínculos empregatícios precários, assim como o número expressivo de desempregados estão alterando as relações familiares e geracionais, transformando em provedores os aposentados de todas as classes sociais. Essa circunstância vem invertendo as clássicas relações de dependência dos idosos em relação às gerações mais jovens.

Semelhante processo vem-se constituindo ao longo da trajetória do movimento mediante o capital social, e as vitórias obtidas nas lutas tomaram tamanha dimensão que puderam influir tanto na esfera das relações privadas, de micro poder, como em questões

sociais, econômicas e políticas que ultrapassaram a questão previdenciária. Desse modo, os aposentados foram se sentindo capazes de questionar e de influir nas esferas pública e privada.

O movimento dos aposentados colocou suas reivindicações na agenda pública, garantindo que muitas de suas reivindicações obtivessem respaldo constitucional e legal, além de conquistarem e garantirem direitos ameaçados pelas reformas governamentais. Apontam igualmente para a derrubada de Magri, ministro do trabalho, e a reivindicação sobre o *impeachment* de Collor, presidente do Brasil, como fatos significativos para o processo de empoderamento/*empowerment* dos aposentados, que não é linear nem universal e atinge de modos diferenciados esse segmento.

Os aposentados e idosos têm avançado nessa construção, mas ainda existem muitos que estão à margem dela. Há avanços também nas legislações específicas para eles, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. No entanto, persistem as ameaças no que concerne aos direitos previdenciários. É permanente, assim, a necessidade de mobilização e de atenção constantes para assegurar que os direitos conquistados saiam do papel, do mesmo modo que para tentar impedir que os novos rumos adotados pela Previdência Social os prejudiquem.

Quanto à questão das identidades, idosos(as) aposentados(as) estão assumindo nova identidade como provedores, o que favorece esse processo de empoderamento, colocando-os em posição de maior respeito dentro da sociedade.

Além disso, o movimento dos aposentados congregou indivíduos de diferentes segmentos sociais, sexos, raças/etnias e categorias profissionais, ampliando a possibilidade de outros aposentados, afora aqueles que militavam diretamente, se perceberem como parte do processo e de se associarem a partir de situações e vivências que lhes eram comuns.

O contexto histórico, a memória coletiva e as manifestações culturais são pontos que contribuíram para a construção das identidades e para a base de socialização nos processos de internalização dessa(s) identidade(s). As transformações da velhice com a descronologização da vida também integram esse fenômeno.

As memórias se mostram partes constitutivas de suas identidades. Ainda que plurais e fragmentadas, permitiram verificar o sentido e o significado de se apresentar/identificar como aposentado. Desse modo, a vitória na conquista dos 147% fortaleceu a possibilidade de uma identidade de projeto e resistência. Isso, entretanto, não garantiu mobilização permanente

após a conquista dos cento e quarenta e sete, uma vez que o movimento se esvaziou gradativamente, embora sua estrutura permaneça ativa e atuante às custas de um reduzido número de militantes que permanecem nas associações, garantindo seu funcionamento.

As histórias de vida revelam que os significados atribuídos a essas vivências são valorizados a partir do referencial da militância. As narrativas da infância, da adolescência, da idade adulta e do envelhecimento/aposentadoria têm, como âncora, sua contribuição na formação da militância. Os fatos selecionados pelos narradores apontam para significados e sentidos atribuídos à luta por justiça, ao sentimento de nacionalismo e à construção e à garantia dos direitos previdenciários para eles e para as próximas gerações. Também deixam claro que há certo enquadramento dos discursos e das lembranças sobre a mobilização dos 147%, o que merece posteriormente nova abordagem.

A politização da mobilização tem sua origem na fundação e na participação dos trabalhadores na criação e gestão das CAPs e IAPs, bem como na unificação das caixas e institutos no INPS – posteriormente, INSS – com as mudanças nas formas de gestão, as modificações introduzidas pelo pensamento neoliberal, o processo de globalização e as transformações no mundo do trabalho. Estas propiciaram o deslocamento e a formação de identidades de trabalhadores aposentados, como também a busca por outras formas de participação e luta na preservação dos direitos sociais conquistados e a formação de redes através das associações, federações e confederação nacional, estendida à América Latina.

Tais redes permitem a circulação de informações e idéias, assim como certa unidade no discurso de seus militantes, propiciando a organização e a estruturação que têm sustentado o movimento de aposentados e pensionistas no Brasil em defesa da Previdência Social.

Por conseguinte, a conquista desse reajuste contribuiu de forma bastante significativa para a ampliação do movimento dos aposentados e para maior visibilidade de questões relacionadas ao envelhecimento. Transformou-se assim em um marco histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha & SOIHET, Raquel (orgs). *Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O Debate em Torno do Capital Social: Uma revisão crítica. *BIB* (Rio de Janeiro), n.47, 1999.

ACOSTA-ORJUELA, Guillermo M. Os Idosos e a Mídia: Usos, representações e efeitos. In: E.V. FREITAS et cols. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.

ALBERTI, Verena. O Lugar da História Oral: O fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: Verena ALBERTI. *Ouvir e contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. p.13-31

ALBERTI, Verena. O que Documenta a Fonte Oral: A ação da memória. In: Verena ALBERTI. *Ouvir e Contar. Textos em memória oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.33-43

AUGRAS, Monique. História oral e subjetividade. In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (org.) *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 27-38

BARROS, Myriam M.L. A construção e reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: Anita L. NERI & Guita G. DEBERT. *Velhice e Sociedade*. Campinas/São Paulo: Papyrus, 1999.

BARROS, Myriam M.L. *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOSI, Eclea. A Substância Social da Memória. In: Eclea BOSI. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.13-35

BOSI, Eclea. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: Eclea BOSI. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial. p.60-77

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. NOGUEIRA, Maria Alice Catani (org.). :Petrópolis/Rio de Janeiro :Vozes,1998.

_____. A ilusão biográfica in FERREIRA, Marieta m., AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2005

CALDAS, Célia Pereira. Memória, Trabalho e Velhice. Um estudo das memórias de velhos trabalhadores. In: Renato VERAS (org.). *Terceira Idade: Desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, UNATI/UERJ, 1997. p.121-42.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENSO 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/popula%ccedil%o/perfilidoso/perfilidosos2000>

COIMBRA, Cecília M.B. Mídia e Produção de Modos de Existência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(1): 1-4, jan.-abr. de 2001.

COSTA, Sergio. *As Cores de Ercília: Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Martha e SOIHET, Raquel (orgs). *Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Quem disse que os aposentados estão inativos? O movimento dos aposentados e pensionistas e o jogo de resistência contra o poder. *Textos sobre Envelhecimento* (Rio de Janeiro), 4(7), 2002.

DEBERT, Guita Grin. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: Myriam M. Lins de BARROS (org.). *Velhice ou Terceira Idade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ECKERT, Cornélia. A vida em outro ritmo. In: BARROS, Myriam Lins de (org.). *Velhice ou Terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.169-206.

ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos. Seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ESTUDOS HISTÓRICOS, n 31. Rio de Janeiro, CPDOC, FGV, 2003.

EVANS, Peters. *Government action, social capital and development: Eviewing the evidenc of synergy in World Development*, 24(6), 1996.

FERREIRA e AMADO, Marieta M. Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)* Niterói/Rio de Janeiro: EDUFF/MAUAD, 2002.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FERREIRA, Maria Letícia. Memória e Velhice: Do lugar da lembrança. In: Myriam Lins de BARROS (org.). *Velhice ou Terceira Idade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p.169-206

FONSECA, Francisco. *A grande imprensa e a constituição da agenda ultra liberal na “Nova República”*. Estudos Históricos nº31. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

FREITAS, E.V. et cols. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOMES, Ângela Castro. Venturas e Desventuras de uma República de Cidadãos. In: Martha ABREU & Raquel SOIHET (orgs). *Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. *O Direito à Velhice: Os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

HALBACKS. Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós -Modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte/Brasília: ed. UFMG, Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HEYWOOD, A. *Politics*. London: Macmillan, 1997.
- HOGWOOD, B.D. e GUNN, L. *A Policy Analysis for the real world*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1984.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- ISTO É, São Paulo: Editora Três, 1991-1993.
- LECHNER, Norbert. Desafios de un desarrollo humano: individualización y capital social. In: Norbert LECHNER. *Instituciones y Desarrollo*. Barcelona: PNUD-IIG, 2000.
- LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. 5ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.
- LINDBLOM, Charles E. *O Processo de Decisão Política*. Brasília: Ed. da UNB, 1980.
- LINS DE BARROS, Myriam. Memória e Família. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 2(3):29-42, 1989.
- LOBATO, Lenaura, Algumas considerações sobre representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. *RAP* (Rio de Janeiro), 30(1):30-48, jan./fev. de 1997.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin Aviso de Incêndio: Uma leitura sobre as teses sobre o conceito de história*. Tradução: Wanda N.C. Brant. Tradução das teses: Jeane M.Gagnebin, Marcol Muller. São Paulo: Bontempo, 2005.
- MERCADANTE, Roberta S. *A Invenção dos Centros de Convivência e de Novas Velhices*, Trabalho apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF para o exame de qualificação, 2004.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Os Meios de Comunicação e a Prática Política*. *Revista Lua Nova*, n.55-6, p. 155-84, 2002.
- NERI, Anita L. & DEBERT, Guita G. *Velhice e Sociedade*. Campinas/São Paulo: Papirus, 1999.
- _____. Atitudes e crenças sobre velhice: análise de conteúdo de textos do jornal O Estado de São Paulo publicados entre 1995 e 2002. in SIMSOM, Olga R. M. V., NERI, Anita L., CACHIONE, Meire. *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas, SP:Ed. Alínea, 2003.
- PAZ, Serafim Fortes. A Situação de Conselhos e Fóruns na Defesa dos Direitos dos Idosos. In: E.V. FREITAS et cols. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.
- PAZ, Serafim Fortes. *Dramas, cenas e tramas: a situação de Fóruns e Conselhos de Idosos no Rio de Janeiro*. Campinas, SP, 2001. Tese de doutorado.
- PEIXOTO, Clarice. Entre o Estigma e a Compaixão e os Termos Classificatórios: Velho, velhote, idoso, terceira idade... In: Myriam M. Lins de BARROS (org.). *Velhice ou Terceira Idade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.69-84
- PEIXOTO, Clarice. *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- POLLAK, Michail. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 5(10):200-12, 1992.

- POLLAK, Michail. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 2(3), p.3-15, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: Olga de Moraes VON SIMSON (org.). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p.14-43
- REMOND, Rene. *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: A experiência da microanálise*. Organizador e tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ROBIN, Régine. *Le Roman Mémoires: de l’histoire à l’écriture du hors-lieu*. Tradução de Rachel Soihet, Rosana Márcia A. Soares e Suely Gomes Costa. Montreal: Lê Prémambule, 1989. Material didático. Cap. II.
- ROCHA, Gilmar. Sob o signo de Saturno: Reflexões Antropológicas sobre a Velhice. *Cadernos de Serviço Social* (Belo Horizonte), 3(3):26-55, dez. 1998.
- RODRIGUES, Nara C. e RAUTH, Jussara. Os Desafios do Envelhecimento no Brasil. In: E.V. FREITAS et cols. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41):103-20, 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. 1994.
- SEMINÁRIO SINDICALISMO HOJE, in Revista da Associação dos Professores da UFSC, n}11, ano 7, setembro, 1999.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade, Território e Pertencimento. *Psicologia e Práticas Sociais* (Rio de Janeiro), 2(1):57-71, 1995.
- SIMÕES, Júlio de Assiz. A Maior Categoria do País: O aposentado como ator político. In: Myriam M.L. BARROS, *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SIMÕES, Júlio de Assiz. Provedores e Militantes: Imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: Clarice PEIXOTO. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SMOLKA, Ana Luíza Bustamante. Modo de Inscrição das Práticas Cotidianas na Memória Coletiva e Individual. In: ZACCUR, Edwiges (org.). *A Magia da Linguagem*. Rio de Janeiro: DP&A, SEPE, 1999. p.75-99
- THOMPSON, Paul. A Memória e o Eu. In: Paul THOMPSON. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- VARIKAS, Eleni. O "pessoal é político": Desventuras de uma promessa subversiva. In: Tempo. *Revista do Departamento de História/UFF (Niterói)*, 2(3):59-80, jun. 1997.
- VASCONCELOS, Eduardo mourão. *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo: Paulus, 2003.
- VEJA, São Paulo: Editora Abril, 1992, fascículos nº 1215, 1216, 1217, 1220, 1249, 1992.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VENÂNCIO, Beatriz Pinto. *Teatro de Lembranças. Registro cênico-dramatúrgico da memória*. Rio de Janeiro, 2004. xii. Tese de Doutorado em Teatro – UFRJ.

VERAS, Renato. *País Jovem com Cabelos Brancos. A saúde do idoso no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UERJ, 1994.

VERAS, Renato (org.). *Terceira Idade: Desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, UNATI/UERJ, 1997.

YOUNG, Íris Marion. Vida Política y Diferencia del Grupo: Una crítica del ideal de ciudadanía universal. *Ethics*, 99:250-74, 1989.